**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Primavera de Estações

O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio
Cultural na região do bairro da Luz / São Paulo.

Desirée Ramos Tozi

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Primavera de Estações

**O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio
Cultural na região do bairro da Luz / São Paulo.**

Desirée Ramos Tozi

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social,
do Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Pimentel Pinto Filho

**São Paulo
2007**

Desirée Ramos Tozi

Primavera de Estações

O Programa Monumenta e as Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural
na região do bairro da Luz / São Paulo.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História Social,
do Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de mestre em História Social.

Aprovado em:

RESUMO

Essa pesquisa de mestrado tem como objetivo discutir as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, buscando analisar e compreender o impacto e as consequências dessas propostas nos discursos sobre representação e identidade cultural.

O recorte da pesquisa (período compreendido entre o final dos anos 1970 e início dos anos 2000) optou por relacionar a análise dos projetos de preservação e renovação urbana da área da Luz - iniciados com o projeto do Escritório Rino Levi (1974) até o polêmico Programa MONUMENTA/ BID (1999- atual) - às transformações econômicas e culturais sofridas pela sociedade brasileira, refletidas no contexto urbano e também globalizado, utilizando como justificativa a valorização da imagem da cidade, tendo o patrimônio cultural como seu objeto de valorização mercadológica.

**Palavras – Chaves: Políticas Culturais; Patrimônio Cultural; Identidades Culturais;
Planejamento Estratégico Urbano; Área da Luz/ São Paulo.**

ABSTRACT

This Master's degree research aims at discussing the public policies for preserving the cultural heritage in Brazil, in view of analyzing and understanding the impact as well as the consequences of these proposals in the discourse of cultural identity and representation.

The scope of this research is from the late 1970s to the early 2000s, and it has chosen to relate the analysis of the projects of preservation and urban renovation in the area of Luz - started with the Rino Levi office's project (1974) until the polemic MONUMENTA/ BID program (1999 - present) - to the economic and cultural transformations that occurred in the Brazilian society, reflected both in the urban and globalized contexts. The valorization of the image of the city has been used as a justification, and the cultural heritage has been its object for market value.

Key-Words: Cultural Policies; Cultural Heritage; Cultural Identities; Urban Strategical Planning; Luz Yard/ City of Sao Paulo.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, fonte incansável de vida

À minha mãe, bastião de coragem e inspiração

Aos meus avós, pra quem nunca deixei de ser criança

Ao Matheus, que nunca deixe de acreditar

À Tex, minha irmã, in memoriam

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, ao meu orientador Júlio Pimentel, por depositar em mim uma confiança constante, necessária para continuar. Obrigada por representar meu ideal de Professor.

Agradeço, de um modo muito especial, a Rodolfo Yamamoto Neves, pelo Amor, pelo carinho e paciência dedicados em todos os momentos. Companheiro de trabalho, ideais e aspirações, leitura e revisões, que você nunca desista.

À ‘Nininha’ e Aléssio, minhas tias ‘Pacheco’ do ‘coração’ e a todos os familiares.

Créditos especiais a Uiran Gebara, Bernardo Goldberger, Patrícia Lira, Cláudio Sooma, Andréa Vial, Janaína Guerreiro, Rosa Maria, Mônica Galvão, Isabel Blanco, Erick Godliauskas e Carol Spinelli, pelo companherismo e pelas leituras eventuais. A Sérgio Retroz, Tatiana Barros e Valéria Barbosa, pelo eterno incentivo.

A Simone e Carlos Ruedas, por ensinar que é possível viver dos sonhos. Às companheiras “chicas” Analisa Zuchi, Selma Bellini, Verônica Farias, Jéssica Fumeiro e Rosana Alves, pela ajuda e paciência durante o último ano, repassando a “Seguirya”...

À Isaura Botelho, fonte de inspiração intelectual e modelo de profissionalismo.

À Edméia Fioretti (Coordenadora do Programa MONUMENTA em São Paulo), pela solidariedade e pelo fornecimento de grande parte da documentação. À Nadia Somekh, pela entrevista concedida e pela atenção recebida.

Aos amigos da Sala São Paulo e da Secretaria de Estado da Cultura, que durante a realização da pesquisa riram muitas vezes comigo e comentaram sobre perspectivas de gestão cultural.

Aos colegas do Arquivo Histórico Municipal, do Museu da Língua Portuguesa e da Estação Pinacoteca, por fazerem parte da inspiração desse estudo.

E à todos aqueles, que de alguma forma estiveram envolvidos na pesquisa ou me suportaram durante os anos de sua realização; vocês também são responsáveis por Isso.

A COISA.

*A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa...
e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a
desconfiar que não foi propriamente dita.*

(Mario Quintana)

SUMÁRIO

Introdução	11
1. “A serviço da Nação”: Estado, Cultura e Identidade Nacional no Brasil pós-64	21
1.1 Pensar a Cultura na Modernidade	27
1.2 Patrimônio Nacional: Cultura e Identidade em tempos ‘globais’	47
1.3 Estado, Cultura e Política no Brasil – Nação e nacionalidade como fins?.....	62
2. Políticas de Preservação no Brasil e área da Luz: “marco histórico do desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo”. Propostas e Projetos de reabilitação	67
2.1 O poder da cultura: Modelos de intervenção urbana e a cidade globalizada.....	71
2.2 Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil pós- 64	83
2.3 Propostas e projetos de reabilitação urbana para a Luz nos anos 1990	96
3. O Programa MONUMENTA/ BID - Planejamento Urbano Estratégico e Cultura	108
3.1 O Programa MONUMENTA – sustentabilidade, sinergia e articulação.....	111
3.2 O Plano de Intervenção e a cidade.....	119
Considerações Finais	128
Bibliografia	133
Anexos	138

Índice de Figuras e Tabelas

Tabela 1. Orçamento realizado por programa do MinC (1996-2001).....	51
Tabela 2. Recursos de captação das leis de incentivo.....	60
Tabela 3. Dimensões da intervenção pública na cultura e iniciativas governamentais associadas – Governo Lula	56
Tabela 4. Prática Preservacionista no Brasil – critérios	65
Tabela 5. Princípios, Orientações e Arranjos Institucionais do governo Lula, gestão Gilberto Gil	95
Tabela 6. Esquematização dos objetivos e ações do Programa MONUMENTA	114
Tabela 7. Edifícios e Monumentos de Interesse Histórico (Programa MONUMENTA –LUZ)	122/123
Gráfico 1. e 2. Investimento de empresas privadas na área da cultura	53/54
Gráfico 3. Aspectos motivadores para o investimento em cultura apresentados pelas empresas amostradas – Brasil- 1990-1997	92

Introdução

A proposta desse trabalho é refletir sobre a função que a gestão pública de cultura no Brasil assume no estabelecimento de marcas e símbolos do passado, com o qual se busca associar uma idéia de identidade cultural, que estruturada sobre o discurso de preservação e conservação dos bens culturais, torna-se uma estratégia de manipulação do cenário político nacional, historicamente influenciada pela disputa de interesses econômicos entre as elites econômicas. Dentro desse horizonte, uma das pretensões desse trabalho é questionar os propósitos e interesses que permeiam as políticas de preservação do patrimônio cultural urbano no Brasil a partir dos anos 1970, refletindo sobre a proximidade dos direcionamentos políticos que as norteiam ao universo econômico de consolidação do capitalismo (em suas várias fases) no país.

A concretização de símbolos representativos da identidade nacional baseada no discurso de uma unidade cultural - tão almejada pelos setores políticos e intelectuais durante a primeira metade do século XX - atendia à necessidade de construção de um imaginário de Nação, fundamental para suportar a implantação de um modelo econômico industrializado que então se iniciava. A ampliação do universo simbólico desses símbolos no final dos anos 1960 acompanhava o direcionamento político-econômico desenvolvimentista propagado pela ditadura militar, e o discurso da identidade nacional passou a evocar especificamente o sentido de desenvolvimento econômico e social contido nas políticas de preservação, que puderam atuar como instrumentos de consolidação de uma indústria de consumo de bens culturais estruturada sobre a comunicação midiática de massa. Entre o final dos anos 1980 e a década de 90, a descentralização do controle político do “Estado para a sociedade civil”, transferiu às políticas de preservação do patrimônio a imagem da democracia que se propunha para o país, construída a partir da gestão local participativa; e nesse momento, a idéia de patrimônio cultural urbano preservado passa a ser sinônimo de harmonia social e política, estando o uso ‘adequado’ desse bem vinculado à valorização da imagem internacional das cidades. O montante de recursos públicos e investimentos privados em cultura entre meados dos anos 1990 e 2000 confirma a criação de um potente nicho de mercado: o setor cultural apresenta um sistema composto por leis

de incentivos¹, estratégias de marketing cultural, e linhas de financiamento próprio que estruturam um mercado de bens simbólicos característico de países de economia globalizada. É o período de revitalização econômica de importantes centros históricos brasileiros e da construção de espetaculares equipamentos culturais. E assim, tendo como horizonte a integração das políticas de preservação às políticas de gestão urbana, o século XXI projeta uma completa fusão do universo de consumo ao universo da gestão pública, pondo à mesa as cartas ditadas pela economia mundial globalizada.

A partir desse contexto, o desafio de apontar a historicidade dos discursos que envolvem o setor de cultura no Brasil e especificamente a área de preservação do patrimônio cultural urbano, desdobra-se na análise dos projetos e propostas que foram apresentados como solução para o problema de ‘abandono’ econômico e social da cidade de São Paulo, desde a década de 70 do século XX até os estudos mais recentemente apresentados para o Governo Federal pelo Programa MONUMENTA / BID.

Discutir os discursos de identidade cultural como estratégia política legitima-se, nesse momento de economias globalizadas e re-estruturação de identidades nacionais, como objeto de investigação pela pluralidade de discursos que apresenta e pela necessidade de estudos que apontem os impactos da “globalização” nas relações políticas e econômicas “locais”. Sem perder de vista a vastidão de questões e polêmicas que o tema propõe, a abordagem dessa pesquisa restringiu-se a focar a postura das instituições governamentais dentro desse debate “cultura e identidade” através da análise de Projetos de Requalificação Urbana, buscando, além da interpretação das Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural incluídas nesses projetos, compreender como sua elaboração e possível implantação são influenciadas pela idéia de identidade cultural vinculada as imagens urbanas pretendida pelas cartilhas das chamadas “cidades globais”.

A compreensão dos interesses envolvidos nos processos de construção de identidades é realizada a partir da leitura dos discursos que justificam a proteção e conservação do

¹ As leis de incentivo surgiram a partir do argumento de que o Estado não atendia a total demanda do setor cultural por falta de recursos destinados à área, e necessitava de um instrumento que complementasse os recursos de financiamento cultural, via iniciativa privada. A importância que as leis de incentivo assumiram para a sobrevivência da área cultural influencia diretamente na hierarquia da produção cultural, pois as áreas de entretenimento e comunicação que atendem aos objetivos de marketing dos patrocinadores recebem os maiores fluxos, ocorrendo uma inversão de prioridades (as áreas mais carentes se tornam esquecidas) e valores, já que os interesses particulares se realizam através verba pública (recursos do imposto de renda).

patrimônio histórico com o contexto econômico e político vivenciado pelos atores sociais envolvidos, buscando refletir como os argumentos preservacionistas de manutenção da memória coletiva (cuja valorização do passado em comum beneficia a coletividade) podem ser utilizados como fator de aglutinação e sustentabilidade da comunidade.

As instituições governamentais (permeadas por diversos segmentos sociais), ao selecionar determinados bens culturais como objeto das políticas de preservação do patrimônio, ditam os signos representativos da memória nacional e, ao classificar o patrimônio urbano como elemento aglutinador do passado capaz de ‘requalificar’ lugares sob uma perspectiva que atende às demandas do mercado, transforma-o em mercadoria cultural, alterando a lógica de apropriação do bem cultural, e estabelece uma das tensões sociais que interessam a esse estudo. Essa re-significação do uso do patrimônio ao mesmo tempo em que transforma os bens culturais em relíquias (pois os desvincula das relações de práticas sociais cotidianas dentro das quais as pessoas poderiam usufruí-lo) re-significa a relação dos indivíduos com a memória apreendida pelo patrimônio cultural gerando uma dinâmica de consumo da imagem e do status presentes na idéia de ‘requalificação’ dos centros detentores desses bens. Nessa perspectiva de apropriação mercadológica, interessa destacar a recente preocupação dos poderes públicos na América Latina com a atratividade do capital internacional para investimentos de valorização da imagem e da cultura das cidades, seguindo uma tendência iniciada nos Estados Unidos e alguns países da Europa no período pós-II guerra, indicando a vontade de inserção das cidades latino-americanas no hall das cidades-globais.

A opção pelo bairro da Luz na cidade de São Paulo, como objeto de estudo, justifica-se pela importância dessa região na formação do imaginário social da cidade e de seus habitantes, enquanto palco de transformações econômicas e sociais, “produto de um processo em que participam os interesses das distintas classes que conformam a nação”²; sendo seu caráter histórico o principal argumento para os poderes públicos selecionarem a região como foco de projetos de intervenção urbana desde os anos 1970, sugerindo a exploração do potencial cultural da área como uma das âncoras de recuperação da importância econômica e social da área central da cidade.

² FLORESCANO, Enrique. *El patrimonio nacional. Valores, usos, estudio e difusión*. México, DF: FCE, 1997, p.17.

A área do bairro da Luz, por sua localização central, pelo traçado do seu tecido urbano direcionado pela existência da estrutura da ferrovia, e pela composição de seu sistema viário representa um exemplo de “deterioração” urbana gerada pela saída do fluxo de investimentos capitais da região central. O fim do ciclo do café e o sucateamento do sistema ferroviário determinaram a saída da elite política da região da Luz para outros espaços de valorização econômica da cidade de São Paulo, e desde então (meados da década de 1940), a área do entorno do Jardim da Luz e das Estações conheceu o abandono e o esquecimento do poder público, propiciando a formação de cortiços e o estabelecimento do tráfico de drogas. O poder público somente veio a preocupar-se com os impactos e as tensões sofridas pelo conjunto histórico existente na região com a possibilidade de implantação do metrô na região durante os anos 1970, e a partir da lei municipal de zoneamento do solo urbano de 1974 que transformou a área da Luz em zona de preservação especial. O bairro da Luz, preservado por sua importância no desenvolvimento da economia industrial no país, tornou-se modelo de estrutura e potencial necessários ao ingresso do país e da cidade nas vanguardas econômicas mundiais, tanto nos anos 1970 (período do ‘milagre econômico’) quanto nos anos 1990 (momento de ‘integração’ econômica em escala mundial e local e padronização estética).

Os projetos e propostas de ‘revitalização’ da Luz selecionados para análise foram elaborados em grande parte por empresas contratadas pelas esferas municipais e estaduais, em sintonia com tendências do urbanismo que compreendem ‘a cidade’ como “vedete” da nova fase hegemônica do capital internacional, e tiveram os métodos de planejamento estratégico urbano³ como seus norteadores. A cidade está à venda e a ‘embalagem’ deve ser vistosa, já que a concorrência entre cidades mundiais requer o atendimento das demandas impostas por seus compradores.

O conjunto documental analisado é constituído em grande parte por planos estratégicos de intervenção urbana ou projetos para recuperação e revalorização da área, delimitadores das ações prioritárias e dos recursos destinados às intervenções ou estudos

³ Pode-se dizer que o Planejamento Estratégico Urbano é uma adaptação de técnicas de administração e marketing (estratégias de venda) para a gestão da cidade, consequência da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos sobre a economia globalizada. A implantação do planejamento estratégico na gestão pública urbana denota uma transformação do conceito de cidade, que passa a ser vista como empresa e mercadoria, tendo como horizonte o mercado de consumo. Essa proposta de administração da cidade choca-se com a constituição de uma esfera pública democrática, pois pressupõe a inexistência de conflitos políticos que venham atrapalhar a campanha de venda do produto-cidade.

elaborados para a delimitação do perfil histórico e geográfico da Luz, através do levantamento de índices de potencialidades econômicas e sociais, mapas, diagnósticos, propostas de implantação, projeções de desenvolvimento sustentável e inventário patrimonial da área da Luz.

A documentação pertencente ao Programa MONUMENTA no qual as análises são centradas referem-se à parte do acervo do escritório da Unidade Executora do Projeto (UEP) do Programa MONUMENTA em São Paulo, localizado na sede da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização); os textos referentes aos projetos para área central elaborados pela Prefeitura Municipal de São Paulo e Associação Viva o Centro foram pesquisados na biblioteca e no site da própria Associação; parte das referências documentais está acessível em sites relacionados ao tema e outras publicadas e disponíveis em bibliotecas; os textos bases para compreensão da metodologia e objetivos das políticas públicas de preservação foram pesquisados em bibliografia e sites institucionais do IPHAN e da UNESCO.

A opção por centralizar a análise da dissertação no Programa MONUMENTA, enquanto política pública de preservação do patrimônio cultural que propõe algumas soluções às questões de degradação e abandono de sítios históricos tombados em nível federal, explica-se pela síntese de discursos de preservação que o programa concentra, que desembocando na adoção de um modelo de gestão patrimonial apoiado na idéia de parceria entre iniciativa privada e poder público (como método eficaz de gestão democrática da memória nacional) contempla e traduz a trajetória da gestão pública de cultura no Brasil.

O quadro teórico selecionado para o tema, por seu perfil multidisciplinar, apresenta discussões que envolvem conceitos afeitos às áreas de História, Sociologia, Ciência Política e Urbanismo, como também observa o uso de metodologias economicistas na elaboração dos estudos-estruturais dos projetos de intervenção no patrimônio. Os conceitos de políticas públicas são recuperados aqui enquanto ferramentas que definem a relação do Estado com as questões colocadas para a área da cultura, e que permitem questionar o papel e os interesses dos atores sociais envolvidos na promoção dos projetos de recuperação do patrimônio cultural urbano no Brasil. A bibliografia temática da área de políticas públicas amplia o debate dessa dissertação na direção da metodologia de inserção da área da cultura na agenda governamental.

A inserção na agenda governamental de políticas públicas da área da cultura (nesse caso da reabilitação urbana do patrimônio cultural) pressupõe que, no universo desse Estado, a cultura é também geradora de atividade econômica e, portanto, um elemento que contribui para a sustentabilidade da comunidade, agindo como fator de integração do indivíduo/ sujeito aos processos de preservação e afirmação da área, promovendo um experimento de renovação urbana aliada ao desenvolvimento sustentável local⁴.

A realização de uma discussão envolvendo a construção de identidades permite iluminar a leitura dos discursos presentes na documentação analisada; discursos esses que atendem a necessidade de justificativa de altos investimentos de capital humano e financeiro em projetos de intervenção no patrimônio histórico que nem sempre beneficiam toda a população; ou seja, desvelam o argumento utilizado pelos ‘planejadores’ urbanos para o investimento nas áreas que concentram patrimônio histórico estrutura-se na manutenção da memória coletiva, na preservação do passado em comum e, mais do que tudo, na valorização da história como fator de aglutinação e sustentabilidade da comunidade.

A adjetivação “cultural” para um bem, o classifica como “bem comum”, ou seja, classifica-o como um bem que gera benefício para todos. Isso gera o ‘consenso’ necessário à implantação de projetos que na maioria das vezes, expulsa os moradores das regiões que sofrem as intervenções, em troca da geração de ‘benefícios’ e ‘melhorias’ urbanas na região. Esses “fluxos de cultura” desarticulam as classes desfavorecidas habitantes das áreas centrais que são alvos de projetos culturais “reabilitadores”. Esse consenso quanto à necessidade de se preservar e valorizar a cultura (que se confunde com manifestações artísticas eruditas) associa os conceitos de cultura e democracia, como se promover acesso a um bem significasse promover democraticamente a cultura para todos. Essa prática possibilita a legitimação de um poder oligárquico sob o argumento ideológico de “democracia”.

A relação entre a preservação do patrimônio cultural no Brasil e as possibilidades de (re) construção de uma identidade cultural foi até agora pouco debatida, principalmente no meio acadêmico brasileiro, apesar dos quase 70 anos de história de preservação no âmbito federal. Os estudos mais significativos que se concentram na área de patrimônio cultural se

⁴ Para uma análise do vetor econômico da cultura, conceituado por alguns autores como “economia criativa”, ver REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável – o Caleidoscópio da cultura*. São Paulo: Ed. Manole, 2006.

preocupam em estabelecer históricos institucionais de sua preservação, periodizando, em grande parte das obras, o período compreendido entre os anos 1930 e anos 80. Os estudos mais recentes têm dado enfoque à preservação do patrimônio ambiental urbano, incorporada pelos projetos de recuperação dos centros históricos (classificados como gentrificadores)⁵, relacionando essa tendência ao processo de globalização das identidades nacionais. Esse é o foco que esse texto procura atingir.

Patrimônio Urbano na região da Luz

Os projetos e propostas apresentados tanto pelos órgãos públicos, como pela iniciativa privada para a região concordam em algumas diretrizes básicas norteadoras para sua recuperação urbana, sob o argumento da melhoria da qualidade de vida, além das possibilidades de investimentos financeiros para a região. O problema de fragmentação da identidade local provocado pela Avenida Tiradentes, que separa os equipamentos culturais; a questão da degradação urbana dos espaços públicos e edifícios, que está relacionada com o problema da habitação, do tráfico de drogas, da prostituição e do comércio informal; a dificuldade de comunicação entre os espaços do bairro (barreiras físicas), imposta pela malha ferroviária; e a concentração de edificações de valor histórico, que induzem a formação de um pólo cultural, não realizada pelas distâncias políticas de interesses das instituições e órgãos administradores dos bens, são alguns dos problemas apontados pelos projetos como objetos de preocupação e solução para a completa integração da região, pois dificultam a construção de uma identidade cultural própria da área da Luz.

A paisagem urbana da região do bairro da Luz é fruto da sobreposição dos principais períodos de formação da metrópole paulistana, bem como é testemunha dos ciclos econômicos vivenciados pelo país - seus edifícios testemunharam a passagem do ciclo do café, a implementação do sistema de ferrovias e o desenvolvimento urbano decorrente, o projeto de reordenação viária proposto pelo Plano de Avenidas, o abandono econômico e político do centro da cidade e sua degradação física e moral, e por fim, a revalorização da

⁵ Otília Arantes discute intensamente o significado do termo 'gentrification' e suas implicações políticas e econômicas no artigo "Uma Estratégia Fatal - A cultura nas novas gestões urbanas". In: ARANTES, O. & VAINER, C. & MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único - desmanchando consensos*. p. 11 - 75. Ver também a discussão que Rogério Proença Leite (2004) desenvolve sobre os efeitos da 'gentrification' no cotidiano da cidade.

área central da cidade, seguindo a tendência de recuperação urbana dos centros históricos nas ‘cidades globais’.

O primeiro projeto idealizado para a região foi proposto pelo escritório do arquiteto Rino Levi em 1974, encomendado pelo COGEP (atual SEMPLA - Secretaria Municipal de Planejamento) influenciado pela instalação do metrô na área e pela possibilidade de integração com o transporte metropolitano. O projeto “*Área da Luz -Renovação Urbana*” propunha um programa de otimização e recuperação do desempenho funcional da área, valorizado pelo novo plano de circulação viária e pela proposição de normas para uso do solo na Z8-007.

O Projeto “*Luz Cultural*” (1984), coordenado pela Secretaria de Estado de Cultura (em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura) sugeria ações de integração da comunidade com a área da Luz pelo uso dos espaços públicos e institucionais, que promoveriam a inclusão da população moradora na programação cultural do bairro.

Uma das primeiras experiências de integração entre as ações da iniciativa privada e as políticas públicas na área da Cultura foi o “*Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro (PROCENTRO)*” (1993), criado como comissão colegiada, composta por membros das secretarias municipais e entidades da iniciativa privada (como a ‘Associação Viva o Centro’) que ficava encarregada de formular estratégias para a recuperação do centro da cidade, associando a requalificação de espaços públicos e privados, propiciando uma ação integrada e promissora entre agentes da sociedade civil.

No esteio da tendência global de requalificação central das cidades e na tentativa de fortalecer o diálogo entre a iniciativa privada e o Estado, a ‘Associação Viva o Centro’ elaborou propostas de revitalização para o centro da cidade, embasadas no estudo “*São Paulo Centro - Uma nova abordagem*”, de 1996, reunindo algumas proposições presentes nos projetos “*Operação Centro*” e “*Programa Integrado de Transportes Urbanos*” (elaborados pela Prefeitura Municipal de São Paulo e Secretaria de Estado dos Transportes, respectivamente); o estudo “*São Paulo Centro*” objetivava expor aos candidatos às eleições do governo municipal, as posições da ‘Associação Viva o Centro’ nas questões que envolviam a recuperação da área central de São Paulo, destacando a importância da diversidade funcional para a vitalidade da região central (particularmente a função residencial), associada à conservação do conjunto monumental dos edifícios de valor

histórico e a integração dos transportes coletivos e sistema viário na região. Mais recentemente, no contexto de implantação do “*Complexo Cultural Júlio Prestes*” (1999), a Associação encomendou a elaboração do “*Projeto Pólo Luz*”, propondo a articulação entre os equipamentos culturais presentes na extensão da ferrovia, no trecho que vai da Luz até a Barra Funda, acompanhando o trajeto ferroviário um passeio público arborizado, além da projeção de ‘bulevares’ nas avenidas Tiradentes e Casper Líbero.

O Programa MONUMENTA (1998), desenvolvido pelo IPHAN com recursos do BID, para reabilitação dos centros históricos de cidades brasileiras, foi coordenado em São Paulo pelo CONDEPHAAT e pelo DPH, sendo a região da Luz o bairro selecionado inicialmente no processo de recuperação da área central da cidade; o objetivo de potencializar a vocação cultural do bairro se adicionava à restauração de vários edifícios históricos e espaços públicos, associada à inclusão no projeto de requalificação de melhorias na situação do comércio informal, integração de transportes públicos e reorganização do traçado viário. A base do financiamento do BID para recuperação de edifícios públicos e particulares e monumentos históricos, visa a auto - sustentabilidade dos centros históricos, através da valorização do comércio local, do mercado imobiliário e do circuito cultural associado a equipamentos culturais existentes na região central das cidades brasileiras selecionadas pela UNESCO. A área da Luz, selecionada por suas características históricas e culturais (potencialidades de valorização econômica de seu conjunto de edifícios de valor histórico), além de sua localização espacial estratégica, representava assim, a cidade de São Paulo no panteão das cidades brasileiras dignas de receber tal apoio financeiro.

O conceito-chave que estrutura o “*Programa MONUMENTA*” é a sustentabilidade do patrimônio histórico, que possibilitaria a ampliação de sua função social e econômica, através de investimentos em áreas de influência. O financiamento do BID, regulado pelo ‘Acordo de Intenções’, assinado pelas prefeituras e governos estaduais por intervenção do Ministério da Cultura, seria implantado de acordo com os projetos de recuperação urbana, cujo perfil de planejamento estratégico urbano, possibilitaria a construção de uma ‘unidade urbanística - ambiental - socioeconômica’ capaz de articular os monumentos e espaços públicos característicos dos centros históricos urbanos brasileiros.

A questão que esta pesquisa espera levantar, em relação aos projetos de requalificação urbana elaborados para a área da Luz, é como a transformação do passado construído e re-

significado pelo patrimônio cultural se relaciona com as diretrizes político-econômicas, através da elaboração de políticas de preservação apoiadas sobre um discurso de valorização da identidade cultural, atendendo tanto aos anseios da indústria nacional, como atraindo investimentos do capital global para a promoção internacional da cidade. A trajetória de preservação do patrimônio cultural no Brasil permite acompanhar a trajetória de implantação de uma economia capitalista no país, destacando a força do poder simbólico dos bens culturais como articuladores sociais. A abertura de um universo tipicamente de responsabilidade do Estado (por seu caráter identitário) às ações, métodos e relações do universo privado é um caminho que pode iluminar essa reflexão. Compreender como essa ‘capitalização’ da cultura influencia os discursos de representação da identidade cultural requer repensar a postura do Estado, que oscila entre a tendência mundial de assumir um caráter gerencial, ou incorporar uma postura de atuação que considere o seu papel como assegurador de um espaço de convivência e de atendimento aos diferentes interesses sociais e políticos que o compõem.

Repensemos, então, a postura do Estado enquanto promotor das políticas culturais, sem perder de vista a sua historicidade, articulando sua formação política e social aos interesses que essas políticas atendem, esperando que essa pequena reflexão possa contribuir para a ampliação dos estudos sobre identidades culturais⁶.

⁶ Para um debate mais aprofundado sobre a questão das identidades culturais influenciadas pelas ações de políticas culturais no contexto da globalização, ver CANCLINI, Nestor. *Consumidores e Cidadãos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

1. “A serviço da Nação”: Estado, Cultura e Identidade Nacional no Brasil Pós-64

“Quais são os valores permanentes de uma nação?

(...) Só os bens culturais. Só o acervo do nosso processo criativo, aquilo que construímos na área da cultura, na área da reflexão, que deve tomar aí o seu sentido mais amplo – costumes, hábitos, maneiras de ser. Tudo aquilo que foi sendo cristalizado nesse processo, que ao longo desse processo histórico se pode identificar como valor permanente da nação brasileira.

(...) Estamos num processo nítido de querer encontrar nossa identidade política.

Como se encontrará? Onde se encontrará? Não há outro caminho a não ser o conhecimento, a identificação, a consciência coletiva, a mais ampla possível, dos nossos bens e valores culturais”.

Aloísio Magalhães, 1997, p.47-48

“A História é a matéria-prima para ideologias nacionalistas, étnicas ou fundamentalistas, da mesma maneira como as papoulas são a matéria-prima para os viciados em heroína.

O passado é um elemento essencial, talvez até mesmo o elemento essencial nestas ideologias.

Quando não existe passado adequado, ele sempre pode ser inventado”.

HOBSBAWN, Eric. In: O Estado de São Paulo, 16 jan. 1994.

Especial Domingo, p.D 6.APUD: FONSECA, 2005, p. 49

Iniciar com dois autores – um historiador inglês e um intelectual e político brasileiro, habitantes de contextos *diferentes*, afirmando suas *diferentes* posições com relação ao uso do passado como fundamento da idéia de Nação, mas, concordando com o seu potencial retórico, revela um pequeno horizonte da questão de que trata esse capítulo – como a memória pode ser manipulada por instituições políticas, através da representação simbólica sintetizada pelo patrimônio cultural, demonstrando que essa ferramenta política é utilizada como amálgama no discurso de construção de identidades, servindo aos interesses e demandas dos grupos identificados a essas instituições.

Aloísio Magalhães apresenta muito claramente no trecho acima, o debate sobre a apropriação da cultura e de bens culturais para a formação de uma identidade nacional dentro de um projeto institucional de governo. No entanto, sua concepção de “passado” enquanto matéria-prima manipulável por estruturas de poder tem outro sentido. Enquanto para Hobsbawn a questão-chave para compreender as identidades nacionais e os nacionalismos é a invenção de tradições baseadas na inviolabilidade do passado que unifica a Nação, para Aloísio, a nacionalidade se constrói através da apropriação e preservação pelo Estado, das dinâmicas sociais de adaptação das culturas populares (consolidadas pelos bens culturais que produz) e, portanto, situadas em um passado em constante transformação. Ou seja, enquanto para o primeiro as tradições que formam identidades nacionais se situam num passado remoto

e inquestionável, para o segundo, a identidade nacional, em constante transformação, estrutura-se sobre as experiências vivenciadas pelos indivíduos, adaptando-se ao contexto social e econômico em que essas sociedades se inserem. Apesar das perspectivas diferenciadas sobre os modos de apropriação e narrativa, os autores concordam que as tradições podem ser construídas através de uma matéria-prima altamente moldável – a memória coletiva – adaptadas às condições e necessidades do presente que as reflete (no argumento de Aloísio) ou servindo de modelo através da glória de um passado distante (no caso de Hobsbawn), constituindo-se a preservação do patrimônio cultural uma prática de consolidação da idéia moderna de Nação.

Hobsbawn descreve o universo da tradição, cuja monumentalidade justifica a preservação de objetos que mantêm aspectos desse passado grandioso. Aloísio descreve o universo do conhecimento, adquirido pela experiência pessoal dos indivíduos de um grupo, argumento este que justifica a preservação dos bens produzidos por seu sentido empírico. O primeiro se refere às narrativas de heróis da Nação que formam tradições; o segundo defende a preservação de um patrimônio ‘cotidiano’, edificado sobre a idéia de experiência vivida coletivamente, unificando assim, aqueles que compartilham o discurso da nacionalidade. O Estado é o elemento de aproximação da Nação e sua história, por isso, a ‘transitoriedade’ associada aos bens culturais de um lado, e do outro, a inexorabilidade e a permanência como fundamento de monumento nacional.⁷

HALL (2005) defende que a formação das culturas nacionais edifica-se sobre cinco elementos fundamentais: a narrativa dos símbolos ou rituais que representam as experiências partilhadas; a crença na continuidade das origens representadas pela tradição e pela noção de intemporalidade inerente a nação; a invenção de tradições que permitem cristalizar valores individuais em proporções nacionais; a presença do mito fundador que situa a origem da nação num passado imemorial incapaz de ser questionado; e por fim, a identidade nacional baseada na idéia de um povo enquanto entidade política, capaz de homogeneizar as diferenças sociais. Uma definição que dá conta de apresentar o universo desse capítulo.

⁷ José Reginaldo S. Gonçalves apresenta uma discussão muito interessante sobre a narrativa patrimonial como um gênero de discurso moderno, muito aproximado da estrutura do romance. Ver GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. IN: LIPPI, Lúcia Oliveira (org). *Cidade, história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Seguindo essa perspectiva, para compreender o objeto desse capítulo (o uso de uma história e de uma memória como instrumentos identitários a serviço da Nação) é necessário inseri-lo no contexto de consolidação de um discurso de modernização do Estado brasileiro no século XX, associando-o a questão de construção de um campo institucional de cultura no Brasil como um de seus principais direcionamentos políticos. A consolidação de uma identidade nacional vinculada à possibilidade de desenvolvimento econômico e fortalecimento político da sociedade brasileira acompanha, desde os anos 1930 até o século XXI, os discursos dos governos, tornando-se seu instrumento de legitimação política. É imperativo para o sucesso dessa análise, situar a estrutura estatal enquanto o principal elemento promotor do processo de afirmação dos símbolos de identidade nacional, e destacar a forma como os grupos hegemônicos do Estado têm se utilizado dessa mesma estrutura para assentar seus sistemas de valores e interesses, projetados enquanto valores e interesses da Nação.

Os níveis de profundidade e estreitamento da relação entre o Estado e a área da Cultura no Brasil podem ser observados a partir das sucessivas gestões administrativas; quer dizer, pode-se afirmar que a postura e o discurso do Estado com relação à área cultural modifica-se conforme o universo político dos grupos hegemônicos no poder. Isso destaca a fragilidade das diretrizes de política cultural no Brasil, que por sua vez constituem assunto bastante delicado, pressupondo o planejamento de recursos políticos, econômicos e institucionais voltados à elaboração e execução de programas de atuação do poder público na promoção de atividades de cunho cultural.

Na trilha da construção de um organismo governamental capaz de estruturar discursos formadores das identidades nacional, tem-se num primeiro momento, como marco referencial, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, acompanhando o processo de implantação do Estado Novo, e delineando o perfil institucional de preservação patrimonial no Brasil. Esse período de institucionalização de uma memória nacional, intitulado aqui como o ‘Pensar a cultura na modernidade’, pode ser definido como o momento em que as elites políticas assumem o discurso da nacionalidade como objeto-fim para o ingresso do Brasil no universo cultural da modernidade européia. Esse “universo cultural da modernidade européia” carrega implícita a intenção de inserir o país em um quadro de consumo e produção de bens simbólicos ligados aos valores e signos

de grupos detentores de um poder simbólico ‘elitista. Mário de Andrade preocupou-se com a influência da “modernidade européia” em seus escritos sobre a cultura nacional⁸, quando afirma que é necessário ao Brasil a definição de um ‘caráter’ próprio, que não seja por demais europeizado e muito menos isolacionista; para ele, a definição de um ‘caráter’ nacional se daria pela compreensão de como a cultura brasileira foi formada a partir do contato com o ‘outro’, o que lhe define um perfil moderno particular, assentado na relação do ser ‘universal’ em conflito com o ser ‘local’.

Acompanhando a tradição européia “pós-revolução-francesa” de institucionalizar a preservação do patrimônio histórico e artístico como meio de solidificar os discursos identitários nacionais, verifica-se na prática do SPHAN, uma teatralização do passado, ora através da valorização de símbolos e signos de uma cultura européia-branca, ora pela valorização da cultura material popular mestiça brasileira. Quer dizer, a criação de um órgão federal de preservação atende aos propósitos de legitimação do universo simbólico dos grupos majoritários no poder, sejam eles ‘tradicionais’ ou desenvolvimentistas.

Pensar a cultura brasileira na modernidade é situar o debate da construção de uma identidade nacional a partir de dois pressupostos caros ao Modernismo – o caráter universal e ao mesmo tempo particular da cultura brasileira (pressupondo sua existência homogênea), frutos de sua mestiçagem - que formatam o valor de grande parte das expressões culturais no Brasil –, e a necessidade de afirmar a autonomia e a força desse campo (o cultural) em relação às outras instâncias da vida político-social como elemento constituinte da nacionalidade brasileira, através da institucionalização de práticas de preservação da cultura.

As contradições geradas pela presença dos modernistas no setor federal de cultura refletem-se na prática institucional. Olhar o passado (colonial) em busca de vestígios de uma tradição genuinamente brasileira pressupõe a valorização de elementos simbólicos oriundos das três linhas de formação da cultura nacional (branca, negra, indígena), prática rejeitada pelo SPHAN, que optou por preservar elementos de afirmação da cultura branca (como igrejas, quartéis e obras de arte erudita); ou seja, valorizar a especificidade da cultura

⁸ Para uma visão aprofundada da importância da obra de Mário de Andrade para a discussão de cultura e identidade nacional, ver SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, e ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho*. Brasília: SPHAN/ Pró-Memória, 1981.

mestiça brasileira chocava-se com o discurso histórico das elites brasileiras de valorização das culturas européias como paradigma de Nação.⁹

Os anos 1930 são, portanto, referenciais para compreender o conceito de cultura que fundamenta o modelo institucional no Brasil até a contemporaneidade. O desejo de incorporar um discurso moderno ao corpo de um Estado autoritário encontrou na área da Cultura seu maior argumento, e a presença de intelectuais defensores de ideais modernistas dentro do aparato estatal, validava a iniciativa do governo federal em valorizar a memória e a história nacionais, fundamentais para a unidade e o fortalecimento da Nação. O universo ideológico do Estado Novo, com suas contradições políticas internas, inaugura uma nova fase do capitalismo no Brasil; a nascente indústria nacional não poderia deixar de fora a área da cultura, responsável nessa estrutura pela sustentação de um universo simbólico onde a existência do arcaico e do moderno convivessem dentro de um mesmo conceito de Nação, através da existência de expressões materiais de um passado arcaico colonial convivendo com monumentos representantes de um Brasil moderno, questão essa que se manifesta até hoje.

O momento de resignificação do papel do Estado e do início do flerte com a iniciativa privada estabelece o recorte temporal do segundo eixo da relação Cultura & Estado, no período pós-1964, coincidindo com o estabelecimento de novo estágio no desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. O contexto ditatorial do período que se segue ao golpe militar de 1964 indica novos direcionamentos na área da cultura, entendida como elemento aglutinador da nação. A presença do Estado como normatizador da área da Cultura é permeada pelos constantes conflitos de interesses entre os projetos dos intelectuais “tradicionais”, responsáveis pela formulação de uma política federal de cultura, centrada na figura do Estado como seu propulsor e fim, e o empresariado apoiador do governo militar, interessado em expandir seus mercados com o suporte do aparelho estatal.

Portanto, o item “*Pensar a Cultura na Modernidade - relações de poder dentro do aparato estatal*” busca compreender em que sentido o argumento de consolidação da cultura nacional foi utilizado como elemento de afirmação de propostas políticas que tinham a finalidade de inserir o Brasil no ‘hall’ dos países “modernos” (leia-se ‘capitalistas’), cuja modernidade se assentaria no reconhecimento da existência de uma cultura “plural”, formada

⁹ Esse conflito entre preservação de bens culturais de origem erudita e bens de raízes populares caracterizou boa parte da memória institucional do IPHAN. A ampliação do conceito de patrimônio histórico se realiza somente a partir dos anos 1960 e será discutida no capítulo 2 dessa dissertação.

pelo contato entre várias culturas, que justificando ora o fortalecimento de uma indústria nacional, ora a necessidade de coexistência de indústrias estrangeiras no mercado nacional, serviu sempre como instrumento de controle ideológico. Os impasses e os discursos contraditórios do Estado “promotor-da-modernidade-cultural-nacional” serão analisados a partir da perspectiva das propostas políticas de preservação do patrimônio cultural, entre o período de fundação do SPHAN, em 1937, e o final do período militar, em meados dos anos 1980.¹⁰

O segundo item do capítulo, “*Patrimônio Nacional: Cultura e Identidade em tempos ‘globais’*”, analisa os argumentos presentes nas propostas de preservação do patrimônio cultural no Brasil a partir de gestões políticas de cunho neoliberal, buscando compreender o deslocamento dos focos e finalidades da área cultural nos projetos políticos de governo. Considera-se para a reflexão desse tema, um contexto de economia e relações políticas globalizadas, em que a questão identitária é abordada a partir de uma perspectiva mercadológica definida em escala política internacional. A imbricação do universo da economia na elaboração de políticas culturais altera visivelmente o escopo de atuação da esfera pública, transferindo um enfoque característico da esfera privada/ empresarial, para a gestão pública. A valorização do espaço da cidade através de seu potencial cultural sintetiza as premissas políticas do neoliberalismo, e permite que se delineie a identidade cultural ‘global’ que os grupos de poder desejam construir.

Esse modelo de gestão política “global”, adotado como cartilha no Brasil a partir dos anos 1990, consolida a lógica de relações político-econômicas interdependentes entre nações, e caracteriza o momento denominado por alguns intelectuais como “modernidade tardia” ou “pós-modernidade”¹¹. A entrada na pós-modernidade vem definida nos discursos governamentais como objetivo político a ser alcançado pelo país, instrumentalizada pela política do “não-isolacionismo” cultural que acaba por fortalecer o viés de consumo cultural

¹⁰ A obra de Isaura Botelho (2000) desenvolve o debate sobre a consolidação da área cultural no aparato do governo federal a partir das contradições políticas que o constituem. Sua tese traça o desenho institucional da cultura no período dos anos 1970 aos anos 1990, identificando nessa estrutura os conflitos de interesses que determinaram o perfil e a atuação dos órgãos federais de cultura no Brasil.

¹¹ David Harvey (2004) e Stuart Hall (2005) se aprofundam na tarefa de conceituar o período que se segue ao final da 2ª Guerra Mundial e que se consolida nos anos 1960/70 nos países ‘ditos’ de 1º Mundo. Stuart Hall define três possíveis consequências da “globalização” sobre as identidades culturais, iniciando pela desintegração das identidades nacionais, promovida pela homogeneização cultural, seguida por um movimento de resistência a esse processo através da valorização de entidades locais, encerrada na geração de novas identidades, híbridas, substitutas do posto antes ocupado pelas identidades nacionais.

surgido anos 1970, revestido do sentido da inexistência de uma realidade separada da indústria cultural. Ou seja, nesse item o destaque será a influência de um contexto global na afirmação de identidades, a partir de uma perspectiva política neoliberal, destacando essa relação de influência dentro dos discursos oficiais sobre o papel da cultura e do patrimônio cultural no Brasil ‘democratizado’.

O Estado seria democrático na medida em que procuraria incentivar os canais de distribuição dos bens culturais produzidos. O mercado, enquanto espaço social onde se realizam as trocas e o consumo, torna-se o local por excelência, no qual se exerceriam as aspirações democráticas.¹²

O último item do capítulo, “*Estado, Cultura e Política no Brasil: Nação e Nacionalidade como fins?*”, reflete sobre o “uso” da cultura (e no caso, do patrimônio cultural urbano) como instrumento político, e argumento de desenvolvimento econômico; procurando apontar a historicidade nessa prática, sempre a partir do viés dos conflitos de interesses que a estruturam, identificando-os dentro do aparato e do discurso do Estado, antes organizado como interventor dos interesses nacionais, atualmente como seu ‘mediador’. A legitimidade dos projetos de preservação do patrimônio cultural assenta-se a partir de seu aspecto de bem público, que tem o poder de gerar consenso entre a opinião pública dos benefícios trazidos pela valorização cultural de um lugar (incluindo a valorização da identidade). Essa contradição entre discurso estatal e lógica privada no âmbito da cultura encerra a discussão do primeiro capítulo.

1.1. Pensar a cultura na Modernidade – relações de poder dentro do aparato estatal

Partindo de uma visão antropológica, a cultura se define como “a elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, idéias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, com o tempo, com a natureza e com os humanos”.¹³ A cultura, para CHAUI (2006), tornou-se sinônimo de história ao constituir-se o espaço da transformação racional, onde os seres humanos estabelecem sua relação com o tempo e o espaço, passando na modernidade, a ser associada, por esse caráter transformador, à idéia de progresso. É pensando nessa aproximação à idéia de progresso que os aparelhos de

¹² ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p.116.

¹³ CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural - O direito à Cultura*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2006. p.72.

Estado modernos se apropriam do conceito de cultura, edificam seu discurso identitário e organizam sua estrutura política. Apropriando-se da retórica da história, o Estado Nacional prepara o território político para a consolidação de sua legitimidade, elaborando estratégias discursivas que lhe permitam cultivar os valores e mentalidades das classes políticas como valores nacionais. Para selecionar o elemento capaz de promover essa aglutinação de sentidos, o Estado seleciona intelectuais, que retiram as manifestações culturais da esfera particular e as articula com a totalidade característica ao discurso estatal. A idéia de mestiçagem cultural construiu o universo ideológico adequado para a consolidação do Estado moderno brasileiro. É a partir da institucionalização dessa lógica de apropriação do universo cultural pelo governo que se iniciamos nossa discussão.

Tomando a idéia de mestiçagem como o ‘caráter’ de cultura brasileira, institucionaliza-se no Brasil o elemento de constituição da identidade nacional. Carlos SANDRONI (1988), referindo-se às contribuições de Mário de Andrade para a área de cultura aponta a importância da construção de um “caráter” nacional para os modernos, e apresenta no conjunto da obra do autor de “Paulicéia Desvairada” (1922) e “Macunaíma” (1928) sua defesa pela elaboração de uma identidade nacional fincada na fusão das culturas européias às culturas indígenas e negras, caracterizando o perfil civilizado do ‘homem moderno’ brasileiro. O argumento do ‘ensopado’ cultural despertou em Mário o desejo de realizar uma pesquisa detalhada das manifestações culturais autenticamente brasileiras existentes no interior do país, e serviu posteriormente como base para a elaboração do anteprojeto de lei para a constituição do órgão federal de preservação do patrimônio nacional. SANDRONI (1988) conclui que a partir dos estudos de Mário de Andrade, a modernidade brasileira despertou para o conhecimento de um outro Brasil, calcada no lema de que “(...) para entender esse “caçanje”, essa língua mestiça, “não carece vestir tanga”; ao contrário, o verdadeiro civilizado, que não anda de tanga, é quem sabe o que é guariba.”¹⁴

Sobre essa idéia de herança civilizatória, Mário de Andrade inicia seus estudos acerca das particularidades da cultura brasileira, no empenho de expor a autenticidade e a existência de uma cultura nacional, localizando crenças, hábitos e objetos materiais ‘mestiços’ que se constituiriam a cultura a ser preservada e defendida pela Nação.

¹⁴ SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade*. SP: Vértice; RJ: IUPERJ, 1988, p.134

A busca de Mário de Andrade e do grupo de intelectuais e políticos modernistas pelo ‘caráter nacional’ desperta o interesse da elite dirigente do Estado Novo, que nesse momento ansiava por elementos que legitimassem o governo autoritário recém imposto; a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional enquadrou-se perfeitamente como elemento de unidade política então almejado. O grupo modernista de São Paulo já vinha promovendo o debate sobre a institucionalização de um órgão responsável pela preservação da memória paulista, e o governo estado-novista vislumbrou nessa iniciativa uma possibilidade de atender a demanda por órgãos que traçassem a nova estrutura governamental, identificando ao mesmo tempo, as vantagens de estabelecer uma parceria política com os paulistas, adequada a uma imagem política unificada da federação. Ou seja, trazer o grupo modernista para os braços do Estado, apresentava uma imagem de Nação unificada e democrática, que atendendo a demandas de diferentes atores políticos inseria-os dentro de seu aparelho estatal, seduzindo, dessa forma, a opinião pública. Uma leitura crítica sobre a iniciativa do Estado Novo indica que:

(...) a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima. Colocar a problemática dessa forma é, portanto, dizer que existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado.¹⁵

Seguindo a tradição de formação dos Estados Nacionais, o uso ideológico do patrimônio cultural no Brasil atendeu o fortalecimento de projetos políticos que se justificavam como incentivadores da cultura nacional¹⁶. Atendendo a interesses políticos e econômicos de uma nova burguesia no poder, o modelo pelo qual o Estado Novo ampliou seu aparato estatal, inovando a estrutura política existente, gerou novos instrumentos de controle institucional e ideológico.

O discurso da identidade nacional, apoiado pela idéia de um Estado forte e centralizador, serviu ao Estado Novo como forte elemento de controle ideológico, necessário à adaptação de novos universos de consumo vinculados à “modernidade”. Definidos os

¹⁵ ORTIZ, R. *Op. cit.*, 2003, p. 09.

¹⁶ Eric Hobsbawm e Terence Ranger desenvolvem em “A invenção das Tradições (1997)” interessante discussão sobre a importância da apropriação da memória para a formação dos Estados Nacionais, e como sua manipulação representa interesses políticos de grupos que disputam a hegemonia no poder. A Nação e seus derivados (nacionalismo, Estado Nacional, símbolos nacionais, interpretações históricas) resultam de “tradições inventadas”, estruturadas sobre imagens do passado, a fim de se legitimarem como instituição ‘natural’ às comunidades humanas, e enraizada na antiguidade, de forma a não serem questionadas.

universos simbólicos formadores da identidade nacional, e esboçados os perfis institucionais das áreas da educação e da cultura, a nação brasileira estaria preparada para ingressar no Panteão dos países civilizados, e por assim dizer, estaria apta a receber e implantar, do seu jeito, a lógica econômica e política dos mesmos. Quer dizer, numa dinâmica de ‘mão dupla’, a criação de um pátio industrial nacional seria embasada pela construção de uma nova mentalidade de consumo, que se solidificaria pela inserção de elementos simbólicos valorizadores do produto nacional, sustentado na figura do estado brasileiro. Pela primeira vez, a cultura passava a assunto oficial de enorme interesse, e junto com a área da educação, tornar-se-iam bases de sustentação da unidade da nação.

O que interessa aqui apontar é a escolha da memória nacional, pelo grupo de dirigentes do Estado Novo, como esse elemento unificador da identidade nacional, selecionando a preservação do patrimônio histórico, a exemplo de países como a França e a Inglaterra (o Brasil adotou o modelo de gestão patrimonial francês), como o instrumento de fortalecimento da idéia de Nação e símbolo de brasilidade.

Historicamente, foi a idéia de Nação que veio consolidar o conceito de patrimônio enquanto um conjunto de valores históricos e artísticos, de cunho ideológico, e foi o estabelecimento dos Estados Nacionais que assegurou juridicamente a preservação desse patrimônio (nomeado de tal forma por constituir a herança identitária da nação).

As funções simbólicas do patrimônio justificam sua força ideológica enquanto bem cultural mais concreto e manipulável pelo poder. Por suas funções, o conceito de patrimônio vincula-se intrinsecamente ao conceito de Nação:

1. Reforçar a noção de cidadania, [por constituir-se] propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens;
2. (...) bens representativos da nação / [reforça a coesão nacional] – a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação, simbolizada também por obras criadas expressamente com essa finalidade;
3. (...) funcionam como documentos, como *provas materiais* das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando legitimar o poder atual;
4. A conservação desses bens (...) é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos.¹⁷

¹⁷ FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. RJ: IPHAN/ UFRJ, 2005, p.59-60.

O poder de re-significar um bem, conferindo-lhe novo valor de uso é uma das características pelas quais os governos adotam o patrimônio cultural como bem simbólico legitimador de idéias. Ou seja, uma estação de trens que se torna patrimônio perde o valor de uso, tornando-se referencial para delinear os modos de viver e pensa de determinada época ou sociedade. Essa face pedagógica de sua função documental é a chave para compreender a importância dos projetos de preservação do patrimônio cultural para sustentar projetos políticos maiores.

Algumas das intenções do convite realizado pelo Estado Novo ao grupo modernista revelam-se na definição das funções simbólicas do patrimônio colocadas por FONSECA (2005); além da oportunidade da aliança política regional paulista, essa ‘parceria’ afrouxava a imagem ditatorial do Estado, representando a possibilidade de realização do desejo da sociedade civil em preservar a sua história, bem como associava essa união à composição de um sistema governamental plural e representativo. Aparentemente, essa imagem de democracia e representatividade dentro do Estado contradiz-se ao modelo político ditatorial instituído, porém esconde a fundamentação desses conceitos (democracia e representatividade) para a existência de uma indústria cultural, necessários à criação de um espaço de neutralidade e acessibilidade universal para o mercado. Como política do Estado Novo, a existência de uma indústria cultural nacional passa a significar o espaço democrático da Nação, já que

a noção de cultura de massa pressupõe a idéia de democracia, pois as agências, na medida em que desempenhariam meramente uma função de distribuição, seriam neutras. O Estado e as indústrias culturais despolitizam a questão da cultura, uma vez que as relações sociais são apreendidas como “expressão popular”.¹⁸

Selando a aliança política Estado Novo-intelectuais-cultura, o então ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, solicita a Mário de Andrade que elabore um projeto para a criação de um órgão federal de preservação do patrimônio nacional, centralizado na figura do Estado como o protetor da herança cultural da Nação. O Estado criva então, um espaço de atuação autônoma dos intelectuais na gestão da área de Cultura no Brasil, e abria uma lacuna para que ideais “contraditórios” se fixassem ao discurso oficial estatal instalando-se no seio da estrutura governamental. Mário de Andrade, sentindo o sabor dessa “liberdade”, foi ousado ao sugerir métodos inéditos de preservação, levantamento e pesquisa e descrição

¹⁸ ORTIZ, Renato. *Op cit.* p. 125.

dos bens materiais e imateriais possíveis de integrar ao patrimônio artístico, fundamentais para uma completa formação do caráter nacional.

A especificidade do anteprojeto proposto por Mário de Andrade em 1937 e depois reformulado por Rodrigo M.F. de Andrade no decreto-lei nº 25, apresentava-se na reunião e articulação do conjunto de bens que se constituíram como o conjunto patrimonial da nação brasileira, assim como inovava juridicamente na institucionalização unificada de um órgão de proteção governamental do patrimônio cultural.¹⁹ O teor visionário do anteprojeto proposto por Mário de Andrade ao Ministro Capanema, que incluía, além da arte e arquitetura, manifestações folclóricas e corporais (como a dança e a música) que considerava os elementos primordiais à formação da identidade nacional brasileira, não se realizou como previa seu idealizador, pois a dificuldade de proteção legal que previa e os conflitos políticos em relação a questões que tocavam a inviolabilidade da propriedade privada, adaptaram o anteprojeto às possibilidades jurídicas da constituição brasileira vigente, e moldaram o que se tornou o Decreto-lei nº. 25/ 1937, restringiu a preservação institucional aos bens culturais materiais, focado no patrimônio edificado e nas belas-artes nacionais.

O tombamento tornou-se (com o decreto-lei 25/ 1937) o instrumento de legitimação, por excelência, do valor cultural de um bem, tanto por parte dos agentes oficiais, quanto pelos agentes sociais. O processo de tombamento de um bem, até os dias de hoje, reflete os confrontos políticos de interesses, além de consolidar juridicamente e simbolicamente o conjunto de valores e sentidos atribuídos ao grupo cujos interesses são os vencedores.

Institucionalizar a memória nacional²⁰ “captada” pelo patrimônio histórico e artístico seria, portanto, inserir a Nação no conjunto de países capazes de reconhecer a

¹⁹ As obras de Isaura Botelho (2000) e M. Cecília Londres Fonseca (2005) traçam importantes e minuciosos históricos institucionais da área da cultura; a partir de perspectivas diferentes – Isaura como personagem integrante do universo da FUNARTE e Maria Cecília como membro do IPHAN –, as autoras apontam a importância do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade como eterno paradigma de atuação do IPHAN. O decreto-lei nº. 25/1937 funcionou como norte da atuação do IPHAN até meados dos anos 1980, quando as manifestações folclóricas e populares valorizadas no anteprojeto andradiano passam a influenciar o movimento de ampliação dos bens culturais patrimoniais, inserindo bens imateriais como objeto de preservação do IPHAN.

²⁰ O conceito de memória coletiva é importante para compreender as intenções preservacionistas do Estado Novo. Como Estado autoritário, de tendência ‘totalizante’, a apropriação do conceito de memória coletiva como sinônimo de memória nacional foi essencial para a reprodução de manifestações monumentais, associadas à grandiosidade da nação. “A memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente em seu cotidiano. (...) A

importância de sua cultura para as gerações presentes e futuras, caracterizando o Brasil como Nação moderna, graças à vontade e iniciativa do Estado, elemento capaz de unificar e engrandecer a história nacional. Para ORTIZ (2003),

(...) A identidade nacional é uma entidade abstrata e como tal não pode ser apreendida em sua essência. Ela não se situa junto à concretude do presente, mas se desvenda enquanto virtualidade, isto é, como projeto que se vincula às formas sociais que a sustentam. (...) O discurso nacional pressupõe necessariamente valores populares e nacionais concretos, mas para integrá-los em uma totalidade mais ampla. (...) O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo.²¹

O ano de 1937 marcou o início da proteção oficial do patrimônio histórico e artístico no país, e a promulgação do decreto-lei nº. 25, seguida da criação do SPHAN estabeleceram uma tradição institucional de preservação patrimonial no Brasil, calcada em padrões conservadores, que ficaram conhecidos como os representantes do modelo de preservação da “pedra e cal”. Esses padrões estéticos e políticos atenderam durante muitos anos à necessidade de legitimação da elite que subiu ao poder com Getúlio Vargas, e tornaram-se representantes de valores culturais válidos como representantes da nacionalidade. Dessa forma, institucionalizando critérios de valoração cultural, o Estado “matava dois coelhos com uma só cajadada”, legitimando o universo simbólico de uma elite como valores universais da Nação, e estabelecendo, ao mesmo tempo, um universo cultural “moderno” no Brasil, estruturando assim, o surgimento de espaços de consumo de cultura.

[critérios de gestão do patrimônio na fase heróica do SPHAN – 1937 até a década de 70]:

- 1) o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas.
- 2) prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista.
- 3) a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes.
- 4) na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição no Livro do Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições.²²

memória nacional se situa em outro nível, ela se vincula à história e pertence ao domínio da ideologia. (...) A memória coletiva se aproxima do mito, e se manifesta portanto ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social (...) Enquanto história, ela, se projeta para o futuro e não se limita a uma reprodução do passado considerado como sagrado.” (ORTIZ, *Op cit*, p.135)

²¹ ORTIZ, Renato. *Op cit*. p.138-139.

²² FONSECA, M. C. Londres. *Op cit*, 2005, p.116.

A década de 1970 registrou no histórico institucional da área de cultura no Brasil um período de transformação da estrutura governamental elaborada pelo Estado Novo. Novamente em um contexto de regime político autoritário, o setor da cultura passa a ser o componente estratégico de um discurso unificador, e a configuração político-econômica dos pós-1964 trouxe consigo demandas de estrutura econômica que a estrutura tradicional do Ministério da Educação e Cultura não conseguiu suprir. A criação do setor de Ação Cultural tornava-se um instrumento político do Estado; mapear a produção artística brasileira significava conhecer as possibilidades de exploração e controle da área, pois ao mesmo tempo em que a criação da FUNARTE atenderia aos produtores e artistas nacionais, a estrutura funcional permitia o controle político do setor artístico e cultural. Entretanto, o argumento de valorização da Segurança Nacional que sustentaria esse controle, não encontrou consenso entre o corpo de funcionários, tanto do setor patrimonial quanto do setor de ação cultural, que encontrando ‘lacunas’ de autonomia no aparelho estatal sustentava o “fazer a cultura” baseados na liberdade de pensamento e expressão. Verifica-se, portanto, que a área de cultura incluía, além do espaço de inovação de métodos de gestão e incentivo a criação artística plural, a base do discurso nacionalista que por sua vez, chocava-se com o crescimento (apoiado pelo Estado Nacional) da indústria internacional, que encontrava terreno fértil para a consolidação da mentalidade capitalista de consumo.

A área da Cultura foi marcada nos anos 1970 pela tentativa de implantação de projetos culturais que dessem conta de estruturar o setor cultural e organizar a diretriz política de atuação dos órgãos federais e estaduais de cultura, buscando articulá-los com propostas norteadoras de uma ação política nem sempre em harmonia com o discurso do regime militar. O surgimento do PAC (Programa de Ação Cultural) em agosto de 1973, inicia uma nova vertente de atuação do Estado na área de cultura – a produção cultural – e instala novas dinâmicas e metodologias de gestão de cultura no Brasil baseada no financiamento estatal.

O Programa de Ação Cultural (PAC) foi instituído como principal fonte de financiamento estatal da cultura e funcionou como importante instrumento de agilização da área cultural. A experiência extraída do PAC mapeou as tendências de concentração de recursos ou mesmo de sua pulverização, informações essas que direcionaram a distribuição dos recursos federais.

Formalmente o PAC deveria cumprir três objetivos primordiais, quais sejam: a preservação do patrimônio histórico e artístico, o incentivo à criatividade e à difusão das atividades artístico-

culturais, e a capacitação de recursos humanos. (...) A importância político-institucional desse “ideário de uma conduta” consistiu sobretudo no fato de haver logrado inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios.²³

Um dos problemas de gestão vivenciado pelo setor no pós-1964 é o conflito político entre uma postura assistencialista do Estado versus a existência de uma lógica de mercado da indústria cultural. Essa situação resulta da coexistência de uma tradição francesa de financiamento da Cultura no Brasil, herdada pelo modelo institucional dos anos 1930, e da inserção, nessa estrutura, de uma lógica de mercado globalizada iniciada com o regime militar e consolidada nos anos 1980. O conflito entre interesses públicos e privados acirrava-se na medida em que se detectava a inexistência de uma política pública definida para o setor cultural, pois

A inexistência de uma política orgânica substantiva na área da cultura não significa que não exista no país um projeto cultural em execução. Esse projeto existe, é o projeto do mercado, é a indústria cultural. Não é um projeto engendrado e implementado pelo Estado, mas sim por empresas privadas, sendo por ele consentido. (...) a ausência de ações estatais tendentes a regular o mercado, permitindo assim o seu arbítrio completo no que diz respeito à produção, circulação e consumo de bens culturais, acarretaria a reprodução das grandes desigualdades que caracterizam esse mesmo mercado.²⁴

Os projetos de consolidação institucional da área da produção cujo mercado consumidor tendia à expansão (cinema, livro, rádio e televisão) foram aqueles em que houve maiores esforços institucionais para ampliar a presença governamental. Como esses setores articulavam interesses privados (de um mercado cultural crescente), a presença do governo foi estrutural/ estimuladora para esses grupos, pois uma intervenção estatal demasiadamente forte burocratiza e dificulta a dinâmica mercadológica- comercial necessária ao crescimento desses setores. Portanto, a atuação mais personalizada do Estado nos anos 1970, voltadas à “construção institucional” da cultura focaram-se no teatro, artes plásticas, música erudita, dança, etc., ao mesmo tempo em que o discurso do Estado tinha um perfil preservacionista em relação aos bens culturais.

²³ MICELI, Sérgio. “O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70)”. IN: MICELI, S. *Op cit*, 1984. p.56/57.

²⁴ MACHADO, Mário Brockmann. “Notas sobre Política Cultural no Brasil”. IN: MICELI, Sérgio (org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL/ IDESP, 1984. p.11.

Seguindo a análise realizada por COHN (1984), a política cultural dos anos 1970 no Brasil dividiu-se em duas etapas: a primeira, que vai de 1970 a 1975, caracterizada pela elaboração de propostas que equacionassem a cultura ao regime político militar; e a segunda, entre os anos 1975 a 1980, impressa pela operacionalização e renovação institucional da cultura iniciada pela criação da FUNARTE e pela elaboração da Política Nacional de Cultura (1975). A preocupação do governo pós – AI-5 em alcançar a hegemonia cultural e o controle institucional da área dos anos 1970 legitima a função política essencial da cultura.

A busca de uma política nacional de cultura realmente existe nessa fase crucial dos anos 70, e seu objetivo era bem definido: a codificação do controle sobre o processo cultural. Tudo isso tem a ver, sem dúvida, com a posição de desvantagem em que o regime se encontrava nesse terreno, visto as posições mais importantes ainda estavam ocupadas pelos “adversários”.²⁵

Os quadros a seguir, baseados na análise que COHN (1984) desenvolve sobre as tentativas de controle da área da cultura pelo Estado nos anos 1970, a partir da documentação política federal, destacam as intenções, propostas e discursos dos grupos políticos formadores da área cultural em 1973 e 1975, e permite traçar os conflitos existentes sobre o papel e o acesso da cultura para a Nação no contexto do regime militar.

1973²⁶- Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura

- Sugestão de criação de um órgão de cultura ou aumento da competência e dos poderes de planejamento de execução, coordenação e avaliação do existente.
- Concepção mais ampla de cultura, que inclui a participação de todos na sua formação, e portanto, justifica a democratização do acesso e de seu usufruto.
- Conceito de cultura relacionado à formação da identidade nacional, que justifica sua necessidade de ser tratada como assunto de segurança nacional e do desenvolvimento da nação.
- Conflito entre as considerações sobre o papel da cultura para a formação da nação e os objetivos da política cultural do governo federal.
- Linguagem do texto tenta agradar ao mesmo tempo os militares e os tecnocratas desenvolvimentistas, o que pode ser verificado nas contradições do discurso.

Fonte: COHN, Gabriel. . “A concepção oficial da Política Cultural nos anos 70”. IN: MICELI, S. (org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL/ IDESP, 1984.

²⁵ COHN, Gabriel. “A concepção oficial da Política Cultural nos anos 70”. IN: MICELI, S. *Op cit*, 1984, p.88.

²⁶ O documento de 1973, redigido pelo Conselho Federal de Cultura/ MEC, foi tirado de circulação e substituído pelo PAC, para o biênio de 1973-1974. Para saber mais sobre o documento de 1973, ver COHN, G. *op cit*., 1984, p.89-91.

1975- Política Nacional de Cultura

- Reforça o papel do MEC como coordenador estatal da área de cultura (através do Conselho de Cultura e do DAC).
- Cultura compreendida como elemento fundamental para o desenvolvimento social da nação.
- Argumento anti-elitista torna-se utilitário para legitimar a cultura como setor cuja atuação deve ser ampliada (fator “capital humano” do discurso tecnocrata) para a sobrevivência da nacionalidade. O texto deixa entender que seria essencial para o desenvolvimento da nação a ampliação da participação política e econômica de grupos *não tradicionais* nas decisões do Estado.
- Discurso de democratização da cultura pode ser lido como ampliação do consumo e “estímulo às concorrências qualitativas entre fontes de produção”. (COHN, 1984, p.93)
- O tom mais ‘liberal’ do texto coloca-o em paradoxo, pois propõe uma postura ‘antiestatizante’ na área da cultura, promovida por um órgão estatal, o que lhe dá o caráter auto-destrutivo, deixando lacunas na parte programática da política cultural.

Fonte: COHN, Gabriel. . “A concepção oficial da Política Cultural nos anos 70”. IN: MICELI, S. (org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: DIFEL/ IDESP, 1984.

O discurso de 1973 defende o tratamento da área da cultura como assunto de segurança e desenvolvimento nacionais, responsabilizando o Estado como seu apoiador e propulsor. A justificativa para tal postura, o caráter de base da identidade nacional que a cultura assume, mantém-se como eixo estratégico de política cultural federal, que situada em um contexto ditatorial assume “ares” de importância para a integridade e unidade da Nação. Na leitura do documento ficam evidentes as contradições de interesses e objetivos do setor, merecendo destaque as disputas políticas internas do Estado. A formulação das “Diretrizes...” não segue uma linha coerente de gestão pública: ora o discurso defende a ampliação do acesso e usufruto da cultura (que pode ser revestida de um viés mercadológico), ora defende o aumento do poder de intervenção e controle do Estado, indicando dois posicionamentos políticos contrários coexistentes dentro do aparato do MEC.

O documento de 1975 deixa evidente a consolidação da força do empresariado industrial no poder: o argumento de ampliar a participação de grupos “não-tradicionais” na área cultural não se refere a outros grupos. O principal ponto a ser destacado no discurso da “Política Nacional de Cultura” é a dualidade política do governo federal: propõe uma postura liberal, próxima ao universo do mercado, e reforça a importância da centralização da gestão pelo Estado, enfatizando a importância da presença do MEC como articulador cultural e defensor de interesses nacionais ligados ao desenvolvimento econômico e social da Nação. Enquanto no contexto econômico brasileiro a entrada do capital internacional se consolidava,

na área da cultura o discurso estatal defendia a valorização da identidade nacional, como forma de ‘barrar’ o avanço de um universo simbólico estrangeiro.

Enquanto a economia se internacionalizava de forma nunca vista até então na história do país, procurava-se na década de 50, através do ISEB, “‘fabricar’ um ideário nacionalista para se diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais”. O período pós-1964 marca a convivência do nacionalismo no plano simbólico e uma “reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital”.²⁷

(...) O que ele fez (o governo federal), dentro do jogo de compensações, foi dar atenção ao ‘nacional’ no plano das práticas culturais tradicionais, de menor impacto político numa sociedade de massas, enquanto criava as condições de infra-estrutura para a expansão da mídia eletrônica, sua cultura de mercado e seu jornalismo semi-oficial. (...) Se, como vemos, os anos 70 representaram o momento de grande institucionalização federal na área da cultura, transformando o Estado no “grande mecenas da cultura brasileira”, ao mesmo tempo ia sendo construído, paralelamente, aquele que foi, na verdade, o grande investimento cultural do regime autoritário: a construção de um sistema de poder através da mídia eletrônica.²⁸

A inclusão do argumento identitário, característico dos “intelectuais tradicionais”, no texto da “Política Nacional de Cultura” permite desvelar a intenção do Estado em preservar valores tradicionais vinculando-os ao novo modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo regime militar, além de deixar subentendido que o movimento de 1964 constituía-se em continuidade entre valores do passado e aspirações do presente, associando-o ideologicamente às origens da discussão sobre cultura brasileira. A cultura brasileira, dentro desse discurso, é entendida como um patrimônio a ser preservado, pois analisá-la permite estabelecer uma relação de continuidade democrática e diversificada na história do povo brasileiro. O conceito de aculturação/ sincretismo proposto pelo Plano Nacional de Cultura de 1975 (elaborado e assinado pelo Conselho Federal de Cultura) pressupõe um universo onde não se manifestam relações de poder e, portanto, torna-se um processo onde “essa ausência é compreendida pela ideologia tradicional como sendo um indício de democracia”.²⁹ Sustentam-se sobre essas questões os conflitos que se estabeleceram no governo militar nos anos 1970: uma postura ‘liberal –conservadora’ localizada em meio aos conflitos com as exigências contraditórias da intervenção estatal e da indústria cultural, “da modernização e da conservação, do desenvolvimento como meta e da preservação da cultura dos seus efeitos, da difusão dos resultados e da ênfase na participação criativa”.³⁰ A década assistiu o conceito de “segurança nacional” ser substituído pelo conceito de desenvolvimento nacional.

²⁷ BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural (1976-1990)*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2000, p.68-69.

²⁸ BOTELHO, I. *Op cit*, 2000, p.42/44.

²⁹ ORTIZ, R. *Op cit*, 2003, p.95.

³⁰ COHN, G. *Op cit*, 1984, p.92-93.

Os anos 1970 não viram somente surgir a FUNARTE³¹, a partir da experiência bem-sucedida do PAC, assistiram também, a ampliação da área de atuação do órgão de preservação do patrimônio histórico e artístico. Esse período caracteriza uma alteração na prática preservacionista do IPHAN, que até então seguia o modelo de gestão político - burocrática do IPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade (o SPHAN do decreto lei 25/1937) e que passa, durante o regime militar, a debater a ampliação do conceito de bem cultural patrimonial, integrando o tecido urbano adjacente ao monumento como objeto de preservação associada à política de Turismo. A anexação do *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste*/ PCH (criado em 1973) e do *Centro Nacional de Referência Cultural*/ CNRC (com atividades iniciadas no ano de 1975)³² à estrutura institucional do IPHAN em 1979 significou o aumento do montante de verbas na área patrimonial e a ampliação do quadro de técnicos, ocasionando um debate sobre os métodos de trabalho e avaliação preservacionistas.

Apesar da importância institucional da área de produção cultural, MICELI (1984) defende que a postura do Estado autoritário nos anos 1970 foi caracterizada como patrimonialista/ preservacionista e estruturou-se sobre quatro linhas de ação: a *restauração* de monumentos de ‘pedra e cal’ e obras de arte do passado (PCH, IPHAN, SPHAN, Pró-Memória); a *conservação* de algumas atividades artísticas (artes plásticas, música erudita, dança); a *indexação* de manifestações populares materiais e imateriais (folclore, artesanato); a *proteção* material e institucional de produtores culturais cujas atividades perdiam mercado (cinema, teatro). Essa postura “patrimonialista” pode ser verificada como uma tendência geral do regime autoritário para toda a área de cultura, visto serem observadas práticas

³¹ Observando os resultados do trabalho de produção cultural da FUNARTE, é interessante destacar as bases em que se deu o processo de institucionalização dos setores da cultura: as áreas mais frágeis se articularam para se fortalecerem e receberem apoio governamental; os setores mais consagrados pelo público ou cuja perspectiva mercadológica era mais acentuada, temendo a perda da autonomia e de suas dinâmicas particulares advindas com a complexidade da estrutura institucional buscaram influenciar a criação de estruturas burocráticas alternativas, como é o caso da Embrafilme.

Para maiores informações sobre a criação da FUNARTE, fomento e política cultural nos anos 1970 ver o capítulo 2 “A criação da FUNARTE”, IN: BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural (1976-1990)*. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2000.

³² Aloísio Magalhães relata o surgimento do projeto do CNRC, de sua metodologia de trabalho, de seus objetivos e das parcerias ministeriais que o sustentavam, e como idealizador, apresenta uma perspectiva bastante íntima do processo. Ver MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 114-119.

preservacionistas inclusive na vertente executiva do MEC (FUNARTE, Embrafilme, SNT, INL).

A ampliação do sentido de preservação, estendido à outras esferas da cultura nos anos 1970, é também reflexo das transformações conceituais dos campos de saber relacionados à história e história da arte, além da inserção de bases teóricas de preservação provenientes dos campos da antropologia, da sociologia e do urbanismo. A expansão das discussões sobre democratização do acesso à cultura se relaciona às bandeiras de lutas sociais para a inserção de valores e símbolos dos ‘excluídos’ da História, refletindo-se na inclusão de patrimônios pertencentes às *minorias* no conjunto de bens tombados pelo Estado.

Importante destacar que na fase heróica do IPHAN (1937-1970’s) o valor artístico do bem cultural era mais importante que seu valor de testemunho para a justificativa do tombamento, além do que, os critérios de seleção dos bens eram legitimados pela autoridade daqueles que os escolhiam. A partir dos anos 1970, os critérios para seleção passam a ser avaliados por sua validade científica, e o tombamento passa ser legitimado de acordo com o seu “razoável grau de consenso junto à sociedade”.³³

Na década de 1970, as novas propostas de trabalho na área da preservação e, posteriormente, as reestruturações institucionais em âmbito federal, vieram atender a um interesse de atualização no sentido de ampliar o objeto, os instrumentos e as finalidades de uma política de patrimônio conduzida pelo Estado. Esse movimento resultou de uma mobilização de setores do governo federal em que tiveram parte ativa atores que não estavam plenamente identificados com a ideologia do regime militar, mas que tinham um projeto para modernizar o Brasil. Como os intelectuais modernistas (...), esses agentes tentaram contrabandear, através das instituições culturais do MEC, suas próprias concepções de modernidade.³⁴

A tradição de associar a nacionalidade brasileira à idéia de desenvolvimento e progresso transformou-se em prática nos anos 1950/1960, mas foi o crescimento urbano acelerado (produto do desenvolvimento econômico) que interpôs dificuldades à preservação do patrimônio ambiental e urbano, exigindo uma adequação dos critérios preservacionistas do SPHAN. “A proteção dos conjuntos e do entorno dos monumentos tombados passou a exigir um novo dimensionamento”³⁵. A nova década vinculou o argumento preservacionista de valor simbólico ao valor econômico do patrimônio, através da exploração de seu potencial turístico, destacando os índices de desenvolvimento presentes nesses bens culturais. Os dois

³³ FONSECA, M. Cecília L. *O Patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ MinC/ IPHAN, 2005, p.169.

³⁴ FONSECA, M.C.L. *Idem*, 2005, p.175.

³⁵ FONSECA, M.C.L. *Idem*, p.141.

programas de maior vulto do governo federal que seguiram esta tendência e surgiram como alternativas preservacionistas para o discurso do desenvolvimento, foram o *PCH* e o *CNRC*, que não por acaso surgiram fora da estrutura do MEC.³⁶

O registro da cotidianidade aparece de modo intenso em vários discursos do patrimônio (em Mário de Andrade, por exemplo, ainda nos anos 20 e 30), mas ele é fortemente tematizado no espaço público através do discurso articulado por Aloísio Magalhães, nos anos 70. Em seu discurso, desloca-se a valorização quase exclusiva dos chamados “bens patrimoniais”, associados ao passado da nação, para o que ele chamava de “bens culturais”, integrantes da vida presente dos diversos segmentos da população. Além disso, como consequência da valorização do presente, esses bens culturais serão pensados como instrumentos de construção de um futuro, na construção do “desenvolvimento”.³⁷

O lançamento dos dois programas expôs a insuficiência estrutural enfrentada pelo IPHAN para lidar com a preservação de outras bases de bens culturais e destacou a estagnação das práticas institucionais calcadas em valores políticos e estéticos incapazes de lidar com o patrimônio cultural urbano.

Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

Criado em 1973 por iniciativa do Ministério da Educação e Cultura com a participação dos ministérios do Planejamento, do Interior, e da Indústria e Comércio (através da Embratur), o Programa atendia inicialmente nove estados do Nordeste, ampliando em 1977 seu escopo de atuação para o Sudeste. Sua proposta era criar, através de aportes financeiros federais, infra-estrutura voltada para o turismo nas cidades com potencial histórico, associando desenvolvimento urbano e preservação patrimonial. Uma das principais contribuições do programa foi a organização de instâncias locais e regionais de instituições de proteção ao patrimônio cultural gestoras das estruturas implantadas com as propostas de preservação.

Fonte: FONSECA, M.^a Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. 2005, p.142-159.

³⁶ A análise das propostas de atuação e dos métodos de trabalho do PCH e do CNRC será mais aprofundada no capítulo seguinte desta dissertação.

³⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p.119.

Centro Nacional de Referência Cultural

O caráter elitista e europeizante dos critérios de tombamento do IPHAN, além da incompatibilidade da gestão federal do patrimônio com o crescimento das cidades e da indústria cultural, pressionaram o governo federal a promover uma modernização do setor patrimonial brasileiro.

O CNRC nasceu como proposta de um pequeno grupo de estudiosos de compreender a dimensão popular da cultura brasileira e verificar as possibilidades de sua sustentabilidade.

Em 1975 o CNRC começou a funcionar como um programa apoiado pela UnB e financiado pelo Ministério de Indústria e Comércio, fundamentado na proposta de repensar e ampliar o conceito de bens patrimoniais no Brasil. Posteriormente passou a integrar a estrutura do IPHAN, juntamente com o PCH e a Fundação Pró-Memória.

“Os projetos desenvolvidos pelo CNRC (...) procuravam, através de uma perspectiva interdisciplinar, apreender a dinâmica específica de cada processo cultural estudado, formulando, a *posteriori*, tipologias e modelos.

(FONSECA, 2005, p.145)(...) Seu interesse se voltava para as manifestações culturais vivas, inseridas em práticas sociais contemporâneas.” (Idem, p.152)

Essa ampliação do conceito de bem cultural trouxe consigo uma nova abordagem do processo de tombamento, cuja validade passou a ser questionada conforme o objeto, a comunidade e a dinâmica dos processos culturais.

“Patrimônio histórico passou a ser a espécie, e bens culturais o gênero.” (Magalhães, 1985, p.18. APUD: FONSECA, 2005, p.151)

O modelo de gestão cultural proposto pelo CNRC adequava-se às concepções elaboradas pela UNESCO, mas se chocava com a ideologia desenvolvimentista predominante nos anos 70. A proposta do CNRC era contribuir para o planejamento econômico e social do país, buscando a articulação da cultural como fator de desenvolvimento, sob uma perspectiva um pouco diferente do discurso do “milagre econômico”. Sua finalidade era a constituição do produto cultural brasileiro, sem nunca perder o horizonte da identidade nacional.

Fonte: FONSECA, M.^a Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. 2005, p.142-159

Foi característica da política cultural desenvolvimentista dos anos 1970 a intenção de resolver o descompasso entre investimento e lucratividade na área de cultura, integrando uma política de cultura a uma política de turismo, aproximando assim, o conceito de capital de consumo lucrativo ao conceito de bens culturais, e os novos programas do governo federal se propunham a fazê-lo. Revitalização urbana voltada à atratividade turística e formatação do produto cultural brasileiro foram as bandeiras que atraíram as atenções políticas à área da cultura.

Mais uma vez, a área da cultura se torna o espaço onde se expõem as contradições do Estado: as propostas do CNRC de investigação da cultura popular reconheciam as dificuldades sócio-econômicas e valorizavam a capacidade cultural de adaptação das classes populares às situações de sobrevivência; não para resolver as condições que geram essa precariedade, mas para preservá-las. Por esse argumento, o incentivo à distribuição do artesanato e à mercantilização da cultura popular simplifica e ameniza as pressões políticas

para a solução das desigualdades regionais e sociais. Questionar as razões e propor alternativas para superar essa “cultura de sobrevivência” poderia se tornar perigoso para a estabilidade política das elites brasileiras, a solução mais adequada, seria valorizar essa situação de ‘adaptação social’, preservando-a como uma característica da identidade nacional brasileira.

A repercussão política das pesquisas realizadas pelo CNRC foi tamanha que a política cultural da Secretaria de Cultura no período Aloísio Magalhães estruturou-se sobre a presença majoritária de seus membros, refletindo-se essa ‘hegemonia’ sobre a redação do documento de política cultural “Diretrizes para a Operacionalização da Política Cultural” (1981). BOTELHO (2000) descreve como essa influência da vertente patrimonial se destaca no discurso e na prática da Secretaria, ressaltando, na leitura das entrelinhas, os confrontos de interesses e de metodologia entre as vertentes patrimonial e ação cultural. A tendência a ‘patrimonialização’ foi definida pela justificativa de que a cultura brasileira é um bem a ser valorizado e conservado (antes que desaparecesse pela influência da cultura estrangeira presente nos veículos da indústria cultural), e o MEC como órgão institucional da área tornava-se o responsável por valorizar seu viés desenvolvimentista e delinear seu caráter identitário, através do registro e da preservação das manifestações culturais nacionais. Além do caráter preservacionista, o documento de gestão cultural (“Diretrizes...” / 1981) destacava a importância da atividade de cultura associada ao setor da educação, propondo um projeto conjunto com recursos do FNDE, amparado pelo potencial de aprendizagem que a leitura dos bens culturais apresentava para a identificação do povo brasileiro, explorando o potencial pedagógico da cultura.

O documento político elaborado pela Secretaria de Assuntos Culturais, “Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC” (1981) reivindicava a ampliação da formulação da política cultural do MEC à participação da sociedade civil. Essa experiência demonstrou as dificuldades de inserção da população para a formulação de políticas culturais, expondo os conflitos de interesses e impasses entre variados grupos, que discutiam o atendimento de necessidades mais urgentes de adequação à infra-estrutura urbana das cidades-históricas, como da área de saúde e educação. No documento visualiza-se a incorporação da cultura de massa ao universo tradicional de cultura a partir da ampliação da acessibilidade às fontes e aos recursos culturais por todo o território nacional, mesclando-se a

um discurso de democratização da cultura através das propostas de atuação do MEC, identificando nessa ‘abertura’ as metas políticas da prática institucional da FUNARTE. Entretanto, é importante apontar que a ampliação da acessibilidade aos bens culturais vinha vinculada à postura de preservação da cultura brasileira e, portanto, da identidade nacional. Essa situação é apontada por BOTELHO (2000) como exemplo dos conflitos internos vivenciados pela área da cultura no MEC, demonstrando a dificuldade de “acerto de contas” entre a própria estrutura do Ministério, que oscilava entre a autonomia de trabalho de seus técnicos e o uso da cultura como instrumento de discurso ideológico pelo Estado.

Em meados dos anos 1980, a alteração do contexto de abertura política do país substituiu a preocupação central da área cultural, transformando a relação entre cultura e desenvolvimento na relação entre cultura e cidadania. Com o processo de descentralização política – solicitação de verbas pelas prefeituras para adequação e conservação de seu conjunto patrimonial - a prática do tombamento passou a ser solução para problemas urbanos locais, a partir da exploração de seu valor simbólico como identidade local. Em 1985 é criado, por pressão política dos secretários estaduais de cultura o Ministério da Cultura, em manobra política planejada para projeção política de alguns indivíduos, que se aproveitou da pressão política de grupos de movimentos sociais que reivindicavam a valorização do setor cultural como meio de afirmação social.

(...) somente em 1985 o MEC foi desmembrado, começando a consolidação do MinC, que responsabilizou-se por quatro grandes áreas. Essas podem ser assim sintetizadas: articular a atividade que vincula a preservação do patrimônio com a criatividade; atender a qualidade de vida das populações mais vulneráveis, preocupando-se com as dimensões culturais do cotidiano; e apoiar as atividades e produção das artes cênicas, plásticas, musicais, literárias e das indústrias culturais e, particularmente por meio do livro.³⁸

A gestão de Celso Furtado (1986) reformulou a estrutura do recém-criado MinC esperando aumentar a participação efetiva da sociedade na gestão da cultura. O processo de criação do ministério tornou-o uma estrutura frágil, vulnerável e artificial, e ao contrário do discurso de que a abertura política possibilitaria a ampliação das potencialidades de participação e articulação entre os setores da cultura, ironicamente, a aglutinação sugerida para o MinC desestruturou as instituições federais, impossibilitando que os planos de valorização do meio e de acesso cultural do ministro se realizassem conforme o planejado.

³⁸ IPEA/ MPOG. *Políticas Sociais – acompanhamento e análise*. V. 11. Brasília: IPEA, ago 2005. p.84.

A lei de incentivos fiscais para a cultura (de 1986), promulgada na gestão Sarney, inicia uma fase diferenciada da presença do Estado na área de cultura. “Recursos privados passaram a substituir recursos antes orçamentários para o financiamento de atividades precípuas das instituições (...) o *plus* de recursos que se esperava com uma lei de benefícios fiscais – e que foi sempre a sua grande justificativa – se transformou, em realidade, no primeiro passo da orquestração de uma retirada do Estado nos subsídios à área”.³⁹ A desarticulação do aparelho estatal de cultura se inicia com a fragilidade do repasse de verbas para os estados, desestruturando o viés financiador do governo federal.

A criação do Ministério da Cultura (1985) desarticulou internamente a FUNARTE, pois a centralização dos recursos pelo ministério retirou a autonomia dos seus institutos, além do desprestígio que a nova estrutura de repasse de verbas para os estados gerou entre os técnicos, contrariando a importância dos pareceres de projetos antes realizados pela instituição. Além desses fatores, a disputa de poder entre a direção da instituição contribuiu para a fragilidade institucional e a desagregação do pessoal interno. Em contrapartida, a SPHAN não passou pelo mesmo processo – de acordo com BOTELHO (2000) – pois, a sedimentação e legitimação de seu objeto de trabalho (o patrimônio) serviam como instrumento político para o Estado, enquanto construção de um passado formador da identidade nacional. Com o enfraquecimento da vertente de produção cultural (que a partir desse momento torna-se elemento de inserção da iniciativa privada em assuntos de Estado), valorizava-se o caráter identitário do patrimônio cultural, tornando-o o principal argumento de preservação da cultura no Brasil.

O aspecto mais interessante ao se observar a experiência da FUNARTE foi a autonomia de trabalho que a instituição gozou. Por situarem-se suas áreas de atuação em uma brecha política aberta pela ausência de uma política pública cultural por parte do regime autoritário, a criação de uma instituição que servisse tanto para atender a demanda por financiamento de atividades culturais por todo o país quanto para realizar o levantamento da produção cultural – artística nacional servia aos propósitos do regime militar, mas por sua grandiosidade permitia aos técnicos uma autonomia de trabalho nunca antes conhecida na área.⁴⁰

³⁹ BOTELHO, Isaura. *Op cit*, 2000, p.242.

⁴⁰ Para uma análise completa do que representou a experiência da FUNARTE para o conhecimento de gestão cultural no Brasil, ver BOTELHO, Isaura. *Op cit*, 2000.

O fato de organizações estarem “na periferia, na fronteira, ou dentro do setor *Governo* marca de maneira decisiva, mais do que qualquer estatuto legal, as condições de (seu) funcionamento, a natureza e o volume de recursos que manipulam, assim como seu raio de ação”.⁴¹ Sendo assim, quanto mais distantes essas organizações estiverem do governo central, maior será a sua autonomia e a de sua burocracia. E seus “recursos de poder (políticos e financeiros) (...) vêm mais do sucesso de suas próprias ações do que do poder político central”.⁴²

Mapeadas as manifestações artísticas do país e estruturadas formas de financiamento da cultura, o Estado poderia convencer a iniciativa privada de que a cultura constituía-se um negócio lucrativo; o que os grupos articuladores do Estado não imaginavam é que esse convencimento demoraria mais tempo que o esperado, e que esse processo de abertura da estrutura estatal geraria uma crise interna no setor, interferindo de tal forma na prática institucional da FUNARTE que desembocaria em sua ruína estrutural.

Na outra ponta de estrutura, as experiências de democratização da gestão patrimonial federal durante os anos 1980, como a tentativa de ampliar a participação popular no processo de tombamento – através do atendimento as solicitações provenientes de prefeituras e entidades da sociedade civil - serviram para fortalecer o argumento do IPHAN que justifica a restrição técnica na decisão do tombamento. “Criar mecanismos institucionais em que a sociedade esteja representada poderia converter a seleção de bens para integrarem o patrimônio numa decisão mais política que técnica”; esse argumento, entretanto, dissimula uma prática que é política em seu fundamento (a seleção de bens), pois os critérios técnicos dominantes de seleção assim o são porque representam a vitória ou a hegemonia de valores políticos presentes nos confronto de idéias. Os conflitos conceituais e as práticas diferenciadas das duas linhas de preservação dentro do IPHAN – a linha “pedra e cal” e a linha “referência” - serviram como propulsores para o questionamento dos critérios de valoração do patrimônio nacional, e contribuíram para a ampliação da noção de nacionalidade representada no conjunto de bens tombados pela instituição federal.⁴³

A ‘quase’ unanimidade sobre a eficácia simbólica do patrimônio cultural atualmente é reflexo das transições pelas quais passaram as práticas preservacionistas e o discurso de

⁴¹ MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e burocracia no Brasil Pós-64*. APUD: BOTELHO, I. *Op cit*, 2000, p.255-256.

⁴² GOUVEA, Gilda F. Portugal. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. APUD: BOTELHO, I. *Op cit*, 2000, p.256.

⁴³ Ver FONSECA, M. Cecília Londres. *Op cit*, 2005, p.185.

política cultural dos anos 1970 e 1980, de ampliação da representatividade dos bens tombados como resultado da consagração da pluralidade da cultura brasileira.

1.2. Patrimônio Nacional: Cultura e Identidade em tempos ‘globais’

Marilena Chauí (2006)⁴⁴ define três tipos de política cultural consolidadas em órgãos públicos: a *cultura oficial*, a *populista* e a *política neoliberal*. A *cultura oficial*, produzida e difundida pelo Estado coloca o poder público como produtor de cultura, “determinando para a sociedade formas e conteúdos culturais definidos pelo grupo dirigente, com a finalidade de reforçar sua própria ideologia, legitimando-a através da cultura”, utiliza a cultura como legitimadora de determinado regime político, necessitando para tanto, da construção de estereótipos. “Glorificação do Estado, da autoridade e do monumental” – sobre esse lema, a ação estatal define o papel pedagógico da apropriação cultural sobre as massas populares (enquanto agente que eleva o ‘popular’ como ícone de identificação do “Povo”), estruturando o conceito de *cultura populista* sobre a divisão fundamental entre cultura de elite e cultura popular, sendo a última, elevada à condição messiânica. Enquanto a *ideologia neoliberal*, difundida no Brasil a partir de meados dos anos 1980,

(...) minimiza o papel do Estado no plano da cultura: enfatiza apenas o encargo estatal com o patrimônio histórico enquanto monumentalidade oficial celebrativa do próprio Estado e coloca os órgãos públicos de cultura a serviço de conteúdos e padrões definidos pela indústria cultural e seu mercado (...) acredita na capacidade quase mágica da iniciativa privada não só como parceira principal das atividades culturais, mas sobretudo como modelo de gestão, isto é, como culminância da cultura administrada. Em outras palavras, a tradução administrativa dessa ideologia é a compra de serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir dos critérios do mercado, alimentando privilégios e exclusões.⁴⁵

Para compreender os efeitos do discurso neoliberal sobre a área da cultura é necessário considerar a dinâmica da ‘globalização’⁴⁶ como fator determinante nas relações políticas e econômicas a partir dos anos 1990; e isso implica considerar a fusão dos universos conceituais da economia ao universo da cultura, refletindo sobre a influência da criação de um espaço econômico de “trocas simbólicas” em escala ‘global’ como fator de retomada da importância do setor cultural no Brasil. Antes de compreender essa fusão de ‘universos’, é

⁴⁴ CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural - o direito à Cultura*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2006. p.67.

⁴⁵ CHAUI, Marilena. *Op cit*, 2006, p.68.

⁴⁶ O termo vem entre aspas porque autores como Stuart HALL (2005) entendem a globalização como uma nova onda de ‘ocidentalização’ do cenário mundial, travestido pelo conceito de universalização das comunicações e intercâmbio de culturas decorrentes, tornando-se, portanto, um conceito que esconde uma lógica política particular dos países ricos do ocidente.

preciso desenhar o cenário histórico de consolidação do neoliberalismo como doutrina hegemônica entre as nações ‘ocidentalizadas’, e então, indicar o papel estratégico assumido pela área cultural.

A queda do muro de Berlim em 1989 significou muito mais que a vitória do universo capitalista sobre os ideais socialistas, marcou a hegemonia dos preceitos neoliberais no cenário político-econômico internacional, e por consequência, a transformação das relações do Estado com as áreas sociais, bem como a alteração da noção de Estado Nacional. O ‘tom’ neoliberal nas políticas governamentais pode ser identificado pela diminuição das responsabilidades estatais sobre áreas sociais como Cultura, Educação e Saúde, ao mesmo tempo pela valorização de projetos políticos envolvendo a parceria da esfera pública com a esfera privada, “combo” de princípios políticos que identificam a marca registrada dos governos guiados pela cartilha neoliberal.

Representando o início da parceria público-privada como prática institucional de um governo brasileiro na área da cultura, as gestões consecutivas do governo federal na década de 1990 apresentam o modelo neoliberal como paradigma adotado, consolidando a hegemonia da mentalidade política estadunidense no universo político do país. A alteração do quadro de financiamento da cultura a partir da inserção da iniciativa privada como gestora dos recursos de fomento, inicia no Brasil (com as leis de incentivo nos anos 1980) uma transformação radical no papel do Estado, que se completa posteriormente com a adoção da experiência estadunidense para a recuperação de áreas urbanas históricas (fundamentada pela comunhão entre investimentos públicos e interesses da iniciativa privada, especificamente do mercado imobiliário). Essa foi a fórmula adotada como paradigma de gestão pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que tornou os processos de recuperação urbana associado ao universo de valorização da cultura as “vedetes” da área da cultura, institucionalizando no país, através de programas de preservação do patrimônio cultural, a prática de gentrificação urbana vinculada ao discurso identitário de valorização da imagem da cidade.⁴⁷No entanto, vale lembrar que a gestão FHC consolidou iniciativas que vinham se delineando na área federal de cultura desde a gestão Sarney, e que é preciso compreendê-las em relação ao cenário da política globalizada.

⁴⁷ O conceito de gentrificação, ou *gentrification* (em seu sentido original de enobrecimento), será melhor debatido e apresentado nos capítulos seguintes, pois sua definição é chave para compreender a dinâmica mercadológica das políticas urbano-culturais no Brasil pós-1990.

A “neoliberalização” do Estado brasileiro, consolidada nos anos 1990⁴⁸, inicia-se em meados da década de 1980, quando a idéia de “Estado-Mínimo” é associada à participação e integração da sociedade civil nos processos decisórios, através da sobreposição de interesses da iniciativa privada na elaboração e execução de projetos de cunho social. Nesse momento, introduzia-se a idéia de democracia vinculada ao universo do Mercado, que ampliando o consumo promoveria acessibilidade à participação política de novos atores políticos, criando um espaço de homogeneização social de oportunidades e desejos. A lógica de fusão entre interesses da iniciativa privada e da esfera pública denota um importante fato a ser considerado: a tendência dessa proposta é anular a esfera pública em detrimento das prioridades do mundo dos negócios, e mesmo que a constituição do poder público atenda interesses plurais, as pressões do “mercado”, por sua vez, sufocariam as demandas sociais originadas em universos políticos e econômicos mais frágeis, ressaltando uma imparcialidade do universo mercadológico e aprofundando os abismos sociais existentes na sociedade.

Integrado ao movimento internacional de ‘neoliberalização’ da gestão pública, o Governo Collor (1990-1992) extingue o Ministério da Cultura (MinC), e altera sua estrutura institucional, vinculando a nova instituição (denominada Secretaria de Cultura) diretamente à Presidência da República. O desmonte da estrutura da FUNARTE e a paralisação das atividades do SPHAN em função da reforma administrativa indicavam uma nova fase de gestão da cultura no Brasil, engendrada pelo ‘amontoamento’ de instituições dentro da estrutura de um ministério de frágil apelo financeiro e dificuldades de desenhar uma política cultural definidora de seu perfil institucional. Dentro dessa lógica, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) teve seu conselho consultivo dissolvido e substituído pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Na vertente de ação cultural, uma nova instituição de fomento à cultura foi criada: a Lei Rouanet, de 1991, que instituiu o *Programa Nacional de Apoio à Cultura* (Pronac), baseado na lógica de renúncia fiscal para empresas que tivessem interesse em financiar projetos culturais brasileiros. Iniciava-se assim, uma instituição problemática, com algumas questões de identidade, entre o universo da cultura e uma estrutura privada de financiamento público.

⁴⁸ No cenário internacional, a política neoliberal vinha tomando fôlego desde o final dos anos 1960 a partir da experiência dos governos estadunidenses. A crise econômica internacional de 1973 marca a introdução de novas propostas de gestão pública centrada no setor terciário, voltadas obtenção de melhores índices investimentos internacionais. Apesar do histórico anterior, os princípios neoliberais se consolidam como uma tendência hegemônica entre países do ocidente com o final da Guerra Fria nos anos 1980.

A gestão seguinte, com Itamar Franco na presidência da República (1992-1994), realizou a reabertura do MinC e o retorno institucional do IPHAN, além de implantar a Lei do Audiovisual (1993), lançando a proposta de que o fomento da cultura brasileira por meios audiovisuais (através de renúncia fiscal) atrairia para o setor recursos consideráveis, que promoveriam o momento que ficou caracterizado como “retomada do cinema brasileiro”. A Lei do Audiovisual junto com a Lei Rouanet consolidaram a inserção do mercado da indústria cultural como lógica a ser seguida pelo Estado brasileiro.

Dentro desse contexto de transformação da cultura em negócio, é importante ressaltar a importância que a preservação do patrimônio cultural adquiriu. A valorização de áreas urbanas históricas através da recuperação de seu conjunto patrimonial estabeleceu-se como uma tendência internacional, e encontrou farta aceitação entre as esferas públicas no Brasil, pois a preservação do patrimônio cultural cria divisas econômicas e melhora a imagem política dos governos que se preocupam em conservar a memória nacional. A estratégia de “valorizar a cidade” através da recuperação de sua memória estética e simbólica presentes no patrimônio insere-se na lógica de consolidação do mercado de serviços imposta pela ‘globalização’, e abre espaço para a justificativa da pluralidade de interesses e grupos existentes nas cidades e a conseqüente inserção de estruturas “para - governamentais” como associações de empresários e proprietários de imóveis das áreas históricas, no universo das políticas públicas de cultura e políticas urbanas. O surgimento da *Associação Viva o Centro*, em São Paulo, acontece nessa perspectiva, e o argumento que justifica sua existência é a criação de um grupo de interlocução entre a sociedade civil e o poder público em benefício da cidade de São Paulo.

Na linguagem da social democracia e do liberalismo, a participação torna-se sinônimo de *lobby* (quando se trata da classe dominante) e *reivindicação* ou *demanda* (quando se trata da classe trabalhadora). A participação é vista como pressão sobre os órgãos públicos de poder. (...) [na social democracia] a ênfase [é] dada à idéia de representação – a participação é uma pressão ou um jogo de influências sobre representantes eleitos; refere-se a interesses.⁴⁹

Criada com o objetivo de representar os interesses de determinados grupos de pressão política, a *Associação Viva o Centro* (AVC) surgiu em 1991, por iniciativa do BANK OF BOSTON, e tinha como objetivo conter o avanço da ‘degradação’ e abandono do centro da cidade de São Paulo. Formada por representantes de diversas instituições de São Paulo, como

⁴⁹ CHAUI, Marilena. *Op cit*, 2006, p. 146.

as duas bolsas de valores, associações comerciais e industriais, federações do comércio e da indústria, bancos nacionais e internacionais, e sindicato dos bancários, a AVC foi declarada como instituição de “utilidade pública municipal, estadual e federal, por decreto de 9 de março de 2000”⁵⁰, podendo ser apontada como modelo de gestão urbana proposta pela teoria neoliberal. A AVC foi criada a partir da experiência de grandes metrópoles norte-americanas de recuperação de áreas centrais urbanas através da reabilitação de seu patrimônio histórico. Por esse viés, interessa destacar aqui a participação da AVC como promotora da idéia de que o patrimônio histórico presente no centro das cidades é fator de atração de investimentos e valorização da imagem da cidade como um todo. Como instituição que adquiriu força política na opinião pública da cidade, a proposta da *Associação* propagou, entre todas as esferas de poder público, a utilização mercadológica do patrimônio cultural para o benefício e divulgação das cidades brasileiras em um cenário internacional.

Percebe-se, pelo quadro abaixo que, consolidando essa tendência “global”, o investimento público em políticas culturais concentrou-se e ainda concentra-se na recuperação e valorização de patrimônios culturais, aproximando e conectando-as às políticas de reabilitação urbana, numa dinâmica de buscar o consenso sobre a importância dessa iniciativa para o bem das cidades e para o desenvolvimento econômico da Nação. Vejamos os dados do governo FHC:

Tabela 1. Orçamento realizado por programa do MinC (1996-2001). (1)

Programas	1996	1997	1998	1999	2000	2001 (2)	TOTAL
Patrimônio Cultural	47.623.429	42.139.394	30.446.793	38.941.219	32.940.821	53.020.684	245.112.340
Produção e Difusão Cultural (3)	17.066.370	25.971.248	22.449.860	26.921.942	49.076.970	68.695.233	210.181.623
Música e Artes Cênicas	16.040.155	19.317.752	21.255.655	18.921.447	20.531.937	9.161.567	105.228.513
Livro Aberto	10.934.571	13.838.042	16.106.009	21.834.626	25.441.152	24.561.138	102.715.538
Cinema, Som e Vídeo	4.016.512	8.411.828	5.860.506	11.114.870	14.239.986	14.321.163	57.964.865
Cultura Afro-Brasileira	1.222.448	2.375.846	2.541.625	2.470.233	8.856.883	3.864.104	21.331.139
TOTAL	96.903.485	112.054.110	98.660.448	120.204.337	141.087.749	173.623.889	742.534.018

Nota: (1) Orçamento realizado inclui Fundo Nacional de Cultura, Secretarias e Entidades vinculadas, com valores liquidados.

(2) Posição de 04/04/2002. (3) Inclui os valores de incentivos fiscais captados em artes plásticas e artes integradas. MinC, Números do Ministério da Cultura.

Fonte: KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos*. São Paulo: FAPESP : Annablume, 2007. p.142.

Pode-se afirmar que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) foi o mais empenhado em estreitar as relações entre o Estado e a iniciativa privada, consolidando

⁵⁰ KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos – A instrumentalização da Cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2007. p.97.

os preceitos de dissolução da estrutura tradicional do aparato estatal, característicos da proposta de gestão pública neoliberal. Esse modelo de gestão, voltado para a obtenção de “resultados”, tem como premissa a eficiência administrativa, inspirada no universo empresarial, ou seja, o “sucesso” da gestão pública (enxugamento de gastos públicos sociais, privatização de empresas estatais para geração de divisas públicas, diminuição do controle do Estado sobre o mercado, e toda a verborragia neoliberal) funde-se aos mecanismos do universo mercadológico.

(...) diretrizes como descentralização das ações do governo, flexibilização das relações trabalhistas e desenvolvimento de novas formas de parcerias público -privadas para realização de investimentos em serviços de interesse público passaram a ser apresentados pelo grupo político da situação como “caminho único” rumo ao desenvolvimento nacional, vinculado este à inserção do país nos mercados internacionais.⁵¹

A consolidação de um nicho de mercado cultural no governo FHC/ Weffort (que foi o Ministro da Cultura durante a gestão) foi apoiada pela criação de um sistema financeiro da cultura, “calcado tanto no aprimoramento das leis de incentivo fiscal, como no apoio à difusão do marketing cultural entre as empresas”⁵², e pelo estabelecimento de acordos de empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos acordos tinham o objetivo de fortalecer a infra-estrutura turística, investindo na consolidação da importância do turismo cultural para a economia nacional. O apelo ao uso da identidade cultural como mercadoria fundamental para o ingresso da Nação no universo dos países desenvolvidos é reforçado pela idéia de que o “exotismo” da cultura brasileira atrairia a curiosidade e o interesse internacional.

A proposta do governo FHC, de que a cultura passasse a ser o produto brasileiro exportado para o mercado internacional, justificou-se pelo argumento de que a cultura brasileira atrairia divisas econômicas, através de turismo, investimentos e empréstimos internacionais, assim como movimentaria a economia interna (pela geração de postos de emprego, por exemplo). Com esse argumento, a associação da imagem do investidor privado em cultura à imagem de benefício social compartilhado por toda a sociedade tornou-se o principal foco de marketing cultural das empresas financiadoras da cultura (como pode ser verificado pelos gráficos a seguir, e não por acaso, o patrimônio cultural urbano passaria a ser

⁵¹ KARA- JOSÉ, Beatriz. *Op cit*, 2007. p.133.

⁵² KARA-JOSÉ, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.134.

um dos principais objetos de interesse do empresariado, que aproveitando a capacidade de estabelecimento de consenso gerado pela apropriação da memória nacional, valorizava sua imagem institucional com o retorno do investimento em publicidade.

Gráfico 1. e 2. Investimento de empresas privadas na área da cultura
Gráfico 3.3.7

Ranking dos gastos efetuados pelas empresas privadas, por área cultural – 1990-1997
(valores em R\$ 1.000 médios de 1996)

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC).

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/ MinC. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. v.2. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1998. p.69.

Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/investimento culturacap03_1118866909.pdf.

Gráfico 4.1.1
Aspectos motivadores para o investimento em cultura apresentados pelas empresas amostradas – Brasil – 1990-1997

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC).

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/ MinC. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. v.2. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1998. p72.

Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/investimentoculturacap04_1118866909.pdf.

O ‘pacote’ neoliberal consolidado no aparelho estatal legitimou-se através da “Reforma Administrativa do Estado” (1995), proposta pelo grupo da Social Democracia Brasileira, e buscava, além da obtenção de um consenso público sobre a necessidade de “abrir espaço” à participação da sociedade civil representada pelo mercado, inserir o país na rota competitiva dos mercados internacionais. A reforma propunha uma resignificação do papel do Estado brasileiro através de duas diretrizes:

1. a revisão de sua estrutura, ajustando-a ao papel de promotor e regulador do desenvolvimento social e econômico e fortalecendo sua capacidade de formulação e avaliação de políticas públicas;
2. o aumento de sua governança, ou seja, da sua capacidade de implementação de políticas públicas, sob a ótica de eficiência, eficácia e efetividade (grifo meu), mediante a introdução de novos modelos organizacionais [OS e OSCIP], [estabelecendo] novos contratos de gestão/ termos de compromisso de gestão/ termos de parceria e a modernização da gestão;

A partir da identificação dos quatro segmentos de atuação do Estado Desenvolvimentista⁵³, como é o caso brasileiro, o Plano Diretor redefine as bases da descentralização do aparelho do

⁵³ O Estado Desenvolvimentista caracteriza-se pela forte presença do Estado no Mercado (Estado empresário) sobretudo nas áreas de infra-estrutura para viabilizar o desenvolvimento da economia do mercado, mediante substituição de importações. No Brasil, o Estado Desenvolvimentista consolida-se no regime militar com o Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, quando há um crescimento descomedido da administração indireta, acompanhado de um enfraquecimento da administração direta. (SANTANA, Ângela. “Agências executivas e Agências Reguladoras. O processo de agencificação: pressupostos do modelo brasileiro e balanço da experiência”. IN: *Balanço da Reforma do Estado no Brasil*, 2002, p.75)

Estado e estabelece proposta e estratégia de implementação da sua reconstrução, considerando também a introdução de novos modelos organizacionais.⁵⁴

Essa visão empresarial de atuação do Estado na sociedade reflete-se na área da cultura com a adoção de estratégias de mercado da indústria cultural como eixo norteador da atuação das instituições governamentais no Brasil. Essa postura política reduz o conceito de cultura à prática do consumo, da moda e da “consagração do consagrado”, legando às práticas culturais o estigma do lazer e do entretenimento, encobrimdo o sentido de conflito, diferença e criação das obras culturais. Estruturada sobre o fluxo de recursos oriundos de renúncia fiscal (apoiados pelo argumento econômico dos bens culturais), a área federal de cultura recebeu, durante a gestão FHC, uma quantia generosa de investimentos. A tabela seguinte indica que o cinema e o patrimônio cultural, que “vendem” com maior impacto a imagem cultural do país receberam os maiores montantes financeiros, talvez pelo tempo de exposição da marca de seu patrocinador, talvez por sua alta capacidade ideológica de mascarar valores “embutidos” na base visual e afetiva em que se constituem. Porém, os altos investimentos não indicam a distribuição eqüitativa dos recursos, nem apontam que os abismos sociais de acessibilidade e financiamento entre as regiões sócio-econômicas do país foram sanados. O que se pode concluir sobre os investimentos na área de patrimônio é que

(...) Estes investimentos disseminavam-se em consonância com a visão empresarial - “estratégica” - sobre a gestão urbana. Difundida entre as cidades latino-americanas, com o apoio das agências multilaterais do Banco Mundial, a cartilha dos planos estratégicos atribuiu um papel de destaque à cultura em operações de revalorização e marketing urbano. Esta perspectiva seria reforçada no Brasil após a assinatura do convênio que daria origem ao Programa Monumenta-BID na área de patrimônio histórico urbano. O encontro entre políticas culturais e políticas urbanas se configurou na medida em que as leis de incentivo cultural, acionadas para restauro dos edifícios de interesse histórico passaram a figurar em orçamentos de projetos voltados para requalificação urbana.⁵⁵

⁵⁴ SANTANA, Ângela. “Agências executivas e Agências Reguladoras”. IN: NASSUNO, Marianne & KAMADA, Priscilla Higa (org.). *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública*. Brasília, 6 a 8 de agosto de 2002. Brasília: MP, SEGES, 2002. p.75.

⁵⁵ KARA-JOSÉ, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.134-135.

TABELA 10
Tabela 2. Recursos de captação das leis de incentivo

Recursos de captação das leis de incentivo, 1996-2001

(Em R\$ mil correntes)

Segmentos	Captação Lei Rouanet					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Artes cênicas	15.780	22.731	22.315	29.427	58.601	77.154
Artes integradas	20.419	49.150	44.393	35.953	40.847	39.048
Artes plásticas	7.309	11.937	23.156	17.878	32.624	24.955
Humanidades	4.873	18.176	19.793	27.106	30.763	35.928
Música	20.357	25.188	38.056	42.238	58.566	75.722
Patrimônio cultural	25.270	46.067	50.272	39.217	37.531	44.059
Audiovisual	17.499	34.160	30.089	19.232	22.096	41.261
Total	111.506	207.408	228.074	211.052	281.028	338.128

Fonte: MinC.

Fonte: IPEA. Políticas Sociais: Acompanhamento e análise. V.06. Brasília: IPEA/ MPOG, fev/ 2003. p.76.

O conceito de patrimônio cultural e ambiental nessa sociedade pós-moderna neoliberal insere algumas transformações à noção ‘tradicional’ de Estado e Nação: a inserção da cidade como universo de projeção dos anseios do poder público e espaço expositivo de novos “objetos históricos” ou bens patrimoniais ligados à linguagem visual por excelência; a transformação do patrimônio cultural em questão econômica e política de marketing; a noção pouco criteriosa do que pode ser entendido como patrimônio, que acaba gerando um mercado de antiguidades, aproximando o conceito de patrimônio a lógica da mercadoria.

A idéia de que as cidades enquanto tais são museus em um sentido novo: reservam-se edifícios e logradouros, parques e rios, lagos e bosques aos quais se atribui a qualidade de semióforos, de maneira a garantir, de um lado, que todo o restante possa ser devastado pela especulação imobiliária e, de outro, que a preservação cultural e ambiental produza o “retorno positivo de imagem” aos governantes, além de isenções fiscais para empresas privadas que se dispõem à “preservação”. Em outras palavras, o patrimônio cultural e ambiental, que era fonte de poder para o Estado-nação, torna-se simplesmente uma questão econômica e política de marketing.⁵⁶ (...) sob a lógica do mercado, a mercadoria “cultura” torna-se algo perfeitamente mensurável. A medida é dada pelo número de espectadores e de vendas, isto é, o valor decorre da capacidade para agradar. Essa mensuração tem ainda outro sentido: indica que a cultura é tomada em seu ponto final, no momento em que as obras são expostas como espetáculo, deixando na sombra o essencial, isto é, o processo de criação.⁵⁷

Algumas possibilidades podem ser apontadas para justificar o progressivo interesse (tanto do poder público quanto da iniciativa privada) para investimentos na área de preservação e restauração do patrimônio histórico e artístico. A primeira possibilidade aponta para as condições de produção e fruição dos objetos patrimoniais, que tornaram seu público

⁵⁶ CHAUI, Marilena. *Op cit*, 2006, p.120.

⁵⁷ CHAUI, Marilena. *Op cit*, 2006, p.135-136.

as frações mais cultas da sociedade, enfatizando que o apoio material e institucional do setor demonstra a força e o poder de influência político-econômica dessas frações na estrutura do Estado. Em seguida, vem a crise de legitimidade do mercado de bens culturais, dividido entre a competição mercadológica-empresarial e o subsídio das instituições oficiais, gerando uma necessidade de ‘museologização’ para sobrevivência de uma produção tradicional de cultura, apresentada por uma postura patrimonialista (proliferação de centros de documentação, banco de dados e referências, bibliotecas especializadas, arquivos iconográficos, museus da imagem e do som, e similares) de conservação da memória nacional, teoricamente capaz de amenizar essa crise.

Vale lembrar que o enraizamento das propostas neoliberais de gestão pública não é fruto somente da ação do Estado, mas do movimento articulado entre associações da sociedade civil e do mercado, além do apoio incondicional de organismos internacionais, como a ONU e a UNESCO, através de documentos políticos que legitimam tendências políticas como únicas e verdadeiras possibilidades de gestão. A adoção, pelo governo brasileiro (na figura do IPHAN), dos princípios estabelecidos pelas “Cartas Patrimoniais” (2000) representa a força e a influência das idéias neoliberais em escala mundial, e marca a postura de gestão do Estado na área do patrimônio cultural.

O governo Lula (2003-), apesar de valorizar em seus programas o sistema de gestão apoiado por parcerias com a iniciativa privada, elaborou propostas de governo da área cultural onde a presença do Estado se fazia sentir com mais vigor. O sistema de fomento à cultura construído sobre as leis de incentivo fiscal tornara-se sólido demais para ser interrompido. E talvez nem fosse esse o desejo dos apoiadores da gestão do PT. No entanto, conscientes da importância da rede social e econômica travada pelas leis de incentivo, o MinC trabalha possibilidades de equilibrar os destinos e as somas entre os projetos culturais selecionados e apoiados.

Esse “controle” sobre os recursos liberados para financiamento privado, poderia ser sustentado somente pela existência de um Sistema Nacional de Cultura (SNC), onde a possibilidade de detectar os projetos com maior relevância social e necessidade de apoio financeiro elaboraria uma rede de atendimento equilibrada das demandas culturais em todo o país.

(...) o SNC articula os governos locais – estados e municípios – sem subordinar uma esfera de governo à outra. Assim estabelece um sentido de interlocução entre agentes públicos e

depois entre agentes públicos e a sociedade. Em segundo lugar, a palavra sistema articula práticas culturais institucionalizadas, em especial aquelas realizadas em espaços públicos bem delimitados, ou seja, os equipamentos culturais. Por fim, a palavra sistema refere-se ao conjunto das práticas culturais cotidianas, que se constituem como crenças, atitudes, modos de fazer, saber e estar no mundo.⁵⁸

Uma característica importante do governo Lula é a preocupação do ministério de Gilberto Gil em democratizar a gestão e a produção cultural. Os programas do MinC buscam valorizar a cultura enquanto espaço das diferenças que

(...) não se limita apenas ao usufruto de obras de arte e do patrimônio cultural acumulado, mas se estende a uma maneira de viver e se comportar com relação às experiências culturais e modos de viver de outros seres humanos, ou seja, não é simplesmente a apreciação estética pura das belas artes e o consumo passivo de símbolos e signos produzidos por especialistas. Os processos culturais referem-se aos direitos e às responsabilidades dos diversos agentes de usufruto criativo dos múltiplos códigos e sistemas de pensamento, ideologias, religiões, modos de fazer e viver; aspectos tão importantes quanto o direito à liberdade, igualdade diante da lei, à seguridade social e ao desfrute do tempo livre.⁵⁹

E por isso, o setor governamental deve procurar estratégias democráticas de compartilhamento da gestão, ampliando e gerando espaços à real participação da sociedade, como agente que opina e decide na política cultural. A criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) é um exemplo ilustrativo. Formado pela estrutura de Câmaras Setoriais, o conselho é composto por membros dos segmentos culturais que se reúnem para deliberar sobre o destino da distribuição de recursos do MinC, atendendo as demandas de classe dos produtores e técnicos da cultura representados ali.

A manutenção de um sistema federal de cultura requer uma articulação intersetorial baseada em cadeias produtivas, para a qual a gestão Gil tem trabalhado em alcançar. Essa postura indica uma visão política onde o Estado atua como interventor em todas as esferas da vida social da Nação, e revela a posição estratégica da cultura como diretriz de governo.

O papel do poder público é criar condições institucionais para que a heterogeneidade de interesses possa convergir inclusive na direção das suas prioridades políticas e dos valores da gestão pública. (...) Em outros termos, criar o mecenato privado é fazer política institucional, o que impõe que o próprio Estado convença os agentes privados de suas estratégias, bem como possa direcionar recursos para as suas prioridades. Assim, se é verdadeiro que as desigualdades estruturais da economia e da sociedade reproduzem-se nas políticas culturais, é papel do gestor público manter uma atitude intencionada e ativa com relação à redução das desigualdades. (...) Esses requisitos implicam definição de diretrizes e

⁵⁸ Nos dois primeiros sentidos têm-se uma concepção sociológica de cultura, em que a institucionalização é central, e no terceiro, um conceito antropológico, no qual as práticas e a experiência são enfatizadas e valorizadas nos seus próprios termos.

IPEA/ MPOG. *Políticas Sociais - acompanhamento e análise*. V. 12. Brasília: IPEA/ MPOG, fev. 2006, p.99.

⁵⁹ IPEA / MPOG. *Op cit*, 2005, p.96.

objetivos passíveis de avaliação conforme resultados atingidos, e não apenas no número de eventos realizados.⁶⁰

A gestão participativa da cultura proposta pelo MinC pressupõe que os recursos e equipamentos culturais sejam descentralizados, o que significa dizer que o sucesso do Sistema Nacional de Cultura depende da eficiência de redes sociais de apoio. O Programa *Cultura Viva* se estabelece sobre esse pressuposto – a descentralização política ocorre pela distribuição geográfica de equipamentos e recursos que valorizem e divulguem as culturas regionais, criando oportunidades para que grupos locais de artistas e produtores tenham “voz”. A estrutura descentralizada do Programa requer o apoio da iniciativa privada, que oferece a estrutura física e as redes sociais para a realização das atividades culturais ‘locais’, atendendo universos onde os ‘braços’ do Estado quase nunca chegam.

Os processos de descentralização, com as complexas redes sociais de apoio que os acompanham, são associados às iniciativas de parceria com os setores privados, lucrativos ou não lucrativos. A idéia central é que a reconfiguração da atuação do Estado significaria um novo pacto social capaz de desenvolver ações culturais, ligando o setor privado com a sociedade civil e as comunidades. Mas é também um pacto que gera uma nova atuação e um novo formato para o próprio Estado, não o limitando a mero produtor de sentidos e de legitimidade, mas dotando-o da capacidade de estimular e organizar as condições para o engajamento responsável das forças sociais para o desenvolvimento cultural e social.⁶¹

O conceito de valorização da diversidade cultural que fundamenta o eixo de governo do PT atravessa a política cultural do Ministério da Cultura, cuja meta de gestão é a valorização das culturas populares. Recuperando um argumento político dos anos 1970 (gestão de Aloísio Magalhães) pela busca ‘da’ cultura popular, as propostas dos programas da área federal da cultura têm como diretriz a preservação do patrimônio imaterial nacional (projeto “Mestres Artífices” do Programa MONUMENTA, os “Griôs” do Programa *Cultura Viva*, e os registros de bens imateriais pelo IPHAN), almejada e difundida pela UNESCO como forma de recuperar modos de vida e de pensar que tendem a desaparecer com o desenvolvimento tecnológico. Essa diretriz de governo foi capaz de fundir atribuições que antes se localizavam na FUNARTE e no IPHAN em um único órgão: a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, que intenta garantir o pluralismo das experiências culturais enquanto política pública, voltada especificamente à promoção das manifestações populares como elemento de desenvolvimento cultural.

⁶⁰ IDEM. p.89.

⁶¹ IPEA / MPOG. *Op cit*, 2005, p.95.

Não que o governo Lula tenha conseguido desvincular a política da área da cultura de uma realidade majoritariamente mercadológica, dentro da qual circulam suas propostas de gestão. O que vale destacar dessa gestão é a vontade política de retomar o papel do Estado enquanto representante de interesses variados, contemplando demandas culturais de grupos vinculados e atendidos pelo mercado e de grupos “marginalizados” pela lógica comercial, cujas oportunidades de acesso e produção cultural são restritas. O quadro a seguir esboça essa intenção de pluralidade.

Tabela 3 . Dimensões da intervenção pública na cultura e iniciativas governamentais associadas - Governo Lula

Dimensões	Conceito Associado	Programas e Ações
A) Simbólica (diversidade de expressões e valores) – Arte e experiência cultural	Conceito antropológico e conceito de arte	- Patrimônio Imaterial - Programa Diversidade - Fomento a eventos - Monumenta, o programa revitaliza centros urbanos entornos de valor cultural, impactando as realidades socioeconômicas locais
B) Direitos e Cidadania (inclusão social pela cultura e reconhecimento da diversidade)	Direitos culturais e cidadania	- Acesso aos bens culturais e desenvolvimento de capacidades de produção cultural - Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura (embrião de inclusão digital, valorização da cultura local e geração de trabalho)
C) Econômica (geração de emprego e renda, regulação e fortalecimento de cadeias produtivas da cultura)	Desenvolvimento e trabalho	- Prodecult (em elaboração) - Agência Nacional do Cinema – Ancine - Incentivos Fiscais - Combate à pirataria
D) Político-institucional	Responsabilidades a) reorganização da ação pública em contraposição ao mercado, inclusive com possibilidades de regulação de certos setores. b) integração das ações dos governos federal, estaduais, e municipais em forma de sistema. c) integração das políticas federais. d) aumento dos recursos financeiros e) políticas e ações transversais. f) integração dos incentivos fiscais às prioridades políticas. g) responsabilidades e papéis institucionais no desenvolvimento dos equipamentos culturais e nas questões trabalhistas da cultura.	- Sistema Federal de Cultura (decreto nº 5.220, 24/8/05) - Conselho Nacional de Políticas culturais (Dec. nº. 5.220, 24/8/05) - Sistema Nacional de Museu (decreto nº. 5.264, 5/11/2004) - Sistema Nacional de Cultura - Câmaras Setoriais - Plano Nacional de Cultura (PEC nº. 57/2003) - PEC 310/04 (vinculação de recursos da União, estados e municípios) - Plano de Gestão e Comitê Gestor Interministerial (decreto nº 5.233/04, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) - Conferência Nacional de Cultura

Elaboração: Disoc/ IPEA.

Fonte: IPEA/ MPOG. *Políticas Sociais – acompanhamento e análise*. V.11. Brasília: IPEA/ MPOG, agosto de 2005, p.79.

Assim como as metas do governo anterior, a cultura, nessa gestão, é o produto brasileiro por excelência de exportação, e o próprio ministro Gil reforçou por várias vezes a importância da valorização econômica dos bens culturais brasileiros, assim como a profissionalização dos recursos humanos na área contribui para a construção de uma imagem positiva do país.

A área de preservação do patrimônio no governo Lula permaneceu como área estratégica, porém como principal elemento de sustentação da identidade nacional, a memória coletiva recebe uma nova abordagem para os investimentos e projetos do governo federal. A prioridade de preservação da cultura imaterial (dentro da proposta do governo federal de valorização de manifestações do saber popular) completa a noção de bem patrimonial que sustenta o discurso da identidade nacional brasileira. Recuperando o discurso dos anos 1970 sobre a função do bem cultural, o governo federal se apropria do argumento de existência de um ‘caráter nacional’ estruturado sobre a homogeneidade de um patrimônio cultural coletivo, reforçando nessa idéia o papel que o Estado possui no fortalecimento e unidade da Nação. Ou seja, por mais inserido no contexto de economias globalizadas que a gestão Lula esteja, seus esforços se concentram na valorização de uma identidade nacional, construída pela valorização de identidades locais articuladas. As identidades locais se constituem a base para a identidade nacional.

A pluralidade das manifestações de cultura popular no Brasil vende a imagem democrática-harmoniosa do país no exterior, atraindo divisas econômicas provenientes de turismo (esse ‘exotismo’ cultural de mestiçagem) e de investimentos financeiros em cidades preocupadas em preservar sua história como um benefício coletivo e disponibilizar seu aparato cultural. Mesmo o Programa MONUMENTA, que elaborado durante a gestão FHC traz alguns princípios gentrificadores e interesses especulativos, sofreu alterações estratégicas de atuação institucional, voltadas à valorização de um caráter popular vinculado ao saber edificado. Linhas de financiamento e projetos do Programa foram reformulados para que a recuperação da estrutura física dos monumentos nacionais tombados fosse integrada a um conhecimento próprio da comunidade em que se inserem, valorizando aspectos ‘humanos’ locais como parte do patrimônio cultural nacional.

Verifica-se, por fim, uma diferença essencial no enfoque da gestão FHC e da gestão Lula na área da cultura: o primeiro seguia à risca o modelo de retração das funções do Estado em detrimento da expansão do universo do mercado na esfera pública; o segundo, adota uma política de convivência da lógica mercadológica na esfera pública, porém, regulamentada pela intervenção estatal, que veste o papel de instituição política protetora dos interesses populares.

1.3. Estado, Cultura e Política no Brasil: Nação e nacionalidade como fins?

Verificamos que o histórico institucional da cultura no Brasil está muito próximo de uma prática ideológica de consolidação do capitalismo no país em suas diversas etapas: no primeiro momento, entre os anos 1930 e 1960, quando se institucionalizam e consolidam iniciativas de preservação da memória nacional, acompanhadas da construção de um imaginário de Nação cunhado sobre um caráter cultural único; em seguida, no período entre 1964-85, o discurso da identidade nacional evocou no patrimônio cultural o sentido de desenvolvimento econômico e social, e as políticas de preservação consolidaram universos de consumo de diversos bens simbólicos, consolidando no país a indústria cultural de mídia; entre o final da década de 1980 e os anos 2000 (com a indústria cultural consolidada), a imagem do patrimônio preservado como elemento valorizador do setor terciário e da infraestrutura consolidou o cerne do universo urbano ‘globalizado’ no país. Nesse caso, as políticas de preservação do patrimônio integram-se às políticas de gestão urbana, e juntas, estruturam um universo de consumo próprio da economia globalizada, baseado na “venda” da imagem cultural de cidades.

O enfoque no patrimônio histórico como elemento aglutinador da identidade nacional constitui-se recurso retórico importante por suas leituras simbólicas e pela capacidade de fixação de valores que sua imagem propicia. Esses valores trazem visões de mundo que lutam por se legitimarem na sociedade ou no grupo para o qual o patrimônio se dirige, podendo ser identificados nos discursos que defendem universos próprios de grupos dominantes ou de grupos mais marginalizados. E o elemento que unifica os interesses e valores dessa comunidade constituída pela Nação é o patrimônio (histórico, artístico, arquitetônico, cultural, ambiental, etc.).

Os “patrimônios culturais” são constituídos concomitantemente à formação dos Estados nacionais, que fazem uso dessas narrativas para construir memórias, tradições e identidades. Assim como no romance, o que está em foco nas narrativas de patrimônio é a experiência de formação de uma determinada subjetividade coletiva, a “nação”, como coletividade individualizada e, a exemplo dos indivíduos, dotada de memória, caráter, identidade etc. De certo modo, as narrativas de patrimônio são romances nacionais.⁶²

Verifica-se que o uso ideológico do patrimônio cultural apoiou historicamente a consolidação dos Estados Nacionais, e assim, a alteração de sentidos que o conceito de Estado-Nação sofre durante o século XX influencia na relação da preservação do patrimônio

⁶² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Op cit*, 2002. p.116.

com o discurso identitário que a justifica. A unidade política e social - atribuída durante o século XIX e parte do XX ao conjunto da nação - desloca-se para o universo urbano, e a partir da segunda metade do século XX as esferas localizadas de cultura assumem o sentido de pertencimento à nacionalidade.

Essa migração de sentidos de pertencimento se origina com a crise de produção capitalista nos anos 1970, que forçou o deslocamento de identidades nacionais para identidades locais estruturadas no consumo de produtos culturais. Nesse contexto, o conceito de bem cultural passou a ser vinculado a um valor simbólico de consumo. A inserção da cultura como mercadoria principal do capitalismo pós-moderno (pós -1970), justificou-se pelo baixo custo de sua produção (equipamentos, mão-de-obra e distribuição pouco complexos) e pela fácil aceitação do “produto” por seu público consumidor, garantindo altos índices de lucratividade.

(...) Se a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados-nações e da ideologia do nacionalismo, sua versão atual, enquanto patrimônio cultural, indica sua inserção em um contexto mais amplo – o dos organismos internacionais- e em contextos mais restritos – o das comunidades locais. Nesse sentido, nas duas últimas décadas essa noção foi ressemantizada, extrapolou o seu domínio tradicional, o dos Estados Nacionais, e passou a envolver outros atores que não apenas burocratas e intelectuais. As modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio enquanto objeto de políticas públicas indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade, o que trouxe conflitos a uma prática tradicionalmente exercida pelo Estado, com o concurso de intelectuais de perfil definido e às margens das pressões sociais.⁶³

A consolidação de identidade locais como base da mentalidade de consumo almejada pelos teóricos do capitalismo pós-moderno exigia a invenção de um parque industrial capaz da fabricação e distribuição da produção cultural; o cenário urbano assumiu com totalidade, no século XXI, essa função e vem se adaptando à dinâmica do consumo, permitindo que a circulação de mercadorias atenda às demandas do fluxo financeiro internacional.

Criou-se, dessa forma, uma nova idéia de cidade, de âmbito internacional, à qual as cidades têm de corresponder com sua imagem, para participarem do processo de globalização. Já não se trata de uma imagem para a nação, buscada anteriormente no mundo ocidental e especificamente no caso brasileiro, quando, nas décadas de 1930 e 1940, a preservação da arquitetura colonial constituía-se na referência por excelência da nação. Tampouco se trata exclusivamente da intenção de ativar a indústria do turismo, como ocorreu nas propostas da década de 1970 em âmbito internacional e também no Brasil. As áreas históricas, especialmente das grandes cidades, passaram a ser consideradas elementos importantes para a composição da imagem urbana diante do mercado globalizado. Representam a capacidade de ter história, de se situar na disputa entre cidades, equiparando-se na produção de imagens. As

⁶³ FONSECA, M.C. Londres. *Op cit*, 2005, p.75.

referências são locais, mas têm como alvo a disputa global. Elas devem atender à expectativa da comunicação e ao consumo que se alimentam de referências globais.⁶⁴

Vimos no início do capítulo que o discurso de preservação do patrimônio pode se apoiar no argumento da monumentalidade como também no argumento do cotidiano, dependendo das pressões político-econômicas que o Estado tem de atender. Entre os anos 1930 e 1960 a versão da memória monumental prevaleceu como método capaz de garantir a formação do Estado brasileiro; entre os anos 1970 e 1990 a valorização dos bens culturais produzidos pelo conhecimento empírico “popular” (o chamado patrimônio ‘imaterial’, em oposição ao monumento de “pedra e cal” tradicionalmente associado à noção de patrimônio) ampliou o raio de atuação estatal na preservação da memória nacional; o período posterior aos anos 1990 assistiu e assiste a apropriação de ambos discursos ‘monumentais’ e ‘cotidianos’ pela lógica da mercadoria, alterando consideravelmente a ação preservacionista do Estado, influenciada pela relação de intervenção dos interesses do ‘mercado’. Ao invés de valorizar o patrimônio como fonte de apropriação coletiva do conhecimento, o poder público contribui para a elaboração de valores de consumo que interessam ao capital especulativo, promovendo o deslocamento de “lugares de memória” para “lugares de consumo e especulação” (além da venda da imagem e do status do patrimônio, a locação de espaços para eventos para a iniciativa privada promove uma confusão ainda maior das fronteiras entre a esfera pública e a esfera privada). O quadro abaixo apresenta os critérios preservacionistas no Brasil a partir desse eixo de análise.

⁶⁴ MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual e global”. IN: ARANTES, Antônio (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p.262.

Tabela 4. Prática Preservacionista no Brasil - critérios

Inicial (1937- 1970)	INTERMEDIÁRIA (1970-1990)	MODELO GLOBALIZADO (1990-)
<ul style="list-style-type: none"> - unidade nacional - autenticidade da cultura brasileira - fatos memoráveis da história - tombamento calcado na unidade de estilo arquitetônico (sítios urbanos) 	<ul style="list-style-type: none"> - participação de grupos da sociedade civil nas reivindicações pela qualidade do meio-ambiente urbano - batalha pela ampliação da apropriação cultural e processo de tombamento - participação das esferas estaduais e municipais - preservação associada a desenvolvimento econômico/ turismo - preservação associada à qualidade de vida - noção de “ambiência” - cidade-documento: espaço de registro de historicidades. O patrimônio torna-se possibilidade de leitura das formas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> - consagração de monumentos ‘consagrados’ - construção de ‘auto-imagem’ para a cidade - enobrecimento de áreas históricas para projeção em circuito global - competição entre cidades – valorização da história local - construção de cenários para consumo visual - embelezamento urbano em detrimento dos significados históricos, simbólicos e de uso - esvaziamento da função política do patrimônio

Fonte: Baseado no artigo de Lia Motta. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual e global”. IN: ARANTES, Antônio (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

Verifica-se, a partir dos investimentos públicos e privados na área de preservação do patrimônio cultural nas últimas décadas do século XX, que as noções de nação e de nacionalidade deslocaram-se para o “campo das representações já consolidadas”, assumindo as funções político – ideológicas de legitimar projetos políticos articulados a projetos de inserção econômica do capital internacional, oferecer mecanismos de aceitação às formas sociais influenciadas pelos processos de globalização das comunicações e apoiar os discursos de projeção internacional do país através da valorização de sua história e cultura. As políticas públicas de preservação nos ajudam a recuperar intenções, conflitos e sucessos dos projetos políticos ora associados a interesses tradicionais, ora mercadológicos/ empresariais.

Na sociedade moderna, para a qual os governos brasileiros tanto se esforçaram para alcançar, o consumo se torna o elemento de constituição de diferenças, em uma sociedade que não possui títulos de nobreza ou de sangue, colocando o mercado como espaço da

democracia. “A separação do campo da arte serve à burguesia para simular que seus privilégios se justificam por algo mais que pela acumulação econômica.”⁶⁵

A proposta deste capítulo de analisar as estratégias e argumentos de apropriação do patrimônio no Brasil por grupos político através do aparelho do Estado (como uma proposta de alteração da mentalidade política no país), objetivou a compreensão dos interesses embutidos nos discursos de preservação. Verificamos que o Estado, enquanto instituição que reflete as formas de organização e poder de uma sociedade, é o produto político mais elaborado de uma cultura, e conforme a complexidade estrutural que assume, necessita de mecanismos de legitimação dos grupos dominantes e das formas de poder que o sustentam. O patrimônio cultural constitui-se um dos principais mecanismos dessa legitimação, pois permite que os grupos hegemônicos do poder estruturam seus universos simbólicos sobre esse tipo de narrativa histórica, assumindo um caráter coletivo, capaz de abarcar a totalidade de interesses e valores de uma comunidade. Nesse sentido, Nação e nacionalidade são conceitos que encontram ressonância na narrativa patrimonial, e sua consolidação como “verdade absoluta e inquestionável” caracteriza uma postura ‘moderna’ entre as organizações políticas que compõem o Estado. E mesmo com a desestruturação das formas políticas tradicionais do Estado-nação, esses conceitos solidificaram-se de tal maneira no imaginário coletivo ocidental, que as identidades culturais contemporâneas associadas ao universo urbano assumiram os discursos e estratégias nacionais.

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público.⁶⁶

⁶⁵ CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000, p.37.

⁶⁶ GONÇALVES, José Reginaldo. *Op cit*, 2002, p. 121-122.

2. Políticas de Preservação no Brasil e área da Luz: “marco histórico do desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo”. Propostas e Projetos de reabilitação.

“Trabalhamos para usar a cultura como instrumento para a revitalização do centro de São Paulo e como instrumento de transformação social”.⁶⁷(...) “A construção de equipamentos culturais ambiciosos, sediados em edifícios de forte apelo arquitetônico [funcionaria como] âncora [sic] para a requalificação urbana ao seu redor, além de pólo de atração da cultura mundial”.⁶⁸ Assim o ex-Secretário de Estado da Cultura, Marcos Mendonça, definia a atuação do governo estadual na “reabilitação” da área central da cidade de São Paulo através da recuperação do patrimônio histórico em meados dos anos 1990. Nessa fala, fica evidente a diretriz política da gestão Mário Covas – “ocupar” o centro de São Paulo (enquanto espaço de constituição da memória política e sentimental da cidade) significava retomar o controle político e social da cidade. Essa postura de governo, conivente com a proposta política do governo federal, em consonância com os padrões e valores neoliberais, assumiu a área da cultura como a ‘bandeira de luta’ ideal para angariar apoio da opinião pública e da sociedade, já que a recuperação da memória da cidade transparecia uma preocupação dos setores hegemônicos do poder em manter uma imagem de tradição e estabilidade política.

O movimento mundial de valorização da cidade como centro das decisões político-econômicas deriva da hegemonia da proposta neoliberal de gestão pública, pois a descentralização política permite a dinamização dos fluxos econômicos, permitindo a circulação das mercadorias terciárias essenciais para a manutenção da economia mundial globalizada. Esse fenômeno de valorização do setor de serviços como motor de desenvolvimento econômico, transformou os padrões e valores da classe média em paradigmas mundiais de consumo e bem-estar social; ou seja, a homogeneização de valores ocorrida pela consolidação do consumo como instrumento de mediação das relações sociais dita agora, as regras políticas de gestão das cidades. Nessa torrente de terceirização da economia, a área da cultura assume um papel

⁶⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. “Fim de Festa”. São Paulo, 14 janeiro de 2002. APUD: KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos – A instrumentalização da cultura na revitalização do Centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2007, p.178.

⁶⁸ JORNAL DA TARDE. “Cultura Âncora”. São Paulo, 27 setembro de 1997. APUD: KARA-JOSÉ, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.181

fundamental, uma vez que a legitimação de “classe social-modelo” depende da apropriação e re-significação dos valores culturais da burguesia industrial pela classe média, através da valorização da arte e do patrimônio cultural urbano. Os pressupostos políticos que sustentam esse modelo de gestão pública estruturam-se sobre a existência de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, apoiadas por um sistema de descentralização política e fragilidade da figura do Estado.

No Brasil, esse movimento de “reposicionamento” dos valores de classe acompanha a elaboração das políticas de preservação do patrimônio federal a partir dos anos 1970, quando a apropriação do discurso da cultura como elemento de desenvolvimento social aproxima as políticas de turismo às políticas de cultura, concretizando-se uma proposta de gestão local unificada, que teve como experiência, a elaboração e implementação dos projetos do *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH)* e do *Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)*, que articularam o discurso desenvolvimentista entre diversos setores governamentais, demonstrando a potencialidade econômica da cultura.

A experiência de parcerias na execução e financiamento das obras de preservação do patrimônio cultural urbano (integrando governo federal, estado e prefeituras) trazida pelo PCH influenciou projetos de ‘revitalização’ urbana em outras partes do país, e particularmente, a cidade de São Paulo, que formulou entre os anos 1970 e 1980 propostas de ‘renovação’ urbana ancoradas na valorização do potencial cultural urbano como resposta à crise do setor industrial. A região do Bairro da Luz, enquanto espaço de tradição histórica e viária da cidade, foi alvo desse tipo de projeto, e a reincidência do argumento cultural como fator de recuperação urbana durante as décadas seguintes expõe a legitimação simbólica e ideológica de consenso público que o discurso da cultura, e particularmente do patrimônio histórico e artístico, assumiu na política urbana.

A associação recorrente entre preservação do patrimônio cultural e democracia presente nos projetos e propostas de ‘revitalização’⁶⁹ urbana para a região da Luz indica o desejo dos atores sociais em legitimar as políticas públicas enquanto decisões que atendem às demandas sociais da cidade. A elaboração do Programa MONUMENTA/ BID concentra um

⁶⁹ O termo ‘revitalização’ (urbana) foi bastante utilizado nos anos 1970 e 1980, caindo em desuso nos anos 1990 pela leitura equivocada da inexistência de ‘vida’ nos lugares abandonados pelos interesses do mercado imobiliário. Os termos ‘recuperação’ e ‘reabilitação’ passaram então, a orientar os discursos de intervenção urbana voltados à valorização econômica e social de regiões e espaços das cidades que sofreram algum tipo de abandono de interesses do poder público ou da iniciativa privada.

desdobramento histórico desse tipo de argumento nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e sua “máxima democrática” é a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal vinculada à idéia de sustentabilidade, indicando um novo modelo de gestão democrática da cultura para o país.

Esse capítulo propõe a discussão entorno da cristalização do conceito de cultura como âncora urbana, destacando o processo de confluência de atuação do poder público com os métodos de administração da esfera privada, identificando os interesses políticos e econômicos dos atores sociais envolvidos. A leitura da documentação referente às políticas de preservação propõe um olhar crítico sobre a questão das identidades culturais, situadas no limbo do ‘conflito’ de projeto nacional *versus* interesses globais, que por sua vez, insere o debate em torno dos conflitos entre o ‘ser’ local e universal, destacando a influência do mercado das indústrias culturais na formação dos discursos identitários desse contexto globalizado.

A periodização estabelecida entre as políticas de preservação dos anos 1970 e do final da década de 1990 aponta para uma trajetória de aproximação do universo cultural com as dinâmicas de reabilitação urbana, indicando o contexto de transformação da preservação patrimonial em instrumento de valorização do mercado imobiliário, relacionada à transferência de um discurso ‘nacional’ para um discurso ‘local’. Sob a justificativa de que não caberia ao Estado zelar pelas inúmeras identidades geradas por influência dos meios de comunicação de massa, a transferência gradual de responsabilidade de preservação para a iniciativa privada também fica evidente nesse espaço de tempo, indicando um momento de reestruturação do capitalismo mundial, que passou a valorizar a economia terciária, num processo de desindustrialização global, transferindo à infra-estrutura urbana o formato de “parque industrial” da nova mercadoria a ser vendida (a imagem da cidade).

Enquanto o conceito de desenvolvimento econômico e social é fundamental para compreender as políticas de preservação dos anos 1970/ 80, o conceito de “cidade-global” é fundamental para as políticas dos anos 1990 e 2000, uma vez que justifica grande parte dos argumentos de valorização da imagem da cidade, expondo os níveis de consumo atingidos pela “sociedade globalizada”.

(...) A temática da cidade entrou no âmbito das políticas culturais. Nos anos 90 a revitalização de centros históricos nacionais com potencial turístico (...) e a construção de equipamentos culturais de grande porte, passaram a fazer parte do escopo das políticas culturais e urbanas em âmbito federal, estadual e municipal. Estes investimentos disseminavam-se em consonância com a visão empresarial – “estratégica” – sobre a gestão urbana. Difundida entre as cidades latino-americanas, com o apoio das agências multilaterais do Banco Mundial, a cartilha dos planos estratégicos

atribui um papel de destaque à cultura em operações de revalorização e marketing urbano. (...) O encontro entre políticas culturais e políticas urbanas se configurou na medida em que as leis de incentivo cultural, acionadas para restauro dos edifícios de interesse histórico, passaram a figurar em orçamentos de projetos voltados para requalificação urbana.⁷⁰

Investigados os interesses existentes por trás das políticas de preservação do patrimônio cultural, faz-se necessário refletir sobre o papel assumido pelas áreas centrais nos planos de intervenção urbana como uma estratégia destacada de valorização do potencial econômico da cidade e do país, onde a questão cultural é colocada como instrumento discursivo fundamental, atendendo aos pré-requisitos de uma cidade-global.

A passagem da cidade industrial para a cidade de ‘serviços’ pode ser verificada nos projetos de gestão urbana voltados para a região do bairro da Luz: o primeiro projeto, encomendado para a instalação do Metrô na região, foi realizado pelo escritório Rino Levi, e retrata uma cidade industrial em transformação, sendo a pluralidade e qualidade da infraestrutura de serviços terciários uma característica secundária. O método de estudo e levantamento de dados realizados para essa proposta de ‘renovação urbana’ serviu de modelo para outros projetos similares de intervenção urbana, seu mérito consiste em sugerir que o potencial cultural da região da Luz fosse explorado como fator de valorização da área central. Assim, os projetos de reabilitação e revitalização urbanas para a região se caracterizam pela centralidade do tema de aproveitamento do potencial cultural das instituições e monumentos ali presentes como elementos de valorização da imagem da cidade associada à identidade, ora de uma “Nação-locomotiva” em desenvolvimento, ora de uma cidade que ajudou e ajuda o desenvolvimento do país. A escolha da região do bairro da Luz como conjunto de monumentos históricos a ser beneficiado com os recursos do Programa MONUMENTA/ BID justificou-se pelo “*know-how*” das propostas de intervenção urbana da região, que qualificavam técnica e politicamente a cidade para receber tal tipo de investimento.

A hipótese de que a implantação do Programa MONUMENTA/ BID selou a presença de interesses “estratégicos” da gestão urbana no universo das políticas culturais é construída a partir da leitura e acompanhamento das propostas antecedentes de intervenção para a área da estação da Luz. A presença da iniciativa privada na elaboração e execução de políticas públicas cresce gradativamente à medida que nos aproximamos temporalmente do Programa MONUMENTA/ BID, onde se completa a transfusão de poderes da esfera pública para a privada, representada

⁷⁰ KARA-JOSÉ, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.134-135.

pelo empresariado e instituições culturais existente nas regiões selecionadas como “monumentos nacionais” com potencial de auto-sustentabilidade. Trajetória das políticas federais de cultura, trajetória do discurso identitário no Brasil. Esses são os desígnios da Nação.

2.1 O poder da cultura: Modelos de intervenção urbana e a cidade globalizada

“Nos processos de requalificação de centros metropolitanos, a cultura desempenha um papel fundamental. É no centro que experimentamos o vigor criativo de nossa cidade e suas conexões com o mundo. É para ele que as pessoas acorrem para a experiência individual da globalização através das múltiplas linguagens da cultura (...) é de fundamental importância para o futuro de São Paulo como metrópole global”.

Henrique de Campos Meirelles (então) presidente da “Associação Viva o Centro” (texto de apresentação do livro “Pólo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo”, ao lado do depoimento do (então governador) Mário Covas.)

O centro de uma cidade nem sempre esteve associado à idéia de patrimônio cultural. Em grande parte das cidades ocidentais, o centro identifica a origem histórica da cidade, mas nem por isso se caracteriza como um espaço homogeneamente identificado ou mesmo detentor de objetos que autenticam sua especificidade histórica ou artística; ou seja, os tecidos urbanos das áreas centrais são estruturados a partir de ‘camadas’ de estilos arquitetônico e modelos políticos-sociais variados, descaracterizando, muitas vezes, o que os restauradores prezam como a originalidade de um bem. Acompanhando o histórico das políticas de preservação, verifica-se que a associação simbólica da área central como sítio histórico detentor da identidade cultural da cidade, tem data no pós-II guerra mundial, quando a destruição de importantes cidades da Europa levou governantes e figuras do mundo político a reunir esforços para transformar o centro no instrumento simbólico aglutinador de poder, capaz de levantar a auto-estima da população e unificar a comunidade. Portanto, os modelos de intervenção urbana então vigentes, revestiram-se de um novo discurso político, que transferiu o argumento desenvolvimentista do progresso econômico para o argumento da preservação de um passado monumental capaz de construir uma ‘ponte’ entre a memória da cidade e a vida cotidiana da comunidade, fortalecendo os laços políticos necessários à consolidação de novos poderes locais.

A “reabilitação urbana” enquanto diretriz de políticas de preservação constitui-se um “conjunto de ações estratégicas de gestão urbana que visa a requalificação de áreas onde atua, mediante intervenções diversas destinadas a valorizar as potencialidades sócio-econômicas e funcionais dessas áreas para melhorar as condições de vida das populações residentes. Constitui-se, em síntese, em uma série de procedimentos, apoiados em um tripé básico, qual seja, o da

recuperação física, associado à revitalização funcional urbana e à melhoria da gestão local”.⁷¹ A reabilitação urbana pode acarretar uma política de inclusão social ou de especulação imobiliária na região onde se aplica, variando conforme a orientação política dos gestores públicos. No entanto, o discurso da auto-sustentabilidade das áreas reabilitadas é unânime, podendo revelar uma gestão mantida por incentivos da iniciativa privada e majoritariamente pelos interesses mercadológicos que a justificam, ou uma gestão “compartilhada”, onde a sociedade civil representada em comissões promove a manutenção das áreas reabilitadas através de fundos monetários compartilhados entre iniciativa privada e poder público. De acordo com BRITO (2002(b)) existem três regimes de reabilitação urbana associada ao patrimônio cultural edificado:

* Reabilitação livre: reabilitação promovida pelo mercado para o mercado, ou seja, o promotor reabilita o imóvel para sua posterior venda ou arrendamento a preços de mercado. Constitui-se, portanto, em uma operação de mercado e deve ser tratada como tal, ou seja, com os instrumentos financeiros de incentivo compatíveis.

* Reabilitação protegida de iniciativa pública: reabilitação promovida pelo Estado, de Interesse Público ou de caráter social, destinadas a bens próprios e/ou setores populacionais desfavorecidos, de baixa renda. Neste caso, o promotor público reabilita o imóvel para o seu próprio uso (de natureza institucional) ou de terceiros (de natureza pública e/ou coletiva) ou para manutenção de seus atuais ocupantes, seja por meio de legislação de arrendamento em vigor, seja por sua venda preferencial aos atuais ocupantes a preços compatíveis subsidiados.

* Reabilitação protegida de iniciativa privada: reabilitação promovida pelo mercado, de Iniciativa Privada, porém de caráter social, destinada a bens próprios e/ou setores desfavorecidos, de média a baixa renda. Neste caso, o promotor privado (Pessoa Física ou Jurídica de Direito Privado) reabilita o imóvel para a manutenção de seus atuais ocupantes (arrendatários), seja por meio da legislação de arrendamento em vigor, seja por sua venda preferencial aos atuais ocupantes a preços compatíveis e subsidiados.⁷²

Os defensores da reabilitação urbana de sítios históricos afirmam que o sucesso dessa proposta depende tanto da recuperação física da área (restauro e manutenção dos monumentos e edifícios) quanto da revitalização sócio-cultural e econômica (que também inclui a re-incorporação simbólica das áreas tradicionalmente localizadas em regiões centrais às demais regiões da cidade).

Tornou-se função dos projetos de intervenção em sítios históricos preparar a cidade para o consumo visual através da estratégia de gentrificação/ enobrecimento. Para revelar os interesses dos atores sociais envolvidos na elaboração e execução desses projetos é preciso compreender a criação deste modelo, sua metodologia (objetivos, estratégias e consequências) e sua justificativa como possibilidade de valorizar o patrimônio por seu valor documental de

⁷¹ BRITO, Marcelo. *Op cit*, 2002(b), p.5-6.

⁷² BRITO, Marcelo. *Op cit*, 2002(b), p.8.

“fontes de conhecimento, referências da história, da memória e das identidades, elementos fundamentais ao exercício da cidadania.”⁷³

Durante os anos 1970 e 1980 configuraram-se mundialmente dois modelos de requalificação de centros históricos: o modelo europeu, cujo foco da preservação é a inclusão social dos habitantes com o espaço urbano, e o modelo estadunidense, que prioriza a valorização econômica das áreas centrais através da associação entre capital público e privado. O modelo europeu, baseado na experiência de ‘conservação integrada’ da cidade italiana de Bolonha, que data de 1969, tem como princípio a democratização da política urbana, através da adoção de um método descentralizado de tomada de decisões e da adaptação do uso habitacional do patrimônio como metodologia de preservação, inserindo no processo de requalificação, os interesses e as relações sociais da população local. Nessa proposta, a participação da comunidade torna-se o instrumento de valorização urbana e a garantia de sustentabilidade de preservação. O modelo estadunidense foca o modo de vida e consumo das classes médias, adotando o estilo “yuppie” de valorização econômica do solo urbano, combinando requalificação urbana com especulação fundiária promovida através da ‘recreação’ e do entretenimento; associando financiamento público e investimentos privados, essa proposta tem como objetivo a obtenção de benefícios econômicos, mesmo que impliquem a expulsão dos moradores.

A influência acadêmica da Europa sobre os urbanistas brasileiros refletiu-se em um primeiro momento na adoção do modelo europeu de intervenção urbana – a proposta do PCH contemplava a integração dos habitantes das cidades nordestinas com potencial turístico na restauração dos centros históricos, como forma de geração de renda – mas a partir do final dos anos 1980, com a preponderância do modelo neoliberal de gestão pública no governo brasileiro, o modelo estadunidense adaptado pela cidade de Barcelona (que ficou conhecido como “modelo Barcelona”) acabou prevalecendo nas propostas de gestão urbana voltadas a requalificação de centros históricos brasileiros através da valorização do conjunto patrimonial, e esse modelo nos interessa observar.

⁷³ MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual e global”. IN: ARANTES, Antônio (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p.257.

Instrumentos gentrificadores de intervenção urbana

A “regeneração urbana” não representa apenas a nova fase da gentrificação, planejada e financiada em uma escala sem precedentes. A capacidade que essa linguagem tem de anestesiar nossas análises críticas da gentrificação na Europa representa uma vitória ideológica considerável para as visões neoliberais da cidade.

SMITH, Neil. “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana local”.

IN: ZACHARIASEN, C. B. *Op cit*, 2006, p.84.

Antes de iniciar a análise dos projetos e propostas para a Luz, é necessário habituar o leitor com alguns dos conceitos-chave que estruturam o universo metodológico das propostas de intervenção urbana. *Revitalização, requalificação, recuperação, city marketing, gentrificação e cultural turn* são termos integrantes do vocabulário dos empreendedores culturais urbanos e arquitetos idealizadores dos planos e projetos de intervenção urbana baseados na recuperação do patrimônio cultural edificado, que defendem essas ações como instrumentos regeneradores do processo de degradação dos centros históricos das grandes cidades. A opção por concentrar investimentos no desenvolvimento econômico da cidade a partir da valorização de um ‘centro’ simbólico indica a intenção de alguns planejadores de destacar uma unidade política, reforçando o aspecto memorial do patrimônio histórico como representante dessa coesão e homogeneidade, elevando a “auto-estima” da população habitante da área central (moradores, trabalhadores e usuários), fator essencial para a concretização das ações previstas nos projetos.

A centralização política e econômica entorno das cidades é fruto do enfraquecimento do poder regulatório dos Estados Nacionais, lacuna que permitiu o surgimento de espaços politicamente descentralizados com capacidade de padronização de infra-estrutura em telecomunicações e serviços, como se fossem “territórios internacionais” cuja paisagem urbana ‘de marca’ caracteriza a “cidade-global”. A possibilidade de atração de fluxos financeiros de uma “cidade-global” levou algumas cidades brasileiras a adotar o “modelo Barcelona” de intervenção urbana em áreas centrais, gerido por um Plano Estratégico de gestão, capaz de direcionar ações de valorização do solo urbano através da distribuição e planejamento dos serviços oferecidos por uma cidade mundial.

As cidades-globais refletem as transformações do sistema capitalista contemporâneo, onde a máquina industrial não move mais a economia, cedendo lugar às finanças, serviços avançados, informação e tecnologia, caracterizados pela centralidade do consumo como motor

da economia global. A Associação Viva o Centro lançou a partir de 1994 uma campanha para lançar São Paulo como cidade-global, investindo em estudos que permitissem a adaptação da infra-estrutura da cidade, e em particular, da área central, para os padrões necessários à competição entre cidades por fluxos financeiros derivados da concentração de capital e turismo. Além da infra-estrutura urbana de saneamento básico, fornecimento de energia e acessibilidade a serviços de telecomunicações, a cidade-global requer a existência de ‘governabilidade’, ou seja, o comportamento “cívico” dos habitantes é pré-requisito para a harmonia política da cidade, necessária para comprovar uma estabilidade que justifica investimentos financeiros de alto padrão na cidade. Nesse comportamento “cívico” incluem-se além do consenso da necessidade da mudança estrutural urbana, a existência de equipamentos culturais que criem um ambiente de civilidade entre os habitantes (entenda-se aqui a cultura monumental de espetáculo). Uma das características dessa ‘governabilidade’ é a fusão das esferas públicas e privadas, a quase inseparabilidade de Estado e sociedade, proposta que tende a anular o espaço político do ‘público’ em detrimento do universo mercadológico.

A cultura e os megaeventos tornaram-se ingredientes fundamentais na criação e divulgação da nova imagem publicitária. Quando a cidade está fora do circuito dos grandes eventos, ou dos “espetáculos transitórios”, “espetáculos fixos” devem ser criados como forma de potencializar os planos de regeneração urbana. (...) a realização de grandes intervenções com caráter monumental ou simbólico têm também a função de “dotar seus habitantes de ‘patriotismo cívico’, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe”.⁷⁴

A corrida dos municípios em todo o mundo entorno do título “cidade-global” - a classificação ocorre pelo atendimento de características fundamentais para a implantação das estruturas de poder econômico do capitalismo globalizado - criou um ambiente de disputa entre as cidades, que ultrapassando o nível de concorrência por sediar fluxos financeiros locais e globais, alcança à produção de “logomarcas”, imagens próprias de cada cidade, que se estruturam sobre discursos de identidades culturais e estimulam um tipo de ‘ufanismo urbano’.

(...) A concorrência intercidades é um efeito derivado da descentralização política e da desconcentração de funções que se acentuam à medida que as sociedades se democratizam (...) Na tentativa de relançar dinamismos locais perdidos ou de tirar benefícios de potencialidades inexploradas, à medida que se intensifica o processo de globalização e, assim também, a competição entre cidades, um dos recursos mais valiosos diz respeito à capacidade de atuação em plataformas internacionais e em rede.

(...) Aquilo que está em causa é a adaptação funcional e a reconversão de sentido de alguns dos recursos da cidade, nomeadamente aqueles que tendo fixado duradouramente a imagem da cidade

⁷⁴ KARA-JOSE, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.107-108.

como imagem tradicional, podem em função da concorrência intercidades, ser convertidos em elementos de modernização e reforço de uma imagem competitiva.⁷⁵

A disputa pelo título de “cidade global” tem provocado, no escopo das políticas de preservação, o deslocamento de “lugares de memória” para “lugares de consumo e especulação”, que além da venda da imagem e do status, utiliza-se da alocação de espaços patrimoniados para eventos da iniciativa privada, de forma a levantar fundos e criar ‘parceiros políticos’ das esferas públicas, promovendo uma confusão ainda maior das fronteiras entre esfera pública e esfera privada.

Criou-se, dessa forma, uma nova idéia de cidade, de âmbito internacional, à qual as cidades têm de corresponder com sua imagem, para participarem do processo de globalização. Já não se trata de uma imagem para a nação, buscada anteriormente no mundo ocidental e especificamente no caso brasileiro, quando, nas décadas de 1930 e 1940, a preservação da arquitetura colonial constituía-se na referência por excelência da nação. Tampouco se trata exclusivamente da intenção de ativar a indústria do turismo, como ocorreu nas propostas da década de 1970 em âmbito internacional e também no Brasil. As áreas históricas, especialmente das grandes cidades, passaram a ser consideradas elementos importantes para a composição da imagem urbana diante do mercado globalizado. Representam a capacidade de ter história, de se situar na disputa entre cidades, equiparando-se na produção de imagens. As referências são locais, mas têm como alvo a disputa global. Elas devem atender à expectativa da comunicação e ao consumo que se alimentam de referências globais.⁷⁶

A idéia de Planejamento Estratégico pressupõe a existência de consenso: entre governantes, burocratas e urbanistas; investidores, consumidores / usuários e habitantes. Para Arantes (2000), a existência do consenso surge a partir do conceito de crise, quando prevalece o discurso de que somente a elaboração de um plano estratégico de recuperação que atenda à demanda de todos os setores e segmentos da economia local poderá ‘salvar’ as cidades, inserindo-as em um perfil de competitividade necessário à sua sobrevivência no mundo globalizado. Entretanto, partindo do pressuposto da crise, como podemos associar em um mesmo discurso conceitos como consenso e diversidade (essencial ao debate em torno da Cultura)? Pois o que propõe a nova forma de gerir as cidades é o planejamento de políticas de matriz identitária (que partem do conceito da diferença para estabelecer o contraponto da unidade); ou seja, planejar o modelo com o qual as pessoas irão se identificar pressupõe a distinção do que elas vão negar. No caso da região da Luz, qual a diferença que se quer contrapor? O desejo de requalificar um sítio urbano como a área da Luz nos moldes da estética

⁷⁵ FORTUNA, Carlos. “Destradicionalização e imagem da cidade. O caso de Évora”. In: FORTUNA, Carlos (org). *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, 1997, p.234/235.

⁷⁶ MOTTA, Lia. *Op cit*, 2000, p.262.

do capitalismo globalizado requer a negação da historicidade do tecido urbano existente? São questões essenciais para compreender a relação do projeto de requalificação da área da Luz proposto pelo Programa MONUMENTA e os seus desdobramentos no cotidiano dos indivíduos que habitam e convivem nesse espaço.

O conceito de ‘consenso’ surge aqui em duas trajetórias: Vainer (2000) e Arantes (2000) defendem a idéia de que o discurso sobre a crise das cidades, iniciado com o processo de desindustrialização e com a tercerização da mão-de-obra voltada para a área de serviços, cristaliza no imaginário da população o argumento de que a promoção da imagem da cidade como pólo de excelência solucionará as questões colocadas pelas desigualdades de status entre as metrópoles. A outra esfera em que o conceito de ‘consenso’ é aplicado é a da padronização da estética e das demandas de serviços “impostas” às cidades planejadas estrategicamente, reflexo dos padrões de qualidade comuns ao universo empresarial. As ‘cidades-destino’ do fluxo do capital internacional disputam entre si os investimentos das principais empresas, que estabelecem os pré-requisitos básicos de infra-estrutura e os modelos adequados de gestão urbana aptos a recebê-los; portanto, as cidades que adotam projetos de planejamento estratégico têm aspectos muito comuns em sua estrutura física e nas diretrizes de gestão das políticas urbanas, voltadas ao atendimento dessa demanda.

Para compreender como o Planejamento Estratégico se estabeleceu com tanta força na gestão das cidades, é necessário destacar a centralidade das práticas culturais no discurso dos novos empreendedores, e observar como técnicas e estratégias de marketing foram adaptadas para a venda da “mercadoria” urbana.

Arantes define três patamares sobre os quais a gestão urbana se estrutura a partir dos anos 1970⁷⁷: a “manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação”, que influenciam a “estetização do poder”, na qual a arquitetura é um dos aparatos essenciais; o crescimento econômico e a promessa de negócios e empregos gerados pela economia simbólica da cultura através das ações dos “*place entrepreneurs*”; o fortalecimento dos defensores do Terceiro Setor – aliança entre os “advogados -da- cidade” e o mundo dos negócios – numa combinação de mecenato e orgulho cívico (“o novo patriciado”), responsáveis pela proliferação de equipamentos culturais “de massa”, dignos de uma “*world-class-city*”. A “estetização do medo”

⁷⁷ARANTES, Otília B.F. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: *A cidade do pensamento único - desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.33 e 34.

(reconfiguração do local, instalação de equipamentos comerciais de valor cultural-intelectual, e reforço da segurança) é um fator de apoio à manipulação das linguagens simbólicas porque dificulta o acesso aos bens ‘requalificados’ por aqueles marginalizados pela dinâmica da globalização; assim como os cenários oferecidos pelos meios de comunicação de massa servem aos objetivos de “maquiar” os conflitos sociais urbanos, reforçando a estética do capitalismo globalizado e cristalizando o discurso gerencialista tão familiar ao universo do empresariado.

Embasados por todo esse aparato técnico e simbólico, os gestores urbanos selecionaram a Cultura como o fator essencial de promoção da máquina urbana geradora de riquezas; ou seja, a área da Cultura passa a ser mediadora entre o valor de uso do solo urbano para os habitantes e o valor de troca para os interessados em fazer da cidade o seu objeto de investimento. Essa mediação está associada não somente ao refinamento intelectual, mas ao apoio ‘unânime’ que os investimentos na área cultural recebem, associados no imaginário coletivo à promoção de um bem público maior (entendido aqui como conjunto de benefícios voltados ao ‘todo’ da população).

O uso da Cultura como poderoso instrumento de controle urbano é produto da institucionalização do movimento de *cultural turn* (estruturação do paradigma da Cultura como centro das preocupações sociais), *que tomou fôlego no período pós-1968*. Arantes periodiza o início da discussão sobre a importância da área da cultura nas bases do sistema capitalista nos movimentos contestatórios de 1968, que reivindicavam a inserção dos conceitos de “imaginário” e “simbólico” nas reflexões sobre economia e política, cujos desdobramentos trouxeram a inclusão de outros grupos (que não operários) nas “bandeiras” dos movimentos sociais⁷⁸. Nesse momento a cidade, enquanto valor de uso, contrapunha-se à produtividade massificante da sociedade industrial, e por isso tornou-se o objeto de estudo para o qual a intelectualidade deveria se voltar.

A partir do final dos anos 1970, o termo ‘cultura’ passa a ser associado à nova ordem social, em um processo gradual de mercantilização de suas práticas, inserindo a cultura em todas as esferas da vida social, de modo a confundirem-se os universos da cultura e da economia, no novo campo de rentabilidade, a economia da cultura.

Cultura e economia parecem estar correndo uma na direção da outra, dando a impressão de que a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural, sendo o capitalismo uma forma cultural entre outras rivais. O que faz com que convivam:

⁷⁸ ARANTES, Otília B.F. *Op cit*, 2000, p. 38 – 48.

participação ativa das cidades nas redes globais via competitividade econômica, obedecendo, portanto a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de desenvolver aos seus moradores algo como uma sensação de cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que estimulem a criatividade, lhes aumentem a auto-estima ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais ou preservação e restauração de algo que é alçado ao status de patrimônio, constituem pois uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária.⁷⁹

Incentivados pela indústria cultural incorporada ao universo do patrimônio (os incentivos culturais a museus, a arquitetura valorizada pelo mundo dos negócios e a mitologia urbana em torno do setor terciário) e dotados das técnicas de marketing, os planejadores urbanos voltaram suas preocupações enquanto gestores de políticas urbanas, às práticas de “performance” monumental das expressões da cultura, indiferentes ao seu conteúdo simbólico, que na prática constituem os elementos necessários à formação da identidade cultural de um grupo. É o momento de esvaziamento da cultura como prática social.

Esse “esvaziamento” cultural tornou-se o cerne do Planejamento Estratégico Urbano, cuja preocupação central é a imagem que se faz da cidade, construída através da institucionalização da eficácia, no oferecimento de serviços e na estética das estruturas arquitetônicas adaptadas às demandas do mundo dos negócios.

Planejamento Estratégico: “formalização mais acabada da cooperação ‘público -privada’” ou “Grande Praga da Monotonia Urbana”?

A frase homenageada acima, de autoria de Jordi Borja, um dos defensores do planejamento estratégico⁸⁰ em Barcelona, expõe o foco de interesse dos projetos de *gentrification*, ou gentrificação, enobrecimento, pelos quais vêm passando alguns sítios históricos urbanos das grandes metrópoles. O processo de intervenção no patrimônio histórico - principal foco dos projetos - é o laboratório no qual parcerias entre as esferas públicas e privadas têm mostrado a nova postura do Estado para diminuir as distâncias entre as atividades restritas ao espaço público e as atividades voltadas ao espaço privado, permitindo a penetração de interesses particulares nas políticas sociais de responsabilidade do poder público, como a cultura.

⁷⁹ Idem. *Op cit*, p. 47.

⁸⁰ Citado por VAINER, Carlos B. “Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico Urbano”. In: *A Cidade do Pensamento único – desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.88.

O termo *gentrification*, surgido nos processos de recuperação dos centros históricos das cidades estadunidenses nos anos 60, designa a dinâmica de revalorização de áreas “degradadas” em centros históricos através do investimento em equipamentos culturais e de serviços destinados à população consumidora ‘flutuante’ desses espaços, e carrega consigo a crítica de alguns intelectuais que sugerem a disseminação desse modelo de gestão empresarial da cidade como uma das conseqüências da hegemonia dos Estados Unidos sobre o “mundo dito globalizado”. Essas práticas de enobrecimento (tradução mais aproximada do sentido do termo em inglês)

segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para usos extensivo de lazer, turismo e consumo. As novas barricadas urbanas reeditam política e espacialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana pública dos moradores e freqüentadores dessas áreas.⁸¹

A disseminação do modelo de *gentrification* para a gestão de áreas urbanas centrais encontrou em Barcelona seu produto mais bem elaborado. O projeto de planificação urbana de Barcelona (que data de meados dos anos 1980) funcionou como uma “exigência” para o ingresso da Catalunha na nova fase do capitalismo, e promoveu a cidade ao status de “metrópole européia”. O Plano de Reabilitação Integral do Centro Histórico (Ciutat Vieja) proposto pelo governo local tinha como diferencial reunir a participação de diferentes programas setoriais para a promoção da imagem cultural da cidade e tornou-se o paradigma mais adotado de implantação das propostas do Planejamento Estratégico Urbano. Para Arantes (2000) existem três possíveis causas que explicam o sucesso e a disseminação do modelo Barcelona por toda a América Latina: a combinação do regionalismo catalão ao ultra-modernismo arquitetônico e artístico da cidade, ao mesmo tempo que conflui a união do modelo estadunidense de gestão empresarial urbana ao modelo de gestão “previdenciária – cultural” de mecenato do governo francês; a mobilização da opinião pública em torno do problema a ser resolvido (a crise e a degradação da área central da cidade mais importante da região da Catalunha) e o apoio desse meio à valorização das medidas adotadas; e por fim, a criação da ‘marca Barcelona’ associou-se à articulação de atores públicos e privados em ação conjunta para a promoção do desenvolvimento do novo empreendimento urbano, demonstrando a força do ‘consenso’ na elaboração de uma forte identidade político-cultural (que a autora define com um “patriotismo de cidade”). Os teóricos do ‘modelo Barcelona’ concebem a cidade como um “espaço simbiótico (poder político

⁸¹ LEITE, Rogério Proença de Sousa. *Espaço público e política dos lugares – usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese de Doutorado apresentada à UNICAMP. Campinas, 2001, p. 02

- sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica em relação ao exterior)”⁸².

Utilizando Barcelona como exemplo verifica-se que as políticas de enobrecimento alteram a paisagem urbana de sítios históricos degradados para áreas de entretenimento e consumo cultural através da apropriação do fluxo de capitais, influenciando a forma de ocupação e apropriação da tradição e da identidade presentes, ressignificando seu uso social através da sobreposição de outras disputas práticas e simbólicas de poder, essências da constituição do patrimônio cultural. O planejamento estratégico é nesse sentido perverso, pois encobre a existência desses conflitos em seu discurso de harmonia e coesão presentes no patrimônio, evitando deixar transparecer os conflitos políticos e sociais que o constituem como movimento histórico.

Esse processo de transformação do patrimônio em relíquia e a mutação de seu uso social para consumo subvertem a tradicional idéia política de nação, pois, ao mesmo tempo que formulam uma idéia mais abrangente de Brasil, legitimam novas experiências políticas ao situar o Estado na posição gerencial das políticas de preservação, deixando sua execução e elaboração às esferas do poder local. Castilho & Vargas (2006) discutem o movimento de recuperação de centros históricos a partir da ótica de que a degradação econômica, física e social da ‘história’ da cidade gera descrédito da população no poder público, momento em que a recuperação da dignidade do ‘centro histórico’ gera a imagem de solidariedade a ser adotada na cidade como um todo, transformando essa estratégia de atuação dos gestores urbanos (atrair elogios a partir da preocupação em recuperar a memória coletiva) em um dos pontos de convergência de interesses nas propostas de revitalização desses espaços;

Recuperar o centro das metrópoles nos dias atuais significa, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a conseqüente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infra-estrutura estabelecida; dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem; gerar novos empregos. Em suma, implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção.⁸³

⁸² ARANTES, Otilia B.F. *Op cit*, 2000, p. 57.

⁸³ CASTILHO, Ana Luisa Howard de; VARGAS, Heliana Comin. “Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados”. In: *Intervenções em Centros Urbanos – Objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Manole, 2006, p. 05.

A transferência da gestão da memória e da história através da preservação do patrimônio histórico e cultural para as esferas do poder local alteram a política preservacionista brasileira que destinava essa responsabilidade ao governo federal; esse processo de resignificação do papel do Estado e a centralização do papel das cidades é resultado das disputas de localização e circulação do ‘Capital’ no universo da economia urbana globalizada. Essa dinâmica da transnacionalidade também passa pelo novo uso do patrimônio cultural e está refletida nas propostas de gestão política das nações. O ‘Encontro sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico’, realizado na cidade de Quito (1967), sugeriu a incorporação da proposta de preservação patrimonial associada ao planejamento e às políticas urbanas, reconhecendo assim, a valorização do patrimônio como recurso econômico da cidade. A mesma proposta foi adotada no Brasil através do “Compromisso de Brasília” e ratificada no “Compromisso de Salvador”, ambos elaborados nos dois ‘Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil’ (Brasília, 1970 e Salvador, 1971), sugerindo o estabelecimento de ‘zonas de proteção’, que associariam preservação do patrimônio e estratégias de planejamento urbano através da elaboração de um Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV). No entanto, nos documentos dos encontros de governadores ainda se observa um discurso voltado à importância do aparato e da regulamentação estatal na preservação do bem patrimonial (quando ainda se discutia a criação do Ministério da Cultura), porém já aparece nas entrelinhas a preocupação com o uso econômico dos sítios históricos urbanos.

O processo de gradual transformação/ ampliação do discurso preservacionista do Estado brasileiro pode ser acompanhado pela leitura de documentos mais recentes elaborados pelo IPHAN; a “Declaração São Paulo” (1989) já destaca a preocupação com o uso de meios de comunicação como instrumento de divulgação da área patrimonial e expõe uma perspectiva desenvolvimentista do uso do patrimônio, destacando que “populações marginalizadas, ocupantes de centros históricos de todas as nações, devem poder alcançar melhoria real na qualidade de vida de seu cotidiano, através de projetos de restauração e reciclagem que considerem, também, sistemas habitacionais de padrão condizente com a dignidade e cidadania das populações”⁸⁴; o discurso do Coordenador Nacional do Programa de Reabilitação Urbana de

⁸⁴ Associados do CB/ ICOMOS. *Declaração São Paulo*. São Paulo, Assembléia Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza, 1989.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=260>

Sítios históricos –URBIS/ IPHAN para o “Seminário Internacional ‘Reabilitação Urbana de Sítios Históricos’” (Brasília, 2002) destaca a necessidade de associar a preservação do patrimônio ao “desenvolvimento urbano das cidades” como uma medida impostergável, assim como a articulação política entre setores urbanos para a promoção do “desenvolvimento territorial e sócio-econômico (*sic*) ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado”; para finalizar, o ex-Coordenador Nacional do Programa MONUMENTA defende, no texto que apresenta o Programa como uma política cultural incentivada pela UNESCO⁸⁵, que o valor de mercado agregado ao patrimônio histórico edificado é “eminentemente econômico” e, portanto, esse fator deve ser considerado como elemento balizador das propostas de intervenção em sítios históricos urbanos, assim como “o planejamento de longo prazo para as áreas de projeto e o estabelecimento de parcerias duráveis com o setor privado, com vistas à proteção de nosso patrimônio histórico edificado” devem ser a base das políticas brasileiras de preservação do patrimônio cultural.

Essa reordenação do papel do Estado no contexto da desregulamentação econômica tem deslocado antigas funções do poder público para a iniciativa privada, como forma de diminuir o déficit público e criar novos segmentos do mercado para o capital. As noções de “Estado mínimo” e de “livre mercado” (...) não apenas esvaziaram as políticas sociais de bem estar como também reeditaram uma política econômica centrada na lógica do mercado.⁸⁶

É a partir desse contexto de remodelação da atuação do Estado nas políticas sociais que encontramos as propostas de preservação do patrimônio cultural, inseridas em um contexto de economia globalizada, que recolocam os projetos de ‘revitalização’ dos centros históricos das grandes cidades na pauta das políticas públicas, justificadas pela necessidade de ‘requalificar’ a imagem da paisagem urbana através de iniciativas de sustentabilidade econômica de símbolos representativos da coesão e identidade “dos diferentes povos envolvidos na construção de nosso país”⁸⁷, selecionados como os detentores da história e os mantenedores da memória das cidades. É dentro desse movimento de ‘requalificação’ da História que encontramos o Programa

⁸⁵ NETO, Pedro Taddei. “Preservação Sustentada de sítios históricos: a experiência do Programa Monumenta”. In: UNESCO BRASIL. *Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a Cultura*. Brasília, 2003. Disponível em: www.unesco.org.br.

⁸⁶ LEITE, Rogério Proença de Sousa. *Espaço público e política dos lugares – usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese de Doutorado apresentada à UNICAMP. Campinas, 2001. p. 67 – 68.

⁸⁷ NETO, Pedro Taddei. “Preservação Sustentada de sítios históricos: a experiência do Programa Monumenta”. In: UNESCO BRASIL. *Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a Cultura*. Brasília, 2003. p. 107. Disponível em: www.unesco.org.br.

MONUMENTA, elaborado e financiado para ‘recuperar’⁸⁸ os centros históricos protegidos pelo Governo Federal, inspirando uma cadeia de iniciativas similares que não necessitem de aportes financeiros do Estado, proposta de sustentabilidade e sinergia institucional bastante valorizada pelos defensores do Planejamento Estratégico Urbano.

2.2 Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil pós-64.

“(…) A palavra “política” implica na existência de arcabouços teóricos em que se vai fundamentar o plano que norteará uma ação na área escolhida. O que se segue, pela ordem, é: política, plano, programa, projetos, etc... (…) Políticas são as grandes linhas; plano representa um conjunto de ações.” (PARREIRA, Roberto. “Estado e Cultura: Fomento ‘versus’ paternalismo”. IN: MICELI, S., 1984, p.233-234.)

À atividade de produção de valores (simbólicos, econômicos, etc) concentrada e produzida no interior do aparato estatal chamemos de “política estatal”; à atividade que articula interesses diversificados da sociedade através de um trabalho conjunto de consulta, elaboração e implementação unificado entre sociedade civil e Estado, chamemos de “política pública”. As ‘Políticas Públicas de Cultura’, ou mais especificamente as ‘Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio Cultural’, podem ser analisadas como objetos de análise que permite observarmos a construção e manipulação política de discursos de representação simbólica, justificadas pelo benefício constituído na conservação e acessibilidade aos bens de pertencimento coletivo; ou seja, as políticas públicas de preservação podem tornar-se instrumentos de consolidação de valores e representações de determinados grupos sociais (que detém hegemonia política e econômica) como valores e representações de uma nação ou sociedade.

(...) Assim, uma política de preservação vale porque protege determinado monumento arquitetônico ou determinado traço cultural. Mas vale também por sua maior ou menor contribuição, ou mesmo oposição, ao processo permanente de democratização do Estado e da sociedade brasileira. (...) embutida num programa de restauração arquitetônica, encontra-se uma ideologia cultural e uma distribuição de recursos financeiros públicos para, a partir daí, traçarmos com precisão a vinculação entre democracia e política de preservação. (...) A ideologia cultural pode ou não consolidar uma elitização da cultura brasileira, e a alocação desigual dos recursos para preservação pode aumentar os desníveis regionais e /ou favorecer determinados grupos sociais.⁸⁹

⁸⁸ É interessante destacar o uso constante desse termo nos textos do IPHAN e de teóricos do planejamento urbano, pois essa frequência demonstra o processo de cristalização de valores e universos simbólicos próprios de uma elite intelectual, que pressupõe a degradação do status de uma área, negando a historicidade dos processos de construção do tecido urbano concentrado nos centros históricos.

⁸⁹ FALCÃO, Joaquim Arruda. “Política cultural e democracia: A preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. IN: MICELI, Sérgio (org). *Estado e Cultura no Brasil*. 1984, p.25.

O processo de formulação de uma política pública requer o envolvimento e articulação de interesses de diversos atores sociais para inserir determinada questão como pauta da agenda pública; ou seja, para que direitos sociais, como a cultura, tornem-se política pública, é necessário que ocorra a mobilização não somente da sociedade civil como de agentes do Estado, lutando para que tais direitos sejam regulamentados enquanto tal. As ações em políticas públicas na área social funcionam através da existência de um sistema articulado e interdependente de relações – a existência de gestores representados pelo poder público em associação com a sociedade civil, uma sólida rede de agentes sociais envolvidos na área, representados em conselhos de consulta e deliberação política, e um sistema de administração de fundos financeiros, que objetivam agilizar o processo decisório garantindo a descentralização dos recursos que sustentam a execução das políticas.

A partir da Constituição Federal de 1988, dentro de um processo democratização política através da aproximação do Estado e sociedade, a área da cultura no Brasil tornou-se um direito social, institucionalizando seu caráter de base de equilíbrio da organização social e traço indissociável da identidade nacional e, portanto, deve ser garantida e promovida pelo Estado através de políticas públicas. Por política cultural entende-se o conjunto de intervenções realizadas por agentes culturais para obtenção de consenso de apoio da ordem política e social que se deseja constituir; assim como pode ser entendida como os recursos econômicos que legitimam o papel do Estado como estrutura que zela pelos interesses e necessidades culturais do ‘todo’ social.

Como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (...), [a política cultural] apresenta-se como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.⁹⁰

As políticas culturais podem ter como objetivos a difusão cultural, cuja motivação é ‘levar a cultura ao povo’, ou de resposta a demandas sociais, quando atendem as reivindicações específicas dos grupos e agentes culturais. De qualquer forma, as políticas culturais são justificadas ora pelo argumento de proporcionar bem-estar social, ora por seu sentido ideológico orientador de identidades sociais, ora por sua potencialidade comunicacional entre as instâncias governamentais e a sociedade.

A agenda governamental da cultura, que objetiva a democratização da sociedade para qual é voltada, concentra-se idealmente em dezesseis pontos fundamentais: institucionalização da área; acesso aos bens culturais; financiamento; propriedade intelectual/ direito autoral;

⁹⁰ COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: FAPESP/ Iluminuras, 1999, p.293.

distribuição dos recursos; valorização da diversidade cultural; desburocratização fiscal; estabilidade de recursos; modelos institucionais adequados a demanda; sistematização de projetos próprios do Estado e da sociedade civil; divisão orçamentária proporcional entre os órgãos estatais; avaliação da relação do Estado com a indústria cultural; manutenção de projetos em execução; valorização do folclore; criação de uma estrutura setorial de representação e diplomacia; implementação de métodos de avaliação das políticas culturais.⁹¹ Os dezesseis pontos propostos aplicam-se, portanto, à área patrimonial, e servem como roteiro para análise das intenções dos agentes sociais envolvidos nas políticas federais de preservação, estabelecendo o trajeto dos anos 1970 até o final dos anos 90, quando surge a proposta de implantação do Programa MONUMENTA/ BID.

A política pública de preservação do patrimônio cultural pode ser considerada como um conjunto de decisões articuladas que se transformam em programas de governo e práticas institucionais integradas a outras estruturas políticas, econômicas e sociais do país, visto seu objeto de atuação (o patrimônio histórico, artístico e até mesmo de natureza imaterial) possuírem além de um valor simbólico de representação, um valor econômico, o que o torna objeto de interesses plurais, cujos grupos que os representam pressionam o Estado para que atenda suas demandas. Porém, uma política pública de preservação não deve restringir-se somente ao atendimento de demandas por atividades de proteção dos bens, como deve constituir-se também dos questionamentos acerca do universo de produção desse patrimônio, dos critérios de seleção e justificativa da proteção, identificação dos atores envolvidos e seus objetivos, posicionamento do papel do Estado com relação a essa prática cultural e identificação da importância do bem para a sociedade. Para a compreensão crítica das políticas de preservação é necessário analisar a relação entre os atores sociais e, portanto, considerar o processo de produção, reprodução, apropriação e reelaboração desses valores “enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social”.⁹²

CHAUI (2006) afirma que a tradição do patrimônio cultural nacional (museus, bibliotecas, arquivos, monumentos) pode ser associada às pressões da classe média em ter acesso às significações materializadas do Estado através dessas instituições públicas. A proposta de criação dos signos nacionais, comuns a todos na Nação, estrutura-se sobre a idéia de controle pelo Estado e pela classe dominante, das lutas de classe, ou seja, criação de uma forma de domínio e controle através da “falsa” idéia de herança e passado comuns, de forma exercer

⁹¹ Ver MACHADO, Mário Brockmann. “Notas sobre Política Cultural no Brasil”. IN: MICELI, S. *Op cit*, 1984, p.15-18.

⁹² FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 2005, p.41.

controle simbólico. Aqui o objeto cultural passa a ser (nessa sociedade nacional) uma *significação*. Isso significa que os patrimônios nacionais não devem ser entendidos como representações de uma nação unida, mas associados a práticas de construção de identidades coletivas, quase sempre conflitantes entre si e com os interesses ‘nacionais’, e apresentados, na maioria das vezes como representantes do ‘interesse público’ para que se realizem sob o argumento do bem comum.

(...) Falar de uma política pública de preservação supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos da diversidade cultural brasileira e a abertura à participação social na produção e na gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população. E falar em democratização implica, nesse caso, considerar um conjunto de ações, em vários níveis, visando a desprivatizar esse campo.⁹³

A preferência do IPHAN (até os anos 1970) por políticas de preservação do patrimônio edificado deve-se provavelmente à sua visibilidade e inteligibilidade mais amplas, que o tornam um bem cultural essencialmente educativo, atendendo à necessidade do órgão em legitimar-se como instituição governamental autônoma e necessária à formação de uma identidade nacional assentada sobre a memória ‘material’ coletiva. Contribuiu para a cristalização dessa prática a questão da ameaça de destruição dos bens arquitetônicos, provocada pelo aumento dos efeitos do processo acelerado de urbanização e da conseqüente especulação imobiliária, associados ao problema da restrita viabilização financeira de preservação desses bens e da carência de técnicos com outras formações profissionais e por conseqüência, outras concepções de patrimônio cultural.

A alteração nos critérios de valoração do patrimônio cultural na década de 1970 ocorre influenciada pelo discurso desenvolvimentista do “milagre econômico” brasileiro, quando a noção de cultura passa a ser associada à propriedade de geração de renda e fator de desenvolvimento social da Nação. Não é por menos que a primeira política pública na área cultural (enquanto planejamento de ações voltadas ao atendimento de demandas do setor) surge durante o regime militar (Política Nacional de Cultura), sob o argumento de que a valorização do setor promoveria um movimento de valorização da identidade nacional, elemento importantíssimo para a realização do desenvolvimento nacional tão propagado pelos meios de comunicação brasileiros. Esse discurso, no entanto, esconde a intenção ideológica de controle e manipulação política, por parte do Estado, de uma área que lida essencialmente com o universo

⁹³ FONSECA, M.C.L. *Op cit*, 2005, p.29.

simbólico, e que formada, em grande parte, por grupos de tendência política de “esquerda”, constituía-se uma ameaça ao conceito de ‘Segurança Nacional’, e requeria cuidados e observação contínua.

A intenção, durante o regime militar no Brasil, de criação de uma *Política Nacional de Cultura* (enquanto conjunto articulado de princípios, objetivos, meios e finalidades de ação) serviu aos propósitos de ‘Integração Nacional’, que desembocaria na concretização (não realizada) de um Sistema Nacional de Cultura, controlado a partir de um centro de decisões (no caso o governo federal), submetendo, a partir dessa proposta, a cultura a um forte esquema de controle institucional em benefício da Segurança Nacional. ORTIZ (2003) acredita que a efervescência cultural dos anos 1970 foi uma tentativa do Estado de re-equilibrar as forças políticas em conflito no poder através do universo simbólico da cultura, ou seja, nos projetos para a área da cultura no Brasil verifica-se a presença de discursos de intelectuais tradicionais convivendo com os discursos do empresariado industrial.

A tendência patrimonialista da política cultural do regime militar pode ser considerada uma estratégia bem elaborada de controle ideológico se pensarmos que era intenção dos seus dirigentes criar uma noção de continuidade entre um passado monumental e o presente, além da ilusão de homogeneidade das manifestações da cultura brasileira, assim como consolidar um discurso de acesso democrático à cultura brasileira, itens presentes na representação do conceito de patrimônio histórico e artístico nacional. O patrimônio histórico tornou-se, portanto, o cerne da proposta de preservação e valorização da memória nacional, substrato ideal da idéia de identidade nacional.

A chamada política de “abertura” acarretava forçosamente a exigência de melhorar a imagem de marca do regime, quer dizer, requeria a definição de espaços institucionais para os quais fosse possível canalizar recursos em favor da nova geração de produtores culturais naqueles gêneros mais dependentes do apoio governamental. A preservação do patrimônio histórico e artístico converte-se então num terreno de consenso em torno do qual é possível fazer convergir os esforços de agentes cujos interesses e motivações certamente colidiriam em gêneros de produção cultural onde a problemática estivesse fortemente referida a questões da atualidade atual e política. O patrimônio constitui, portanto, o repositório de obras do passado sobre cujo interesse histórico, documental e, por vezes, estético não paira qualquer dúvida. Trata-se de obras e monumentos que, no mais das vezes, já se encontram dissociados das experiências e interesses sociais que lhe deram origem.⁹⁴

A incongruência entre o discurso dos intelectuais tradicionais (“ideologia da mestiçagem”) e a política desenvolvimentista da economia do regime militar, leva o Estado a

⁹⁴ MICELI, Sérgio (org). *Op Cit*, 1984, p.101-102.

procurar um novo tipo de intelectual, que passa a representar a consolidação de uma unidade entre política e ideologia – os administradores. “É esta nova intelectualidade que, por um lado, fornece uma ideologia “moderna” ao Estado, por outro possibilita uma ação orgânica no campo da cultura”.⁹⁵ Esse Estado gerido pelos novos intelectuais é antes de tudo “neutro”, e por isso se propõe “democrático”; sua realização ocorre na esfera do mercado (que se pretende descompromissado politicamente), e por isso, separa conceitualmente o ‘produto’ cultural de sua distribuição e consumo, que passam a ser valorizados. Assim, distribuição cultural torna-se o instrumento de democratização da cultura e o nível de consumo passa a ser o índice de avaliação da política cultural. A vinculação da política de turismo ao setor cultural demonstra a tentativa do governo federal em resolver o descompasso entre investimento e lucratividade na área da cultura, aproximando o capital do consumo lucrativo do universo dos bens culturais.

Contrariamente ao pensamento tradicional, a ideologia dos empresários da cultura sublinha a dimensão da distribuição e consumo no lugar da [simples] preservação dos bens culturais. Ela se associa assim a práticas burocráticas precisas que permitem o desenvolvimento da gestão e do planejamento a nível estatal. Dentro dessa perspectiva de racionalização das empresas abre-se a possibilidade de se implantar uma política de cultura a partir de diretrizes globais consubstanciadas em planos de ação.⁹⁶

Contemporâneos à *Política Nacional de Cultura*, os dois programas do governo federal que influenciaram no modelo de política de preservação posterior ocorreram fora do âmbito do MEC e da área cultural. A distância institucional destacou a possibilidade de uma política de preservação cultural desenvolvimentista, construída através de alianças intersetoriais que trouxeram credibilidade política à vertente patrimonial. O *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste* representou uma adequação do governo federal às “Normas de Quito”, assinadas em Convenção da Organização dos Estados Americanos em 1967, que ampliava os valores de proteção do patrimônio para os conjuntos urbanos, natureza e sítios históricos, inserindo-os na pauta do planejamento urbano, além de alertar as nações sobre a potencialidade econômica da preservação desses bens. O *Centro Nacional de Referência Cultural* ampliou a ‘clientela’ do IPHAN, estendendo a preservação do patrimônio ao universo da cultura popular, na perspectiva de extrair o potencial econômico e retórico desses bens. O lançamento do projeto do CNRC significou a reformulação do papel do Estado como interventor

⁹⁵ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 2003, p.108-109.

⁹⁶ ORTIZ, R. *Op cit*, 2003, p. 123.

no processo cultural, repensando a questão da “memória nacional” fora do âmbito cristalizado dos documentos tradicionais oficiais. A proposta de uma postura de construção dinâmica de cultura, que inclui a articulação da área com outras políticas setoriais, consolidou a idéia de política cultural entendida como política social de desenvolvimento. Trata-se de “incentivar as demandas de base e buscar responder a elas antes de tentar codificá-las em propostas formais sistemáticas”.⁹⁷ A incorporação do PCH e do CNRC à estrutura da SPHAN/ Pró-Memória redundou na

(...) ampliação considerável do montante de recursos disponíveis para o trabalho de conservação do patrimônio, numa redefinição dos conteúdos e diretrizes da política patrimonial, e na formação de quadros técnicos e de uma nova liderança para a gestão da vertente patrimonial. Ao fim da década de 70 (...) o teor doutrinário da política patrimonial e a composição profissional e intelectual do pessoal envolvido no trabalho patrimonial, deitaram os alicerces de uma nova moldura institucional, mediante a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Pró-Memória, no interior do MEC. [O PCH (1973-1981) proporcionou] recursos financeiros para a restauração de sítios e monumentos históricos que se prestassem a uma reutilização econômica através do turismo. (...) O PCH colocou também em questão os conteúdos dominantes do que então se entendia por política patrimonial. Ao insistir na necessidade de mobilizar a colaboração e a participação financeira daqueles setores sociais diretamente beneficiados pelos dividendos econômicos e simbólicos do investimento feito na conservação do acervo histórico e artístico, os responsáveis pelo PCH acabaram infundindo conteúdos originais à “doutrina-guia” da área patrimonial. (...) Essa proposta aparentemente economicista e, aos olhos de muitos, simploriamente ‘modernizante’, deriva, no entanto, de um diagnóstico de cunho marcadamente histórico de florescimento e decadência, cujo legado ‘nobre’ eram os sítios e monumentos que se pretendia restaurar.⁹⁸

[o CNRC (1975-1980) tinha como objetivo] mapear e qualificar os ‘indicadores culturais brasileiros’ em condições de imprimir feições ‘autênticas’ aos produtos industriais brasileiros. (...) numa espécie de levantamento arqueológico multidisciplinar, visando o resgate dos traços e raízes culturais a serem utilizados como matéria-prima de um desenho caracteristicamente ‘nacional’ dos produtos industriais. (...) num esforço de buscar raízes sólidas de legitimação cultural do trabalho desenvolvido no CNRC.⁹⁹

O *PCH*, a princípio, tinha como objetivos a restauração e apropriação integrada do patrimônio histórico do Nordeste, situado em núcleos urbanos históricos, com vistas à exploração do potencial turístico das cidades selecionadas como fator de geração de renda. Como consequência dos aportes financeiros para recuperação de monumentos históricos com potencial turístico, o Programa esperava a formação de recursos humanos e a geração de empregos nas áreas diretamente atingidas pelas intervenções, despertando o interesse e a valorização de atividades culturais locais, provocando o uso e apropriação do patrimônio recuperado. As propostas do *PCH* que foram transferidas para a Fundação Pró-Memória em

⁹⁷ COHN, Gabriel. “A concepção oficial da política Cultural nos anos 70”. IN: MICELI, S. *Op cit*, 1984, p.95

⁹⁸ MICELI, S. *Op cit*, 1984, p.77/ 78.

⁹⁹ MICELI, S. *Op cit*, 1984, p.79-80

1979, ano da fusão institucional entre IPHAN, *PCH* e *CNRC*, que originou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (órgão normativo) e A Fundação Pró-Memória (órgão executor), consistiam em: “apoio financeiro a um conjunto de ações organicamente estruturadas para identificar, documentar, proteger, classificar, restaurar e revitalizar bens do patrimônio cultural brasileiro. Propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e uso adequado desses bens”.¹⁰⁰ Enquanto política de preservação do patrimônio, o *PCH* contribuiu para a ampliação do conceito de bem cultural, pois a reinserção social e econômica do patrimônio recuperado em sua comunidade de origem provocou uma leitura diferenciada do bem como elemento pertencente a uma trajetória histórica dinâmica, em constante elaboração e transformação. Além disso, a dinâmica de funcionamento do Programa revolucionou o modelo de gestão do patrimônio, transferindo a responsabilidade de elaboração de propostas de preservação e execução das intervenções às esferas municipais, estruturando um sistema de descentralização política e atendimento às demandas regionais/ locais que surtiram efeitos nas décadas seguintes.

As atividades do Programa de Cidades Históricas e do Centro Nacional de Referência Cultural vieram, portanto, complementar a ação do Iphan a nível institucional, alargando e aprofundando o seu envolvimento com os bens culturais. Mas cedo se tornou claro que esse envolvimento só encontraria sua verdadeira significação e finalidade se traduzisse em envolvimento afetivo com as comunidades que estão intimamente associadas a esses bens.¹⁰¹

A década de 1980, marcada pelo processo de reabertura democrática no país, foi marcada pela aproximação política entre o Estado e a sociedade, a partir das lutas sociais pela abertura de espaços participativos e ampliação de canais de comunicação com a sociedade. A Constituição Federal de 1988 institui a cultura como direito social, abrindo uma brecha política, nessa perspectiva, à consolidação do espaço de atuação de redes de agentes culturais fora do âmbito estatal. A dinâmica constitucional de descentralização política transferiu responsabilidades de gestão aos estados e municípios, criando espaços de autonomia política que se refletem nas políticas culturais nos anos 1990 e na alteração dos discursos identitários de um universo nacional para universos locais. Os anos 1980 foram marcados pela tendência à valorização do ‘popular’ no conceito de cultura, justificada pela influência de teorias políticas de esquerda, tão disseminadas nas bandeiras de luta pela democratização política no país. O período foi marcado

¹⁰⁰ MEC/ SPHAN/ FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/ Fund. Pró-Memória, 1980, p.22.

¹⁰¹ Idem, 1980, p.27.

pela associação de cultura à cidadania, e os projetos culturais tomaram fôlego nas esferas municipais e estaduais, estimuladas pelo discurso de democratização do processo político através da consulta e atendimento de demandas das comunidades locais, movimento que resultou na elaboração da lei Sarney (1986) de financiamento da cultura.

A tendência dos anos 1990 foi adaptar a associação ‘cultura e cidadania’ para a inserção em massa da iniciativa privada no processo decisório das políticas culturais, o que significava apropriar-se da ampliação do conceito de patrimônio cultural ocorrido entre os anos 1970/ 1980, associando política de preservação à política urbana, seguindo a tendência mundial de valorização das cidades, o que poderia atrair os interesses do mercado, e por consequência, os investimentos no setor. O argumento de imbricação dos objetivos das políticas de preservação aos de políticas urbanas é a valorização da memória urbana (e por isso, a construção de cidadãos) presente nos bens culturais preservados, integrando de forma articulada e intersetorial, as demais políticas de desenvolvimento urbano, garantindo o “desenvolvimento territorial e sócio-econômico ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado”.¹⁰²

A teoria do Estado mínimo proposta pelo modelo neoliberal de gestão pública apostou que a eficiência das leis de incentivo sustentaria, com a presença ‘incondicional’ da iniciativa privada, as políticas de preservação de modo atender as demandas da área. Nesse período, como vimos no capítulo anterior, consta o maior investimento público na área patrimonial, utilizado através das leis de incentivo, garantindo os interesses e a projeção da imagem dos investidores da cultura. A estratégia de utilização do patrimônio como instrumento de valorização do solo urbano, assim como da imagem de seus promotores e ‘defensores’ influencia na formulação de projetos para a área, em âmbito federal, como o Programa MONUMENTA/ BID, voltado para a preservação do patrimônio através da sustentabilidade estruturada na parceria entre iniciativa privada, sociedade civil organizada e setores do poder público. A década de 90 representa a consolidação do potencial simbólico e econômico do patrimônio cultural enquanto objeto de consumo capaz de mobilizar e sensibilizar a opinião pública.

¹⁰² BRITO, Marcelo. “Pressupostos da Reabilitação Urbana de sítios históricos no contexto brasileiro”. IN: *Seminário Internacional de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos*. Brasília: IPHAN, 05 a 07 de dezembro de 2002(b). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=380>

Gráfico 3. Aspectos motivadores para o investimento em cultura apresentados pelas empresas amostradas – Brasil- 1990-1997

Gráfico 4.1.1
Aspectos motivadores para o investimento em cultura apresentados pelas empresas amostradas – Brasil – 1990-1997

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP). Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC).

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/ MinC. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. v.2. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1998. p72.

Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/investmentoculturacap04_1118866909.pdf.

A década de 2000 vem “colher os louros” elaborados pela década anterior. A hegemonização das propostas neoliberais entre os setores do poder consolidou a existência das leis de incentivo como recursos indispensáveis para o setor cultural. A associação entre política urbana e política de preservação do patrimônio se concretiza legalmente, e o Estatuto da Cidade torna-se um instrumento de legitimação da descentralização da gestão do Estado brasileiro. O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/ 2001) prevê que os gestores municipais incorporem políticas de preservação do “patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” como diretrizes de desenvolvimento urbano em seus Planos Diretores Municipais, subtraindo o falso antagonismo entre tombamento e desenvolvimento. A questão da preservação do patrimônio cultural oficializa-se como vetor de transformação urbana, com ênfase nas áreas centrais, espaço de concentração de sítios históricos urbanos.

A necessidade de rompimento da visão setorial das políticas públicas que tratam do urbano sem (re)conhecê-lo em sua globalidade e ao mesmo tempo em sua particularidade pelos aspectos culturais que possui, o que pressupõe esforços de coordenação nem sempre atingidos em função da inexistência de mecanismos de gestão apropriados para essa finalidade e da não aplicação de instrumentos operacionais disponíveis, está a exigir novos modelos de preservação do patrimônio cultural que aliados ao desenvolvimento urbano estabeleçam:

- perspectiva integrada da ação de preservação urbana, articulando linhas de atuação que, tradicionalmente setoriais, possam estabelecer pontos de interseção e procedimentos convergentes, dotando-lhe maior eficácia;
- focalização dos investimentos e iniciativas públicas e privadas em sítios históricos degradados preferenciais, localizados em áreas urbanas, diante da necessidade de priorização e alocação estratégica dos recursos disponíveis;
- interação físico-espacial dessas áreas urbanas objeto de intervenção ao resto da cidade, (re)conhecendo suas especificidades no contexto global urbano, de modo a propiciar o seu tratamento particularizado e evitar o direcionamento homogêneo para áreas urbanas que são, em si, diversas e com valores agregados díspares, em função de contextos culturais, ambientais, sociais e econômicos distintos.¹⁰³

A gestão FHC (1995-2002) foi marcada pela realização de grandes eventos culturais voltados à promoção e marketing da imagem do país para o exterior, através do investimento em equipamentos culturais e sítios históricos urbanos com potencial turístico (a indústria do turismo tornou-se setor estratégico do Plano Plurianual 1996-1999 – “O Brasil em ação”; da mesma forma que o patrimônio histórico é apresentado no Plano Plurianual 2000-2003 – “Avança Brasil”, como eixo estratégico de governo, para o qual as cidades deveriam desenvolver mecanismos de sustentabilidade). A reformulação das leis de incentivo à cultura constituíram-se a principal meta desse governo, gerando uma completa dependência dos agentes culturais à lógica do mercado de consumo. A publicidade gerada por este sistema de financiamento da cultura foi o principal mote defendido pela gestão Weffort no MinC, que associou a idéia de desenvolvimento social ao ‘patriotismo cívico’ constituído na valorização da cultura. Essa gestão foi marcada pela redução da estrutura do Estado e corrosão do conceito de Nação, através de políticas públicas estruturadas sobre diretrizes de abertura do mercado brasileiro à importação de bens e serviços e da inserção de capitais de investimentos de risco, voltadas à consolidação da hegemonia política dos interesses do mercado global. Sempre em consonância com as ‘sugestões’ propostas pelos organismos financeiros internacionais, como o FMI e o BID. O título de ‘cidade-global’ torna-se a meta a ser atingida pelas políticas urbanas, preocupadas em atingir os requisitos de padronização da infra-estrutura sócio-econômica para a economia globalizada, horizonte dessa ideologia política.

Em nome do neoliberalismo, o governo federal está aniquilando importantes instituições culturais. A lógica de mercado é proposta como única forma de auto-regulação da sociedade e isso significa que cultura virou sinônimo de entretenimento. É o fim da memória, do patrimônio e do experimento.¹⁰⁴

¹⁰³ BRITO, Marcelo. “Urbis, uma estratégia de atuação”. IN: *Arquitextos*. Texto especial 120. Março de 2002(a). Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp120.asp>.

¹⁰⁴ NOVAES, Antônio. “O engodo neoliberal: o Estado e o estrago”. IN: Revista “Teoria & Debate” nº 11. APUD: KARA-JOSÉ, B. *Op cit*, 2007, p.131.

A política do governo Lula de recuperação da posição do Estado enquanto representante de múltiplos interesses e reflexo dos conflitos sociais que compõem a sociedade, retoma o papel do Estado como gestor da área cultural, através da articulação de sistemas de redes culturais para o atendimento das demandas sociais e elaboração de ações que promovam a cultura enquanto um direito de todos. A área patrimonial na gestão do ministro Gilberto Gil recupera o discurso de preservação do grupo político de Aloísio Magalhães, e amplia consideravelmente o escopo de atuação das políticas de preservação. A preocupação do IPHAN em inventariar bens da cultura de natureza imaterial integra a linha política de gestão do MinC de valorização da cultura popular, através da criação de programas de profissionalização dos agentes culturais, linhas de financiamento de projetos que promovam a divulgação e valorização do conhecimento popular antropológico e da estruturação de um Sistema Nacional de Cultura que articule as instituições e organizações que atuem no setor cultural.

- a) Prover recursos para satisfazer as necessidades culturais requer atuação com base nos municípios e a partir de seus recursos e prioridades.
- b) A atuação pública deve ser multissetorial, levando em consideração questões referentes não somente às práticas culturais efetivas, mas também às de organização dos espaços urbanos (distâncias, meios de transporte, comunicações, localização de equipamentos e a qualidade própria do equipamento e do entorno).
- c) As políticas para a diversidade perpassam a cultura, mas envolvem outros setores: políticas para mulheres, indígenas, negros, para redução das desigualdades étnicas, enfim, setores que devem necessariamente ser contemplados – para tal existem possibilidades e mecanismos efetivos de atuação intergovernamental, a exemplo dos citados comitês gestores.
- d) As políticas mais democráticas não focam apenas o espetáculo, mas também promovem tradições comunitárias e novas sociabilidades. A indústria cultural e as novas tecnologias oferecem recursos indispensáveis para fomentar conhecimentos recíprocos e coesão social entre os múltiplos grupos e instituições, e, portanto, têm potencial para serem exploradas em política ampla de valorização da diversidade e na economia da cultura.
- e) O setor educação deve ser um parceiro nodal, pois é na escola que se formam gostos e valores culturais, relativos à vida e às artes – é onde se desenvolvem capacidades para lidar com os riscos da vida moderna.¹⁰⁵

¹⁰⁵ SILVA, Frederico A. Barbosa da. (org). Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. V.2. Brasília: MinC / IPEA, 2007. (Coleção *Cadernos de Políticas Culturais*), p.164.

Tabela 5. Princípios, Orientações e Arranjos Institucionais do governo Lula, gestão Gilberto Gil

Intencionalidade do governo	Definição da agenda do governo: conteúdos, regras e valores	Arranjos institucionais: alguns resultados e agenda operacional
<p>1. A cultura não se resume às belas-artes, mas tem outras dimensões: a antropológica, a econômica e a política. O reconhecimento dessas dimensões compreende o respeito pela diversidade cultural</p> <p>1.1 Atuação institucional integrada sobre as diversas dimensões do conceito de cultura</p> <p>1.2 Respeito à definição de prioridades dos governos de estados e municípios quanto ao objeto de ação pública</p>	<p>1. Organização de programas federais que abranjam as dimensões da cultura</p> <p>1.1 Os programas organizam as ações do MinC, instituições vinculadas e outros setoriais e ainda fomentam projetos da sociedade em todas as áreas culturais e regiões</p> <p>1.2 Criação do Sistema Nacional de Cultura e do instrumento do Plano Nacional de Cultura</p>	<p>1.A Criação do Sistema Federal de Cultura – Decreto nº 5.220, de 24/08/2005</p> <p>1.1 Estruturação de Programas com ações dentro do MinC e articulados com outros setoriais</p> <p>1.2 Gestão de Programas Multissetoriais</p> <p>1.3 Plano de Gestão e o Comitê Gestor Interministerial criados pelo Decreto nº 5.233/2004</p> <p>1.B Criação do Sistema Nacional de Cultura e assinatura dos protocolos de intenção com Estados e municípios</p>
<p>2. As políticas culturais devem se constituir como políticas de Estado</p> <p>2.1 As idéias de democracia, transparência e equidade são reguladoras da organização das políticas públicas de cultura</p> <p>2.2 As políticas culturais convergem com as demais políticas na promoção da diversidade, da tolerância e do desenvolvimento social integrado</p>	<p>2. Constitucionalização das regras que instituem as políticas culturais</p> <p>2.1 PEC 416/2005 (Sistema Nacional de Cultura)</p> <p>2.2 PEC 150/2000 (vinculação de recursos da união, estados e municípios)</p>	<p>2. Constitucionalização das regras que instituem as políticas culturais</p> <p>2.1 Estabelecimento de Plano Nacional de Cultura, seguido de planos estaduais e municipais</p> <p>2.2 Estabelecimento do Sistema Nacional de Cultura</p>
<p>2.3 As políticas culturais têm abrangência nacional e continuidade na alternância entre os governos</p>	<p>2.3 Emenda Constitucional nº 48: estabelece Plano Nacional de Cultura para defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; produção, promoção e difusão de bens culturais; formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; democratização do acesso aos bens de cultura; valorização da diversidade étnica e regional</p> <p>2.4 Transparência nos critérios de alocação de recursos</p> <p>2.5 Emenda ao artigo nº 216 que autoriza vinculação de recursos dos estados para a cultura</p>	<p>2.2.1 Assinatura de Protocolos de adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)</p> <p>2.2.2 Criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) – ainda não instalado</p> <p>2.2.3 Criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), seguido da proposição de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)</p> <p>2.2.4 Criação das Câmaras Setoriais (música, artes plásticas, teatro, circo etc.) no âmbito do CNPC</p>
<p>3. As políticas públicas de cultura objetivam a democratização e promoção do acesso aos mecanismos de produção, distribuição e fruição de bens culturais</p>	<p>3. Criação de regras e instrumentos para a distribuição de recursos e instrumentos de participação</p> <p>3.1 Criação de instrumentos de difusão de bens culturais e ações de ampliação e universalização do acesso aos bens culturais, a exemplo dos Pontos de Cultura e da promoção da diversidade cultural</p> <p>3.2 Criação de órgãos participativos, de controle social e co-gestão nos Estados e municípios</p>	<p>3. Regulação e fomento de cadeias produtivas da cultura</p> <p>3.1 Ampliação do escopo de atuação da Ancine</p> <p>3.2 Criação de Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (em implementação)</p> <p>3.3 Política de Editais (em consolidação)</p> <p>3.4 Consolidação das Conferências Nacionais de do Cultura, Conselho Nacional de Política Cultural, de Conselho Superior de Cinema etc.</p> <p>3.5 Início de estruturação de órgãos participativos e de co-gestão pelos entes federados</p>

Fonte: SILVA, Frederico A. Barbosa da. (org). Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise. V.2. Brasília: MinC / IPEA, 2007. (Coleção *Cadernos de Políticas Culturais*), p.200.

2.3 Propostas e projetos de reabilitação urbana para a Luz nos anos 1990¹⁰⁶

Os empreendimentos culturais em São Paulo, caracterizados como elementos ‘revitalizadores’ da cidade, têm como perfil a associação entre cultura, patrimônio histórico, revitalização urbana; além do financiamento misto desses projetos, sustentados pela arrecadação de recursos públicos, capital privado e empréstimos de agências e organismos financeiros internacionais (como o BID).

Uma das características dos empreendimentos ‘revitalizadores’ da Secretaria de Estado da Cultura nos anos 1990 era o potencial de “transformação social” atribuído a cultura. Através dos discursos de valorização da cultura (entendendo-se aqui a ‘cultura’ como a promoção de eventos artísticos de grande porte e a restauração de importantes monumentos consolidados pela opinião pública), o governo estadual iniciou um movimento de recuperação da região central da cidade, especificamente da região da Luz, justificado pelo potencial de pólo cultural do bairro. Enquanto a região da Luz receberia recursos majoritariamente públicos para a recuperação do patrimônio histórico (devido a concentração de edifícios institucionais públicos monumentais), o “centro antigo” receberia investimentos da iniciativa privada, ali sediada, para recuperação e melhoria da infra-estrutura urbana.

Os projetos de valorização urbana, elaborados para a região da Luz, foram financiados na quase totalidade por investimentos públicos, porém receberam investimentos privados através das leis de incentivo fiscal, empolgados com a possibilidade de transformação da região em pólo cultural.

A posição estratégica da região da Luz (características históricas e culturais; intersecção do transporte público, ligação entre as regiões Sul e Norte) coloca-a como objeto de estudo obrigatório para qualquer projeto de reordenação do centro da cidade de São Paulo. Algumas diretrizes básicas que norteiam os projetos para a região da Luz: reestruturar a posição divisória da avenida Tiradentes, que separa os equipamentos e “fragmenta a identidade da região; reverter

¹⁰⁶ Para os projetos e propostas de intervenção urbanística na região da Luz ver: MEYER, Regina Prosperi & IZZO Junior, Alcino. *Pólo Luz: Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo*. São Paulo: Terceiro Nome, 1999. DIAFÉRIA, Lourenço (Vários Autores). *Um Século de Luz*. Coleção Mosaico: Ensaios & Documentos. São Paulo: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos/ Scipione, 2001.

a questão da degradação urbana dos espaços públicos e edifícios, relacionando-a a solução de problemas como habitação, tráfico de drogas, prostituição e comércio informal; superação das barreiras físicas impostas pela malha ferroviária; valorização e aproveitamento do potencial turístico e identitário dos edifícios concentrados na região, possuidores de relativa importância histórica que induzem a formação de um pólo cultural desencadeador de transformações sócio-espaciais na área.

Os projetos e propostas para a ‘recuperação’, ‘revitalização’, ‘reabilitação’ ou ‘requalificação’ sócio-espacial da região foram elaborados em sua grande parte pelo poder público, articuladas muitas vezes, as esferas municipal, estadual e federal; porém, após a década de 1990 a iniciativa privada, representada e articulada pela “Associação Viva o Centro” passa a integrar o conjunto dos idealizadores e proponentes dos mesmos, vinculando em seus argumentos o aspecto cultural como eixo de articulação dos interesses da comunidade.

A Associação Viva o Centro tornou-se a principal promotora de estudos de revalorização da área central de São Paulo fora do âmbito do poder público, e sua preferência pelo “modelo Barcelona” de planejamento estratégico urbano, tem divulgado e inserido métodos e teorias de intervenção desse modelo por aqui. O discurso da AVC, dentro da lógica de associação do poder público e da iniciativa privada, adotou a preservação de sítios históricos vinculada à revalorização imobiliária do centro da cidade.

A região da Luz é caracterizada pela existência de um acervo de imóveis monumentais e pela concentração de propriedades do governo estadual. Esse perfil urbano acompanha o crescimento da cidade de São Paulo: a região da Luz reflete dois momentos fundamentais dessa história, entre o final do século XVIII e início do século XIX, quando o “caminho do Guaré”, que ligava o centro da cidade à região norte da cidade, passou a sediar instituições religiosas e militares; e no final do século XIX, com a implantação das companhias ferroviárias na região, e a chegada da elite cafeeira, responsáveis pela execução de uma nova infra-estrutura urbana e pelo crescimento demográfico da cidade. A crise da economia cafeeira a partir dos anos 1930 e a proliferação de doenças entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, causadas pelas condições insalubres derivadas da existência de cortiços e das inundações do Rio Tietê, causaram a saída da elite paulistana para outros bairros (como Higienópolis e Avenida Paulista), em um processo de deterioração e abandono da região da Luz. A integração do sistema ferroviário existente à estrutura de transporte metropolitano (ligando o centro à periferia)

contribuiu ao processo de popularização da região nos anos 1940, e a realização de obras viárias no centro entre os anos 1930 e 1960 (incluindo a instalação da Estação Rodoviária na região), cederam um novo perfil à região, renegando a dinâmica do crescimento urbano a outras regiões da cidade. Esse “esquecimento” econômico da região, por parte dos especuladores imobiliários, preservou o acervo imobiliário da região, fato que posteriormente gera a retomada do interesse na Luz, situação identificada no projeto de Rino Levi (nos anos 1970) como instrumento de desenvolvimento promissor da região. A implantação do sistema de metrô e os estudos do COGEP nos anos 1970, além do projeto ‘Luz Cultural’ na década de 1980 foram tentativas de melhoria da região, não tão bem sucedidas como o esperado para revitalização da região.

A região da Luz é marcada pela diversidade no sistema de transporte, índice de emprego relativamente alto em decorrência da indústria do vestuário, porém apresenta decréscimo no índice da população habitante, farta oferta de imóveis subutilizados, coexistindo com o grande número de cortiços, além do péssimo estado de conservação da maioria dos espaços públicos e edifícios. Apesar desses contrastes, a dinâmica econômica da área é prospera, devido à conjunção de quatro pólos comerciais: a indústria de confecção (composta pelo comércio varejista e atacadista, além da existência de infra-estrutura de apoio); o conjunto de transportadoras no entorno da antiga estação rodoviária (que fazem o transporte dos “sacoleiros” e de imigrantes latino-americanos); o comércio eletro-eletrônico da Santa Ifigênia; e o ‘pólo das noivas’, localizado na Rua São Caetano.

Projeto “Área da Luz - Renovação Urbana em São Paulo” (1974).

O desenvolvimento de uma indústria automobilística entre os anos 1940 e 1950 determinou a configuração sócio-espacial da cidade de São Paulo, isolando áreas centrais como a Luz, fadadas, pela construção de barreiras viárias, à deterioração urbana. A noção de cidade funcional que prevaleceu nos anos 1970 está presente no estudo de Rino Levi, que propõe o aproveitamento econômico do solo urbano e a dinamização do tráfego no centro a partir da implantação do Metrô.

Com a implantação do metrô (nos anos 1970) ocorreu o primeiro grande esforço de recuperação do patrimônio histórico existente no centro de São Paulo, e a região da Luz, alvo de projetos rodoviaristas nos anos 1950 e 1960, recebeu atenção especial dos poderes públicos. O governo do Estado encomendou um conjunto de estudos das condições ambientais, sociais e

econômicas da região para o escritório ‘Rino Levi & Associados’, pretendendo realizar um levantamento completo do bairro da Luz, que enquanto área de proteção especial estabelecia certas particularidades que poderiam ser prejudicadas com a implantação do sistema metroviário. A década de 1970 marca um novo olhar dos poderes públicos sobre o conceito revitalização do patrimônio histórico, associado a idéia de desenvolvimento sócio-ambiental.

Apesar da construção da estação do metrô em 1975, o zoneamento restritivo de “zona especial”, contribuiu para a contenção do processo de verticalização. A crise econômica mundial dos anos 1970 provoca um processo de desindustrialização das economias e São Paulo, dentro desse contexto, volta-se à preparação de uma infra-estrutura urbana para as funções terciárias, implicando na alteração no quadro de funcionamento da cidade, indicado no estudo de Rino Levi, na proposta de investimento no crescimento do comércio no Bom Retiro e no aproveitamento do potencial cultural da região.

Dentro da perspectiva de adaptação econômica, o estudo foi realizado como suporte à legislação disciplinadora dos usos destinados às “zonas especiais” (a área da Luz é classificada como Z8-007), caracterizadas pelas leis municipais nº. 7805/72 (lei de zoneamento); nº. 8001/ 73 (zonas especiais); e nº. 8328/ 75 (regulamentou os usos na Z8-007). O COGEP, (atual Setepla) ao encomendar o estudo tinha a intenção de realizar um levantamento das funções adequadas às características socioeconômicas da região, buscando encontrar os usos mais rentáveis do espaço urbano, para que a preservação das características histórico-culturais-paisagísticas convivesse com o impacto ambiental e econômico causado pela instalação de um sistema metroviário no bairro, além da saída da Estação Rodoviária da Praça Júlio Prestes para a avenida Cruzeiro do Sul.

O estudo incluía a elaboração de um programa de otimização e recuperação do desempenho funcional da área, valorizado por um novo plano de circulação viária adequado a normatização do uso do solo pela Z8 –007, aliado a proposição de um programa de incentivo ao adensamento populacional do bairro, promovido pela instalação de conjuntos habitacionais; a implantação de centros educacionais e postos de saúde voltados à melhoria na qualidade de vida da população; e a proteção e valorização do patrimônio arquitetônico e ambiental voltado ao uso de lazer cultural e apropriação do público. O projeto tinha como meta a dinamização do tráfego na área central e a revalorização fundiária na região.

Para a visualização das propostas de intervenção, o estudo dividiu a área da Luz em cinco unidades de planejamento: residencial, equipamentos de educação, de lazer, circulação viária, e circulação de pedestres, com as quais as propostas posteriores de ‘renovação’ urbana na região conviveram e se apropriaram. O estabelecimento de uma metodologia de trabalho estruturada sobre o levantamento amplo e aprofundado de características e problemas do espaço como pré-requisito para a apresentação de ações de melhoria e intervenção, gerou credibilidade às propostas realizadas pelo grupo de urbanistas, e tornou-se o modelo por excelência de projeto de intervenção para a área da Luz.

O material produzido possibilitou um profundo diagnóstico físico e social da área. Foram identificados em mapas certos aspectos, tais como desenvolvimento histórico da área, os setores com maior grau de deterioração, o desempenho das funções urbanas, as manchas de maior densidade populacional e o raio de abrangência dos equipamentos públicos e comunitários.¹⁰⁷

A “Área da Luz” (como ficou conhecida a zona ‘especial’ de preservação Z8-007 no Bom Retiro) foi legalmente preservada por concentrar edifícios de interesse cultural. Essa característica, diagnosticada pelo estudo “Área da Luz - Renovação urbana em São Paulo” como o “coração” da região, determinou o aspecto da dinâmica urbana que devia ser explorada, de modo a valorizar o solo urbano e estimular o desenvolvimento da região a partir do impulso das obras do metrô. Esse “estigma” cultural creditado à Luz está relacionado aos inúmeros conflitos sociais da região, pois as políticas públicas que são destinadas a região, concentram-se na valorização deste aspecto e negligencia aspectos urbanísticos fundamentais para uma efetiva intervenção e reabilitação urbana.

Projeto “Luz Cultural” (1984)

A implantação de equipamentos culturais na região do bairro da Luz em função da diversidade de estilos e do caráter institucional dos edifícios existentes na área levou, na década de 1980, a Secretaria de estado da cultura a elaborar o projeto “Luz Cultural”, que tinha como objetivo a revitalização do bairro através do aproveitamento turístico das instituições da região.

Baseando-se nos modelos então em voga no cenário urbanístico e cultural internacional, o secretário [de Estado da Cultura] alegava que “o desenvolvimento urbano ocorre mais pela ativação cultural do que por obras de infra-estrutura”. Nesse sentido, segundo a lógica do secretário, o estímulo ao uso dos atrativos culturais na região da Luz poderia gerar um processo natural de revitalização urbana, considerado menos agressivo que a realização de grandes intervenções urbanísticas.¹⁰⁸

¹⁰⁷ KARA-JOSE, Beatriz. *OP cit*, 2007, p.37.

¹⁰⁸ KARA-JOSE, B. *Op cit*, 2007, p.61.

Creditando o aspecto cultural como catalisador do desenvolvimento urbano, as instituições da região passaram a investir no atrativo turístico, elaborando mapas e roteiros de visitas culturais, baseados no zoneamento do bairro, propondo em alguns casos, pequenas intervenções de recuperação do patrimônio cultural em função de seu potencial atrativo de visitantes. A secretaria estadual de cultura, através de parcerias com a Secretaria de Esportes e Turismo (que elaborava os roteiros), a Fundap (que contratava guias turísticos), o Metrô (através do programa “Turismetrô”), a CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo) (que cedia ônibus executivos para o transporte dos turistas) e o Comando da Polícia Militar (responsável pelo policiamento e segurança da região), propunha a implantação de um novo tipo de intervenção urbana baseada no “estímulo” e não na execução de obras de grande porte. Apesar da intenção de tornar-se um mecanismo propulsor da revitalização urbana da região, o projeto “Luz Cultural” ainda se apegava à concepção monumental de patrimônio histórico, apostando que o simples investimento na imagem cultural da região pudesse desencadear um processo de reabilitação do bairro.

Em iniciativas deste tipo, a atividade turística é o ponto de apoio para a revitalização econômica e para recuperação física de conjuntos arquitetônicos. O monumento, por ser um equipamento coletivo, assume o papel de elemento focal das ações de recuperação urbana, em função de seu uso e desfrute turístico e cultural, passando à categoria de produto de consumo turístico e de bem não apenas cultural, mas também econômico. Embora se fale em “revitalização de conjuntos urbanos”, não existe um plano abrangente: as intervenções são apenas pontuais, de restauração e conservação dos monumentos, ou de tipologias básicas existentes no conjunto urbano, especialmente aquelas consideradas como excepcionais e notáveis em termos histórico e artístico, cujo restauro pode contribuir para a construção da nova paisagem turística. (KARA-JOSE, 2007, p.63-64)

O elemento de diferenciação desta proposta era fundamentar as ações de integração da comunidade com a área da Luz, através de atividades de percepção e interação na arte. O projeto concentrou-se na Oficina Cultural Oswald de Andrade (cursos de artes) e na recuperação da Praça Cel. Fernando Prestes como ponto de encontro e lazer. O apoio institucional da Polícia Militar (via policiamento efetivo em todo o bairro e apresentação da banda militar na praça), aliado a parceria estabelecida com Secretaria Municipal de Cultura (“Programa Leitura no Parque da Luz”) e a execução de um projeto de Educação Ambiental conveniado com a Pinacoteca do estado (Programa “Desenho no Parque”) no Jardim da Luz estimularam a geração

de uma imagem de ‘vitalidade cultural’ à região, mas não foi suficiente para promover a renovação urbana esperada pelos idealizadores do projeto.

“Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo” (1996)

Realizado pela prefeitura de São Paulo e Sehab (Comissão Procentro) apoiado pelo IAB/ SÃO PAULO (Instituto dos Arquitetos do Brasil), pela “Fundação Bank Boston” e “Associação Viva o Centro”.

A proposta de intervenção urbana para a cidade de São Paulo vencedora do concurso entendia a redistribuição viária e ferroviária da região com relação as outras áreas da cidade, além de compreender a reorganização do fluxo da avenida Tiradentes como meio de articulação simbólica da região central. Apesar da valorização do conteúdo das propostas, os projetos foram arquivado pelos altos custos que sua execução traria aos poderes públicos, além da dificuldade imposta pela necessidade de integração dos esforços políticos e econômicos de agentes públicos e privados, o que demandaria a integração de interesses das duas partes.

“São Paulo Centro” – Uma Nova Abordagem (1996)

Esse estudo integra os projetos “PITU” e “Operação Centro” e propõe a transferência da sede do Governo Estadual para o centro em edifício histórico tombado, estimulando a transferência de sedes empresarias para a região central. Como uma realização da “Associação Viva o Centro”, o estudo foi desenvolvido pela arquiteta Regina Prosperi Meyer em parceria com o escritório ‘MMBB Arquitetura’.

O objetivo do estudo era esclarecer as posições da ‘Associação’ para as questões que envolviam a recuperação da área central, voltados ao esclarecimento dos candidatos à prefeitura de São Paulo e à Câmara Municipal para os problemas sociais e econômicos envolvidos na região, além de constituir-se em um discurso em defesa do centro histórico de São Paulo como espaço de articulação da diversidade e da cultura da cidade.

Um dos méritos do texto é o destaque à necessidade de diversificação funcional como ação fundamental para estimular a vitalidade da região central (ênfase da importância da função residencial), articulada a “conservação dos conjuntos sócio-urbanísticos existentes, com seu valor histórico preservado” como solução para o problema do abandono do centro pelo empresariado. Uma das frentes do estudo indica o problema viário como uma das questões-

chave para atrair investidores na região: a proposta de intervenção no sistema viário (baseado no PITU) e ocupação de vazios ao longo da ferrovia, aliados ao adensamento residencial criariam um cenário dinâmico e acessível a uma clientela mais ampla dos serviços oferecidos pelo centro.

PITU (Programa Integrado de Transportes Urbanos) (1994)

Coordenado pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, o programa intencionava promover a integração física, tarifária e operacional de todo sistema de transporte coletivo de grande capacidade, articulado com os demais meios viários disponíveis na cidade. As principais linhas de ação do programa previam a implementação e integração dos planos de corredores de ônibus, a revitalização do sistema EMTU – (trolebus), a elaboração de projeto de revitalização das linhas férreas urbanas para receber fundos de financiamento do Programa Revaf – Ministério dos Transportes, e a implantação do projeto ‘Integração Centro’, elaborado pela CPTM e Companhia do Metrô, cuja proposta de articulação dos dois sistemas na área central impulsionou a recuperação do edifício da Estação da Luz, principal eixo do projeto.

Projeto Operação Centro (1997)

Formulado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, o projeto surgiu tendo a adequação da Estação da Luz para receber a integração trem metropolitano-metrô como “carro-chefe”, e previa a adaptação da gare associada à restauração do patrimônio histórico como ações capazes de estimular uma nova dinâmica comercial na região central.

O projeto previa, além da intervenção no edifício da Estação da Luz, o rebaixamento da calha da via de fluxo da avenida Tiradentes (conexão da área central à região norte), garantindo a travessia de pedestres sem a interferência do trânsito de veículos. Integrando as propostas de reorganização viária, a adaptação da avenida Casper Libero para um boulevard estabelecia uma articulação preferencial de pedestres entre a área da Luz e o Anhangabaú (articulação a área central recente ao centro ‘velho’), estimulando a requalificação urbana desse trecho.

Em apoio à idéia do projeto, a ‘Associação Viva o Centro’ propôs a construção de novas estações ferroviárias para criar a imagem de encadeamento dos espaços ‘livres’ ao longo das linhas, recuperando a paisagem urbana e eliminando a barreira representada pelo traçado ferroviário na região da Luz.

O estudo estabelece três princípios de intervenção no espaço público: articulação dos espaços públicos em rede (conjuntos interligados); ampliação desses espaços por meio da

incorporação de áreas internas às quadras para circulação de pedestres; criação de alternativas de circulação entre pedestres e veículos, integrando a apropriação dos espaços públicos ao cotidiano da cidade. Especificamente para a área da Luz, o estudo aponta dois importantes conjuntos de espaços públicos como alvo de intervenções de requalificação: o Jardim da Luz e a Praça Cel. Fernando Prestes (com seus edifícios de entorno); e o trecho que engloba a Praça Princesa Isabel, a Praça Júlio Prestes e o Largo Sagrado Coração de Jesus. O caráter principal do projeto é apresentar a região como um complexo de cenários integrados de alta qualidade, dignos de uma cidade mundial.

Pólo Cultural Luz (1999)

A idéia de valorização da cultura como instrumento de transformação urbana é adotada como bandeira política pelo governo estadual (gestão Mário Covas 1995-1999). Retomando a idéia central do projeto “Luz Cultural”, que tinha como objetivo estimular o turismo na região da Luz através de atrativos culturais, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/ SEC elaborou o projeto “Pólo Luz”, que se destacava pela metodologia de trabalho centrada no estabelecimento de parcerias do poder público com a iniciativa privada para a recuperação efetiva da área, através de investimentos na construção de equipamentos culturais públicos que pudessem projetar uma imagem de consenso social na cidade. Uma das características desse projeto é a valorização do espetáculo e do monumental no conceito de cultura. A recuperação do patrimônio histórico serve de pano de fundo para a consolidação do discurso de ‘espetacularização’ da cultura de massa a ser adotada como atrativo de investimentos urbanos, e toda e qualquer intervenção se justifica para o bem coletivo da sociedade paulistana.

Incentivado pela ‘Associação Viva o Centro’ (responsável pela captação de recursos privados entre o empresariado local), desenvolvido pela arquiteta Regina Prosperi Meyer conjuntamente com a ‘UMA Arquitetos’, e na esteira do contexto de implantação do projeto “Complexo Cultural Júlio Prestes”, o projeto simbolizava o modelo de gestão neoliberal que o governo federal almejava, pois enquanto a SEC angariava as verbas necessárias à execução das intervenções em edifícios públicos da região, ficava evidente o processo de substituição da responsabilidade pela preservação e conservação do patrimônio público cultural para a iniciativa privada que essa propostas política projetava para o futuro. A área selecionada abrangia os bairros da Luz, Campos Elíseos e Bom Retiro, formando um perímetro de “degradação urbana”

ideal como laboratório de implantação de projetos gentrificadores de requalificação urbana sustentados pelo discurso cultural.

Uma das experiências incentivadoras da parceria público-privada na proposta do “Pólo Luz” foi o estudo “São Paulo Centro: Uma nova abordagem”, também relacionado à ‘Associação Viva o Centro’, cujo discurso de “reverter o processo ‘negativo’ instalado na área central” servia de atrativo para investidores interessados em associar sua imagem à recuperação do ‘status cultural’ da cidade. Esse modelo “cultural” de intervenção urbana se justifica pelo argumento mais amplo de incentivar diretrizes globais de intervenção no centro a longo prazo, “combinadas com intervenções estratégicas direcionadas para áreas específicas que deveriam atuar como ‘pólos indutores’ de requalificação urbana”.¹⁰⁹ A contrapartida do governo estadual para novos investidores da região, previa “a exploração comercial, mediante cessão onerosa para a iniciativa privada, de imóveis (terrenos, estações, armazéns, oficinas, etc) ociosos ou subutilizados, espaços aéreos de faixas e estações ferroviárias, espaços pouco utilizados no interior das estações, além de espaço para a publicidade”.¹¹⁰

Um instrumento propulsor da imagem de “pólo indutor” da região central era o seu conjunto de patrimônio ferroviário, cuja recuperação beneficiaria os usuários do transporte público, assim como se tornaria um atrativo cultural, além da facilidade de incluir o projeto de recuperação das estações no ‘Programa de Revitalização de Áreas Ferroviárias’ (do Ministério dos Transportes). A proposta previa a articulação entre os equipamentos culturais ao longo da ferrovia, da Luz até a Barra Funda, acompanhando a transformação das marginais da ferrovia em passeio público arborizado. A recuperação da área se completaria com a incorporação dos espaços adjacentes à Estação da Luz e Júlio Prestes, formando uma esplanada de uso público integrada ao pátio ferroviário.

As propostas desse projeto passaram a nortear as ações do governo estadual na área da Luz, a partir da execução de intervenções estratégicas voltadas à melhoria no oferecimento de serviços característicos do centro de São Paulo. Articular preservação do patrimônio, implantação de equipamentos culturais monumentais, e reestruturação do sistema ferroviário da Luz parecia ser a melhor opção para atrair a atenção da opinião pública e dos recursos financeiros da iniciativa privada, e como ícones dessa somatória de características urbanas, a

¹⁰⁹ KARA-JOSE, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.195-196.

¹¹⁰ KARA-JOSE, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.196.

restauração da Pinacoteca do Estado, a execução da Sala São Paulo de Concertos e a restauração da Estação Luz tornaram-se as ações ‘locomotivas’ do “Pólo Cultural Luz”. Outras ações foram implementadas, como a restauração do Mosteiro da Luz, melhorias na instalação do Museu de Arte Sacra, a recuperação do Jardim da Luz, a reforma do antigo edifício do DOPS e a implantação do Museu da Energia. A idéia do “Pólo Luz”, assim como os esforços políticos e os recursos econômicos destinados à sua execução, demonstram uma transformação nos métodos de intervenção urbana – de valorização de projetos viários a valorização de projetos de cunho cultural; da defesa de um desenvolvimento econômico ao discurso do desenvolvimento social – mas denotam a permanência de um objetivo comum: a valorização fundiária através da intervenção política e econômica do Estado. A implantação, mesmo que incompleta, do “Pólo Luz” instaurou um novo conceito de gestão e transformação urbana: as âncoras culturais como empreendimento urbano, capazes de criar uma classe de investimentos culturais.

A recuperação do edifício da Pinacoteca do Estado no início dos anos 1990 inaugurou na cidade o novo modelo de gestão da cultura, estruturado a partir de âncoras culturais capazes de associar investimentos públicos e privados, espelhando-se nos modelos franceses de intervenção urbana. O público ‘em massa’ presente na exposição de obras de *Rodin* na Pinacoteca em 1995 serviu de justificativa para o então secretário de cultura, Marcos Mendonça, legitimar a necessidade de equipamentos culturais que respondessem à demanda por exposições do gênero na região, indicando o potencial de atratividade da Luz.

A implantação da ‘Sala São Paulo de Concertos’ na antiga estação de trens ‘Júlio Prestes’ (a partir de 1997) tornou-se o símbolo da política estadual para a gestão da cultura – o ‘glamour’ envolvido no uso da tecnologia da sala de concertos sinfônicos e do público-alvo a que destinava, associado à memória “de tempos de glória” que se procurava recuperar através do patrimônio edificado, delineavam a bandeira que se procurava defender com a idéia de pólo cultural na região. A recuperação de um passado glorioso espelhado em um presente espetacular representava o sentido da área da Luz para o universo simbólico da cidade. Além da proposta de instalação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo no edifício, a idéia da recuperação do patrimônio incluía a disponibilidade preferencial de uso do espaço público pela iniciativa privada patrocinadora, destinando em um segundo momento, o espaço à locação para eventos particulares. A proposta de intervenção da Sala São Paulo constitui um exemplar do modelo de intervenção onde o edifício se volta para os usuários “internos”, evitando a realidade das ruas do

entorno, e compondo um contexto de gentrificação urbana. Representa um projeto voltado a valorização dos monumentos e não à dimensão urbana que se pretende reconfigurar no discurso das autoridades públicas, ignorando o contexto da produção social do espaço urbano que compõe o patrimônio cultural urbano. Essa revitalização de público freqüentador supostamente atrairia para a região uma nova dinâmica econômica e social.

Com o apoio da Associação Viva o Centro (que intermediou o patrocínio da Telesp, Banco Nossa Caixa e Bank Boston), o governo do estado e o governo federal investiram R\$ 45 milhões no projeto do “Complexo Cultural Júlio Prestes”, sob a lógica de que um investimento público de tal porte construiria uma imagem de credibilidade no processo de recuperação da área, atraindo a atenção e o interesse de novos investidores em “efeito dominó”.

A obra pensada para a Estação da Luz foi um pouco mais problemática, envolvendo conflitos entre o DPH, a CPTM, o governo do estado de São Paulo e o IPHAN. O projeto de integração do sistema de transportes metropolitanos da CPTM (Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos) financiado por recursos do BID inviabilizava a contratação de empréstimos do BID para a recuperação da estrutura da estação, o que fez o governo estadual decidir concentrar os recursos para restauração do patrimônio nas ‘mãos’ da iniciativa privada. Como meio de atrair um investidor de ‘calibre’, a CPTM, em 1998, se comprometeu a ceder o uso do primeiro e segundo andar do imóvel por 30 anos para implantação de um equipamento cultural, o que atraiu a atenção da Fundação Roberto Marinho, interessada em estabelecer o “Museu da Língua Portuguesa” na estação que simbolizava a imagem da região e da cidade. Os conflitos se iniciaram em 2002, a partir das contradições de interesses e propostas para a recuperação da estrutura interna do edifício: os órgãos de preservação em esfera municipal, estadual e federal concordaram que o projeto de intervenção da Fundação descaracterizaria por demais o patrimônio, privilegiando os interesses de um centro cultural sobre a memória histórica do imóvel. Com o atraso provocado pelo impedimento da execução das obras, o projeto do museu atrasou por anos, o que não impediu que outras parcerias se formassem nesse intervalo de tempo: o patrocínio (através da Lei Rouanet) de empresas como a IBM, os Correios, a Vivo e o BNDES, constituiu-se pressão suficiente para acelerar a aprovação de um novo projeto de restauro, e as obras finalizaram em 2006, ano da inauguração do Museu, reforçando a imagem de espetáculo e monumentalidade dos equipamentos culturais da região.

Além da valorização do elemento cultural da região, o projeto do “pólo Luz” previa a alteração dos fluxos do sistema viário da região como a implementação de uma melhoria de apoio à estrutura dos equipamentos culturais. Para a realização da incorporação do trajeto Luz - Júlio Prestes, um viaduto articularia a avenida Duque de Caxias à Rua Prates até a Avenida do Estado. A transformação das pistas expressas da avenida Tiradentes em túnel (que passaria sob o metrô), e a adaptação das avenidas Casper Líbero e Tiradentes em boulevards (recuperação da proposta da “Operação Centro”) completaria a requalificação da infra-estrutura da região, atendendo um padrão de serviços qualificado. Assim,

(...) a dimensão pública da cultura é reificada para atingir objetivos concretos – de se gerar requalificação urbana - que, por sua vez, gera valor econômico. Nesse processo, o patrimônio é apenas a embalagem do que está sendo oferecido para o consumo cultural, que em alguns casos vira consumo de massa. (...) Seguindo as regras do mercado, uma ampla campanha de marketing é veiculada anunciando o produto; um grande número de pessoas é atraído, mas cada um deve passar rapidamente pelo espaço expositivo para que a fila ande. Dificilmente, um contato tão breve, mediado por uma grande “animação”, de fato contribui para a democratização do saber e para o desenvolvimento cultural de cada visitante.¹¹¹

¹¹¹ KARA-JOSE, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.203.

3. O Programa MONUMENTA/ BID em São Paulo - Planejamento Estratégico Urbano e Cultura

O planejamento urbano ortodoxo está muito imbuído de concepções puritanas e utópicas acerca de como as pessoas devem gastar seu tempo livre, e, na área do planejamento, esse moralismo sobre a vida pessoal confunde-se com os conceitos referentes ao funcionamento das cidades. (...) As cidades não apenas têm espaço para essas diferenças e outras mais em relação a gostos, propósitos e ocupações; também precisam de pessoas com todas essas diferenças de gostos e propensões.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.42.

Por constituir-se um paradigma de projeto político capaz de confluir interesses das esferas do poder federal, estadual e municipal, o Programa MONUMENTA foi escolhido como principal fonte documental dessa pesquisa, já que seu escopo de atuação mais ampliado - o projeto de intervenção proposto para a área da Luz pelo MONUMENTA entende que o atendimento das demandas culturais da cidade somente se realiza pela via de articulação institucional com os diversos setores que compõem o distrito do Bom Retiro - indica um esforço, dentro do universo das políticas culturais, em explorar os usos econômicos do patrimônio cultural através de estratégias de gestão pública estruturadas nas teorias de planejamento estratégico urbano, como uma diretriz política de atração de investimentos urbanos. Sua segunda particularidade refere-se ao discurso gentrificador existente por trás do argumento de reabilitação urbana; o projeto consegue ‘maquiar’ um processo de gentrificação urbana (pela valorização do aspecto cultural), apropriando-se do discurso de incentivo ao desenvolvimento local, e da preservação do patrimônio cultural como elemento estratégico de sustentabilidade urbana.

Com o Programa Monumenta foi oficializado o discurso público sobre a união entre cultura e transformação urbana. Se por um lado a implantação de um Sistema Nacional de Financiamento à Cultura significou a estruturação da política cultural do governo segundo as regras de mercado, a implantação do Programa Monumenta significou a adequação das políticas voltadas para a preservação do patrimônio cultural às regras do BID, que (...) é um dos braços para a implantação das políticas neoliberais na América Latina.¹¹²

Inicialmente chamado de “Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano” (1997), o Programa MONUMENTA pretendia-se uma linha de financiamento para preservação do patrimônio cultural federal, cuja contratação seria fundamentada pelo critério de avaliação

¹¹² KARA-JOSE, Beatriz. *Políticas culturais e Negócios urbanos*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2007, p.151.

dos bens patrimoniais urbanos em maior risco de deterioração, situados em municípios que pudessem sustentar a manutenção dos bens após o investimento de recuperação. Abandonando, após a assinatura do empréstimo, os métodos de trabalho do IPHAN, e priorizando o potencial econômico das cidades, o MONUMENTA passou por uma segunda reestruturação durante os primeiros anos do Governo Lula, quando a ampliação das cidades selecionadas e a realocação dos recursos priorizou a valorização de atividades sociais vinculadas à preservação como meio de sustentabilidade urbana, em detrimento da simples intervenção estrutural dos bens culturais, dificultando a classificação de um perfil homogêneo de atuação do programa.

Assinado em dezembro de 1999, o contrato de empréstimo nacional para a execução do Programa MONUMENTA, previa que o investimento na recuperação física dos monumentos das cidades selecionadas gerasse uma revitalização econômica e social ‘espontânea’ nas áreas de intervenção. Essa revitalização geraria a auto-sustentabilidade¹¹³ de preservação dos patrimônios culturais localizados nas áreas de projeto, através da participação da iniciativa privada (investindo em novas atividades comerciais e na manutenção do Fundo de Preservação) e da capacidade de valorização imobiliária da região. É interessante ressaltar que o critério de seleção das cidades se baseava na existência de experiências anteriores com projetos de revitalização de áreas históricas, essencial para credibilizar a preocupação dos poderes públicos com a qualidade de vida da população urbana, elemento decisivo para a atratividade do turismo cultural internacional.

(...) a associação entre restauração do patrimônio histórico, criação de novas atividades culturais atrativas para uma população diferenciada, e a reestruturação urbana têm como objetivo ativar um potencial turístico, de lazer e diversão das áreas de intervenção capazes de gerar uma arrecadação suficiente para arcar com os custos dos investimentos. Para isto, é prevista a criação de um fundo comum, (...) que deve possibilitar a geração de renda para autoconservação de todos os imóveis, incluindo aqueles bens que não têm essa capacidade.¹¹⁴

¹¹³ Entenda-se pelo termo ‘auto-sustentabilidade’ a ausência de aportes públicos para manutenção e conservação dos bens selecionados pelo Programa MONUMENTA. Para os idealizadores do programa, o sucesso dessa proposta estaria na estratégia do “efeito dominó”, pelo qual a sustentabilidade se daria a partir da recuperação do patrimônio e da auto-estima da população envolvida nas áreas selecionadas, o que atrairia investimentos em atividades de valorização desse ‘efeito’.

“É como se faz a equação para se criar um shopping center. Nele, algumas atividades não se pagam, mas atraem público que gasta em outras atividades que geram o excedente. A idéia é exonerar o setor público de uma tutela – no sentido financeiro - permanente sobre o patrimônio”.(Pedro Taddei, ex-coordenador nacional do Programa MONUMENTA. IN: COM CIÊNCIA – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. “Prós e contras da revitalização de centros urbanos”. SBPC: LABOR, 10/março/ 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm#>).

¹¹⁴ KARA-JOSE, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.161.

A implantação do Programa MONUMENTA concluiu um estágio intermediário de crise na gestão federal de cultura, e definiu duas linhas de atuação no setor patrimonial, definidas por sua relação com o método de preservação dos bens culturais. Essa crise, surgida após a criação de uma ‘Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas’ em 1999, durante a gestão Weffort, vinculada diretamente ao gabinete do Ministro da Cultura, significou para os membros do IPHAN uma atitude desrespeitosa aos métodos e critérios de preservação do instituto, pois considerou sua submissão hierárquica à secretaria como uma perda de autonomia na gestão do patrimônio nacional, apontando um enfraquecimento político institucional (já que os novos gestores da secretaria eram profissionais associados à área de administração de empresas privadas) e a aproximação das políticas de preservação aos interesses do mercado imobiliário. Essa ‘reforma’ institucional foi justificada pelo Ministério como uma das exigências colocadas pelo BID para a cessão de empréstimos para o setor, objetivando dinamizar o processo de gestão financeira do patrimônio, característica importante para a consolidação das reformas neoliberais que estavam em andamento no governo federal. Apesar de vinculado institucionalmente ao IPHAN, o Programa MONUMENTA criava seus próprios critérios de operacionalização, confrontando o modelo de gestão patrimonial tradicional do instituto: o procedimento de seleção dos sítios históricos privilegiava cidades com potencial de geração da contrapartida financeira e com capacidade para produção de recursos que retornassem os investimentos da iniciativa privada. O novo modelo de gestão dos monumentos nacionais propunha a substituição de uma postura ‘emergencial’ e centralizada na atuação da esfera federal pela transferência dessa responsabilidade de preservação para o nível político local, que sozinho seria incapaz de gerar os recursos suficientes para tanto, necessitando da ajuda da iniciativa privada, e transformando o conceito de ‘sustentabilidade’ (prioritário em relação ao valor histórico-cultural do patrimônio) em sinônimo de gestão patrimonial bem-sucedida (fundamentada em seu valor econômico).

O objetivo principal do Programa MONUMENTA (Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano) é a recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano em nível nacional – tombado ou considerado de interesse pelo IPHAN. Por conceito de sustentabilidade entende-se a “execução de obras de conservação e restauração e de medidas econômicas, institucionais e educativas, para ampliar o retorno econômico e social dos

investimentos do Programa, aplicando-os em sua conservação permanente”.¹¹⁵ Sua premissa de atuação é a garantia de ação conjunta entre as três esferas do poder público com a iniciativa privada, necessária aos investimentos complementares e à sustentabilidade almejada pelo Programa.

O conjunto de quase vinte volumes de estudos e levantamentos realizados para a assinatura do contrato de empréstimo do BID (contraído por intermédio do Ministério da Cultura) com a prefeitura de São Paulo, formado por levantamentos de histórico, viabilidades, interferências e impactos, pesquisas socioeconômicas, mapeamentos de estrutura física e morfológica, é fruto de um processo de repensar a área da Luz que se inicia nos anos 1970 com a saída da antiga Rodoviária da Praça Júlio Prestes e com a implantação do metrô nas proximidades da estação da Luz, e atinge o final do século XX com os projetos de integração do sistema de transportes públicos e as propostas de revitalização cultural e articulação política, econômica e institucional decorrentes das tendências de recuperação dos centros históricos conduzidas pelas teorias do Planejamento Estratégico. Portanto, a visão geral fornecida nesse capítulo pretende apontar, de uma forma sucinta, a trama de interesses e questões políticas que envolvem a área de preservação do patrimônio histórico e cultural no Brasil, através da análise da proposta de gestão cultural urbana compartilhada do MONUMENTA/ BID, discutindo o posicionamento do Estado no contexto de uma economia globalizada, que de todas as formas tenta ditar os padrões com que se devem governar as nações no mundo atual.

3.1. O Programa MONUMENTA – sustentabilidade, sinergia e articulação

O Programa MONUMENTA, inspirado pela experiência de recuperação do centro histórico da cidade de Quito (praticamente destruído por um terremoto em 1987)¹¹⁶, foi elaborado durante o primeiro mandato do governo FHC sob a responsabilidade de constituir-se em modelo de financiamento cultural e gestão de parcerias entre as três esferas públicas e o setor privado na preservação do patrimônio histórico edificado de abrangência nacional.

¹¹⁵ UEP – São Paulo/ PROGRAMA MONUMENTA. *Projeto de Recuperação do Bairro da Luz. Perfil do Projeto*. Volume I, p. 12.

¹¹⁶ A recuperação do centro histórico de Quito foi apoiada por financiamento do BID. O modelo projeto implantado provocou a valorização imobiliária da área e garantiu assim, a sustentabilidade financeira da região, incentivadas pela “exploração comercial e turística do patrimônio histórico edificado” (ver Pedro Taddei. *Op. Cit.* p.110).

Os objetivos gerais estabelecidos pelo Programa baseiam-se nos conceitos de sustentabilidade, replicação de iniciativas similares e diversificação do uso do bem patrimonial protegido; tendo como horizonte a melhor distribuição do orçamento público destinado à preservação do patrimônio histórico nacional.

Os aspectos técnicos relacionados à preservação e valorização do patrimônio cultural nacional foram selecionados como objetivos de longa duração, visto os idealizadores do Programa esperarem que o processo de seleção, estudo e recuperação dos monumentos nas áreas de intervenção criasse o hábito e a consciência da importância de preservar e conservar a memória nacional; como objetivos de curta duração, os usos econômico e social das áreas detentoras desses monumentos indicam os atrativos para o investimento da iniciativa privada nas regiões selecionadas pelo MONUMENTA, e para a execução de ambos, o programa ficaria responsável pelo financiamento e implantação de cinco linhas de atuação:

- *Financiamento para recuperação de monumentos nacionais e para realização de melhorias estruturais que beneficiem os monumentos e/ ou seu entorno, sendo que a seleção de itens a serem financiados depende diretamente dos benefícios que estes geram para os monumentos nacionais;

- *Fortalecimento Institucional do MinC/ IPHAN, voltado para a realização de estudos, formação e capacitação de pessoal técnico das três esferas de governo, além da obtenção institucional de material e equipamentos necessários à gestão cultural do patrimônio;

- *Financiamento de atividades culturais e turísticas que valorizem e estimulem o uso econômico do patrimônio, promovidas pela iniciativa privada, sociedade civil ou ONGs através de editais de seleção, além de atividades que divulguem as áreas de Projeto para o Brasil e exterior;

- *Treinamento de artífices e agentes locais de cultura e turismo, para a formação de pessoal atuante na conservação das áreas de projeto e na formação e execução de roteiros culturais;

- *Promoção de atividades em educação patrimonial, através de campanhas e da elaboração de materiais didáticos que visem a informação turística e cultural da região.

Celebrado como o maior contrato financeiro da história das políticas oficiais de preservação no Brasil, o acordo de empréstimo entre o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o governo brasileiro, na figura do MinC (Ministério da Cultura) e dos governos estaduais e municipais, torna o MONUMENTA a principal iniciativa de Planejamento Estratégico Urbano na área da cultura implementada no país. O empréstimo contraído prevê a

divisão de aproximadamente 50% do valor total dos investimentos do Programa entre o BID e o Governo Federal (dentro dessa parcela considera-se a contrapartida dos estados e municípios), considerando que a outra metade dos investimentos teria provimento nas parcerias com a iniciativa privada das localidades selecionadas. A contrapartida da iniciativa privada no Programa MONUMENTA constitui-se de doações em dinheiro, contratação de serviços, obras de intervenção, divulgação ou patrocínio de atividades relacionadas ao Programa através de leis de incentivo à cultura. O empréstimo de US\$ 92 milhões, com taxa de 6,5% ano, a ‘fundo perdido’ do BID para a União (com prazo de pagamento de 20 anos) não consiste em dívida para os municípios, cuja condição de participação é a capacidade de fornecer a contrapartida de US\$ 20 milhões e de mobilização da iniciativa privada para sustentar a contrapartida que lhe confere o acordo (US\$ 12,5 milhões). Como crédito complementar, o Programa possui parceria com a Caixa Econômica Federal (para financiamento de restauração em imóveis privados) e com o BNDES (para investimento em empreendimentos, aquisição de equipamentos e capital de giro para empresários das regiões selecionadas).

A verba máxima destinada por Área de Projeto é de US\$ 8,5 milhões, na lógica de quem tem mais monumentos nacionais, tem mais verba e, portanto, mais impacto e visibilidade as intervenções propostas. A seleção da área de projeto e área de influência levou em consideração a lógica do “quanto maior a amplitude espacial da área a ser beneficiada, mais diluídos seriam os resultados de transformação urbana”, e por isso, optou-se por concentrar os monumentos, causando maior impacto na opinião pública.

Sob a coordenação técnica paralela do IPHAN e apoiado pela UNESCO, o Programa desenvolveu duas linhas de atuação nas áreas de conjuntos históricos urbanos: o aporte de financiamento público na restauração e adaptação dos imóveis e espaços públicos; e uma linha de financiamento administrada pela Caixa Econômica Federal (parceira do MONUMENTA), com taxas de juros a 0%, para a recuperação dos imóveis particulares localizados nas áreas de projeto. A intenção inicial do Programa é fomentar a conservação e preservação desses conjuntos patrimoniais urbanos através de ações conjuntas que permitam garantir a manutenção e a sustentabilidade dos espaços públicos e imóveis ali ambientados.

Os principais objetivos e ações do Programa foram resumidos a partir da documentação pesquisada e são apresentados na tabela abaixo, propondo a divisão da atuação do MONUMENTA em três segmentos – o conjunto constituído pelo patrimônio histórico e cultural;

a área de atuação do projeto como um todo, incluindo o pólo comercial; e as atividades complementares que sustentariam as iniciativas de preservação e reutilização dos espaços concomitante à execução do plano de intervenção e no momento pós-revitalização.

Tabela 6. Esquematização dos objetivos e ações do Programa MONUMENTA.

Patrimônio Histórico e Cultural	Área do Projeto	Atividades Complementares
<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do roteiro cultural - Ampliação do número de usuários de equipamentos culturais - Intensificação do uso social e econômico do patrimônio - Recuperação do conjunto histórico 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à diversidade econômica funcional - Reutilização de imóveis e recuperação de sua estrutura física - Criação do Fundo de Preservação Municipal para a gestão auto-sustentada da região - Revitalização da área 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de estruturas habitacionais - Criação de áreas de lazer e entretenimento associadas - Criação de programas de saúde e educação (patrimonial e ambiental) - Programas de realocação social da população de risco - Capacitação e geração de mão-de-obra

Na assinatura do convênio do MinC com o BID, que consolidou a existência do Programam (1999) foram selecionados alguns centros históricos urbanos ‘tombados’ em âmbito federal com maior relevância econômica do país e currículo de experiências anteriores na execução de projetos de revalorização patrimonial. Ouro Preto, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e São Luís foram as primeiras selecionadas, somando-se em 2003 outras cidades, no total de 26 municípios brasileiros¹¹⁷. As atividades propostas de recuperação dos centros históricos das áreas selecionadas incluem:

A conservação e restauro de monumentos e conjuntos tombados; educação patrimonial e promoção da importância do patrimônio cultural e dos benefícios de sua preservação; promoção do turismo cultural e de eventos culturais nos locais abrangidos; formação, treinamento e capacitação de mão-de-obra para a conservação e o restauro; fortalecimento das instituições do

¹¹⁷ As cidades contempladas pelo Programa MONUMENTA são Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira, Lençóis e Salvador (BA), Congonhas, Diamantina, Mariana, Ouro Preto e Serro (MG), Corumbá (MS), Goiás (GO), Icó (CE), São Cristóvão e Laranjeiras (SE), Manaus (AM), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda e Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Pelotas e Porto Alegre (RS), Penedo (AL), São Francisco do Sul (SC) e São Paulo (SP). Disponível em: www.monumenta.gov.br e www.unesco.org.br (acesso em 10/01/2007).

campo do patrimônio; fortalecimento institucional do IPHAN; estudos e projetos multidisciplinares para a estruturação do programa e durante sua execução.¹¹⁸

Contemplando todos os sítios urbanos brasileiros inscritos na lista do Patrimônio Mundial, o Programa (de acordo com seus defensores) surgiu com a preocupação de promover a conscientização da importância do patrimônio cultural, não somente como símbolo de identidade da nação, mas como elemento de sustentabilidade econômica, inserido na dinâmica da vida cultural, social e econômica da população, promovendo assim, o desenvolvimento social da comunidade, pois “a eficácia do MONUMENTA reside na demonstração de que uma política pública bem coordenada de recuperação do patrimônio associada à revitalização econômica e social dos espaços restaurados pode provocar mudanças de atitude na população, com efeito, direto nos residentes do local recuperado”¹¹⁹, promovendo a multiplicação de novos projetos de mesmo perfil que não necessitem essencialmente de aportes financeiros do Estado, para que “o Programa não se transformasse em mais um órgão do Poder Executivo”.

A regulamentação da parceria público-privada, voltada à sustentabilidade dos projetos de recuperação propostos pelo MONUMENTA, estrutura-se sobre a criação de Fundos Municipais de Preservação¹²⁰, instrumentos de gestão dos recursos públicos e da administração dos investimentos de conservação permanente do Programa. Coordenado por um conselho curador composto por representantes das três esferas de governo e representantes da comunidade e da iniciativa privada, cada Fundo de Preservação tem autonomia para gerir esses recursos, compostos por 2/3 de orçamento público e 1/3 de investimento privado. A existência desse Fundo permite, além da preservação dos bens culturais públicos, o financiamento da recuperação de imóveis particulares, pois “o dinheiro proveniente do pagamento do financiamento” (concedido aos proprietários e inquilinos pela Caixa Econômica Federal) “será usado para manutenção e preservação dos monumentos existentes nas áreas de projeto do Programa MONUMENTA”.¹²¹

¹¹⁸ UNESCO BRASIL. *Revitalização Sustentável do Patrimônio cultural brasileiro. Programa Monumenta / BID*. s/d. Disponível em: www.unesco.org.br

¹¹⁹ UEP – São Paulo/ PROGRAMA MONUMENTA. *Projeto de Recuperação do Bairro da Luz. Perfil do Projeto*. Volume I. p.13.

¹²⁰ Na cidade de São Paulo o “Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área de Projeto da Luz” foi criado pelo projeto de Lei 01-PL – 01-0340/2002.

¹²¹ PROGRAMA MONUMENTA. *Financiamento para recuperação de imóveis privados – conheça as condições que o MONUMENTA oferece*. BRASIL/ MinC / MONUMENTA/ IPHAN/ Caixa Econômica Federal/ UNESCO/ BID, s/d. p. 07.

Ideologicamente, o Programa MONUMENTA tende a constituir-se um instrumento de *gentrification*, pois, além dos projetos de intervenção arquitetônica do patrimônio histórico, e dos estudos de visibilidade e impactos socioeconômicos e ambientais, o programa prevê a elaboração de diagnósticos econômicos e políticos voltados à revalorização do uso do solo urbano das áreas detentoras dos conjuntos patrimoniais selecionados, ocasionando uma possível expulsão dos moradores da região. A potencialidade econômica do município deve ser comprovada através de documentos que indiquem a capacidade de retorno dos investimentos a serem realizados na região, indicada na elaboração do perfil econômico e social da área, que além de demonstrar a possibilidade de circulação de fluxo financeiro (necessário à manutenção do Fundo de Preservação) sugere benefícios trazidos com a valorização que despertem o interesse da iniciativa privada na área.

(...) o Fundo criado pelo Programa MONUMENTA- BID representa a transferência da responsabilidade pela conservação dos bens culturais nacionais do governo federal para os estados, municípios, empresas e organizações civis. Isto os torna mais suscetíveis, quando não diretamente entregues, aos interesses do mercado local, especialmente do mercado imobiliário, o eterno opositor das políticas de preservação.¹²²

O primeiro passo para o município candidatar-se ao programa é apresentar um ‘Plano Estratégico’ de gestão urbana, demonstrando a capacidade de sustentabilidade econômica e a existência de um consenso social acerca da necessidade de intervenções urbanas nas regiões portadoras de monumentos protegidos em nível federal, em seguida, as assinaturas do ‘Acordo de Participação do Estado no Programa’ e do ‘Acordo de Cooperação para Elaboração do Projeto’ consolidam o compromisso político de atuação conjunta entre as esferas do poder. Na etapa seguinte, o município selecionado tem a responsabilidade por elaborar os estudos de viabilidade técnica, institucional, econômica, financeira e sócio-ambiental, constituintes do “Perfil do Projeto”, a partir das normas estabelecidas pelo Regulamento Operativo do Programa. Para a execução, administração e coordenação do projeto, uma empresa vinculada a uma secretaria municipal ou estadual constitui-se a Unidade Executora de Projeto (UEP), que se responsabiliza pela realização das atividades constantes do Perfil do Projeto. A seguinte assinatura do ‘Convênio de Financiamento’ entre o MinC e o município/ estado comprova a capacidade técnica da UEP em realizar as condições colocadas pelo BID, o que nos leva

¹²² KARA-JOSE, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.169.

posteriormente ao ‘Contrato de Repasse’ entre o município e o agente financeiro (a Caixa Econômica Federal).

(...) A assinatura do contrato é também vinculada a condicionantes, como a formação de uma UEP com capacidade técnica e organizacional para garantir a adequada execução do Projeto; comprovação da participação do setor privado na execução do Programa (seja via investimentos em moeda, seja por cessões de usos de imóveis); prova de adimplência com os impostos; evidência e equilíbrio financeiro para aporte dos recursos de contrapartida; evidência de constituição legal, pelo município, de um Fundo de Preservação específico, entre outras exigências.¹²³

Para a execução do Convênio entre MinC, estado e o município selecionado é necessária a aprovação do ‘Plano Estratégico’ (denominado “Carta Consulta”) pela coordenação técnica do programa, onde a descrição das características sócio-econômicas da área em questão, dos problemas sociais enfrentados pela comunidade e dos objetivos e atividades propostas pelas oficinas de planejamento participativo demonstram a capacidade de execução do município. Essas oficinas, voltadas à elaboração de planos de ação para a região, pressupõem a participação da comunidade e instituições da região no levantamento de questões relacionadas à melhoria da infra-estrutura urbana e de atividades que intensifiquem a imagem cultural das regiões selecionadas pelo MONUMENTA.

O “Monumenta Luz”

Atendendo às características requisitadas no acordo, o Programa MONUMENTA selecionou para ser objeto de intervenção e recuperação patrimonial em São Paulo a área denominada pelo IPHAN como “Conjunto Histórico da área da Luz”¹²⁴, que abrange trechos do bairro do Bom Retiro, Santa Ifigênia e Campos Elíseos, tendo o Jardim da Luz como centro e a avenida Tiradentes, o “Complexo Cultural Júlio Prestes” e a “Estação da Luz” como linhas limítrofes desse conjunto.

Um dos fatores de seleção da área Luz como beneficiária do Programa MONUMENTA foi a existência de projetos de preservação do patrimônio histórico anteriores, o que para os técnicos do programa constituíam uma linha contínua de ação: o “Pólo Luz”(1995) dava continuidade a proposta de valorização cultural da região gerenciada no projeto “Luz Cultural”

¹²³ KARA-JOSE, Beatriz. *Op cit*, 2007, p. 167.

¹²⁴ Para a implementação do Programa na cidade de São Paulo, em abril de 2002 o “Acordo de Intenções” foi assinado entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município com a interveniência do Ministério da Cultura para garantir ações conjuntas nas intervenções de recuperação urbana.

(1984), que por sua vez, atendia à sugestão do estudo de Rino Levi (1974) de aproveitamento do potencial cultural da área. O MONUMENTA poderia constituir-se nessa região, a proposta definitiva que encerraria a linha de trabalho iniciada nos anos 1970. No entanto, apesar do currículo experiente de projetos na região, a área da Luz possuía apenas a Estação da Luz e o Museu de Arte Sacra como bens tombados em nível federal, o que não justificava um investimento de alto valor pelo programa. Assim, em 2000, foram tombados “a toque de caixa” a Estação Júlio Prestes (sua gare e sua praça), a Pinacoteca do Estado e todas as esculturas existentes no Jardim da Luz, além do ponto de bondes e dois coretos. O argumento para tal atitude (tombamento de um sítio histórico que não é caracterizado pela homogeneidade de estilos arquitetônicos) foi de que a região da Luz agregava importância histórica e cultural para a cidade de São Paulo

O acervo histórico - cultural situado na área da Luz, antes de sua representatividade como símbolo da história da cidade e do país, concentra o potencial de valorização econômica esperado pelos melhores projetos de planejamento urbano, pois, além da reunião de equipamentos culturais que oferecem serviços e roteiros de alta qualidade, a região apresenta um conjunto de imóveis degradados localizados em posição estratégica em relação ao eixo espacial ‘centro financeiro da cidade – bairro’, assim como se destaca pelos potenciais círculos comerciais, compostos por propriedades diversificadas em seus segmentos, no setores de varejo e atacado. As questões relacionadas à disponibilidade dos múltiplos sistemas de transportes e à farta oferta habitacional da região da área do projeto foram fatores que também influenciaram a escolha do Conjunto Histórico da Luz.

O caso da área da Luz é um bom exemplo desta situação, dentro do conceito de conjuntos urbanos, no qual os edifícios são vistos em conjunto com os espaços livres que os articulam em relação às suas visibilidades, acessibilidades e usos complementares. O sentido monumental desta área corresponde ao conjunto não aleatório formado entre os espaços livres e os edifícios ao seu redor (...) funcionando como um cenário para ser usufruído novamente para o encontro social das diversas classes que compõem a população.¹²⁵

Além da Área do Projeto (AP), constituída pelo perímetro formado entre as avenidas Tiradentes, Senador Queiroz e Duque de Caxias (ver anexos), o Programa define uma Área de Influência do projeto (AI), composta pelo entorno das avenidas e ruas adjacentes (Ipiranga, Rio Branco e rua Sólon), de forma a serem ‘contaminadas’ com os projetos de recuperação da área

¹²⁵ UEP – São Paulo/ PROGRAMA MONUMENTA. *Projeto de Recuperação do Bairro da Luz. Perfil do Projeto*. Volume V. p. 92.

principal, promovendo um ciclo reprodutivo de parcerias, independente de ações estatais voltadas à sustentabilidade do patrimônio histórico do centro de São Paulo.

Contratada pelo Governo do Estado de São Paulo na figura jurídica da Secretaria de Estado da Cultura para realizar os estudos de viabilidade, diagnósticos e projeções de investimentos e usos para a região, a Unidade Executora do Programa (UEP) elaborou um volume considerável de pesquisas com levantamentos das características socioeconômicas, físicas, morfológicas, ambientais e históricas da área do projeto. Esse acervo, exigido pela Coordenação Nacional do Programa como requisito para a elaboração do Projeto de Intervenção Urbanística na área da Luz, embasa a estratégia de implantação dos recursos do Programa e demonstra a visão empresarial dos gestores do MONUMENTA voltada à análise dos aspectos fundamentais para o retorno dos investimentos.

A Unidade Executora do Projeto (UEP), localizada na EMURB, e coordenada juntamente pela Secretaria de estado da Cultura, ficou responsável pela elaboração dos estudos de viabilidade técnica, institucional, financeira, econômica e sócio-ambiental, que compõem o ‘Perfil do Projeto – Área da Luz’.

Dentro de uma perspectiva de transformação urbana de curto prazo, o ‘Perfil do Projeto’ estabelecia os limites de atuação do Programa, apontando através dos estudos de viabilidade, ações de dinamização da área selecionada para intervenção, reforçando o potencial de centralidade e de cultura da Luz na cidade e dando suporte à elaboração do “Plano Estratégico de Intervenção Urbanística”.

(...)A idéia de recuperação da “centralidade perdida” orientou a “opção por uma linha de atuação que permitisse articular e integrar diversas intervenções pontuais de recuperação e atualização do notável patrimônio construído no bairro através de um plano conjunto para a totalidade da área, o qual, associado ao desenvolvimento simultâneo de programas de cunho institucional e sociocultural, visa sobretudo a criar condições urbanísticas mais consistentes para a dinamização das atividades culturais e o reforço das funções comerciais, residenciais e institucionais tradicionalmente ali estabelecidas”.¹²⁶

¹²⁶ SALES, Pedro Manuel Rivaben de. “Projeto Luz – A respeito de uma proposta de recuperação do patrimônio cultural urbano”. IN: Revista Cidade. *Signos de um novo tempo: a São Paulo de Ramos de Azevedo*. Ano V. nº. 5. São Paulo, SMC/ DPH, janeiro 1998. p.128

3.2. O Plano de Intervenção e a cidade de São Paulo

O “Plano Estratégico de Intervenção Urbanística do bairro da Luz” (P.E.I.U.), formulado para atender as diretrizes propostas pelo Programa MONUMENTA, constitui-se como o projeto de atuação mais ampla dirigido à área da Luz, pois em suas bases estão edificadas as glórias e os insucessos das propostas e projetos anteriores de intervenção e revitalização do bairro, elaborados por órgãos públicos, associações e grupos de arquitetos. A proposta do plano (PEIU) de ampliar o ‘olhar’ sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural urbano define uma política de gestão urbana que compreende a sobrevivência do patrimônio através de seu uso econômico e assume o papel político da identidade como um elemento legitimador das propostas de intervenção.

No perfil da documentação produzida como subsídio para a elaboração do ‘Plano de Intervenção’ verifica-se a homogeneidade do discurso sobre preservação associada ao desenvolvimento econômico e social da região, que se afirma pelo uso freqüente de termos familiares ao vocabulário empresarial do universo teórico do Planejamento Estratégico (aparecem com bastante freqüência ‘desenvolver potencialidades’, ‘papel estratégico da área central’, ‘recuperação sustentável’, ‘perspectivas de valorização após implantação’, ‘eliminação de interferências e conflitos existentes’, ‘acessibilidade universal’, ‘fluidez, conforto e segurança’, ‘conjunto organicamente estruturado, tanto do ponto de vista urbanístico, quanto econômico’ ¹²⁷). Essa documentação de subsídio, baseada nos levantamentos e pesquisas de perfil e características da área realizados por órgãos do poder público, recuperou algumas propostas e avaliações executadas para os projetos anteriores de recuperação da Luz, com a finalidade de capturar a totalidade dos problemas enfrentados pela região, as soluções que já foram apresentadas e projetar os desdobramentos da ação direta do Programa MONUMENTA na sustentabilidade econômica da área central.

Os estudos, voltados à observação e exploração das potencialidades de segmentos estratégicos à implantação e manutenção das propostas elaboradas pelo MONUMENTA, são levantamentos dos elementos de infra-estrutura física (rede viária, de esgotos, de eletricidade, vias e logradouros públicos), estudos do perfil demográfico da população usuária e residente, condições de empregabilidade e geração de emprego do comércio local, nível de escolaridade,

¹²⁷ Os termos podem ser encontrados nos seis volumes que compõem o “Projeto de recuperação do bairro da Luz – São Paulo. Perfil do Projeto”; assim como na documentação de estudo e levantamento de dados que deram origem ao “Plano Estratégico de Intervenção Urbanística”.

distribuição das unidades e qualificação dos equipamentos escolares instalados na área, oferecimento de serviços de saúde e assistência social, perfil do comércio e indústria locais, organização e distribuição dos equipamentos e serviços culturais oferecidos pelas instituições da região, estudos de uso do solo urbano e perfil da valorização imobiliária dos imóveis ambientados pelo conjunto histórico, e por fim, uma extensa pesquisa sobre a legislação e os instrumentos de apoio legal direcionados às finalidades do Programa.

As caracterizações históricas e sociais do Município e da Área do Projeto justificam a escolha da cidade e da região como objetos de investimentos do Governo Federal. Entretanto, nos textos do Programa ficam bastante explícitos os interesses que movimentam a elaboração do projeto de intervenção:

A região de interesse do MONUMENTA corresponde a um perímetro antigo da zona central de comércio da capital de São Paulo, onde merecem destaques os seguintes fatos:

- Existem alguns quarteirões na Rua José Paulino e suas franjas onde estão concentradas lojas, de atacado e varejo, especialmente de confecções, com atratividade nacional, onde os valores imobiliários de propriedades ao rés do chão atingem valores surpreendentemente altos, em função do potencial de compra de uma significativa população flutuante proveniente de diversas cidades e estados;
- Na Rua São Caetano e imediações, na AI, existe um aglomerado espontâneo de lojas especializadas no segmento de “noivas”, cuja atratividade já não evolui com a mesma força notada nas últimas três décadas;
- Tanto na AP quanto na AI, as atividades comerciais, de serviços e residenciais se mesclam de uma forma intensa, permitindo uma visualização dos diferentes ciclos de desenvolvimento urbano, econômico e social, vividos pela região de interesse, desde meados do século XIX, embora existam edifícios e monumentos mais antigos que datam dos primórdios da expansão da cidade.¹²⁸

Coerentes em seu discurso de valorização imobiliária através da requalificação estética da região, é importante destacar a preocupação dos planejadores com os prováveis impactos socioeconômicos direcionados aos grupos beneficiados pelo Programa – incentivar o desenvolvimento de um comércio forte e setorizado, gerador de empregos, influencia na identificação, entre seus usuários, das vantagens de revitalização do potencial cultural da região da Luz:

Do ponto de vista de estratégia de revitalização imobiliária, a concentração das ações no entorno do Jardim da Luz é adequada pelas seguintes principais razões:

- o Centro de São Paulo é o local que concentra os prédios e edifícios mais importantes da história da cidade;

¹²⁸ PROGRAMA MONUMENTA. “Anexo 01: Estudo de Mercado Imobiliário”. In: *Projeto de recuperação do bairro da Luz – São Paulo. Perfil do Projeto*. Vol. I. p. 13.

- já foram recuperados o Museu de Arte Sacra, a Pinacoteca, o Teatro São Pedro, a Oficina Oswald de Andrade e, entre vários outros, a Estação Júlio Prestes transformada numa grande sala de concertos e espaço multiuso de eventos;
- *o Centro, apesar de estar ainda deteriorado, poderá se transformar brevemente na grande âncora cultural da cidade;* (grifo meu)
- situa-se aí um bolsão de comércio que concentra os *hot spots* (“pontos quentes”, no jargão imobiliário brasileiro), isto é, os pontos comerciais e imóveis mais valorizados da Zona Central de Comércio (*Central Business District* – CBD) da Cidade de São Paulo. Para facilidade de comunicação, vamos denominar esse bolsão dinâmico e valorizado de Setor Comercial José Paulino – SCJP, ao longo do presente relatório;
- portanto, uma vez implementadas ações de revitalização, existe probabilidade de que parte da animação comercial e econômica, hoje existente no SCJP seja gradualmente drenada para outros pontos das Áreas de Projeto e Influência, com impacto positivo, do ponto de vista social, econômico, cultural e imobiliário.¹²⁹

A ‘animação’ do comércio e da economia locais e por consequência, a valorização do uso do solo na área do “conjunto histórico da região da Luz” são fatores que qualificam a cidade como espaço de movimentação e retorno de investimentos financeiros. Situar a produção do setor de moda do distrito Bom Retiro como referência internacional e apresentar dados que indicam que 55% de toda a produção nacional desse setor industrial concentra-se na região atendida pelo Programa¹³⁰ demonstra a vontade de diálogo e o potencial do capital de investimentos necessários à formalização de parcerias entre as esferas públicas e privadas, tão preciosas aos idealizadores do Programa. Ou seja, projetar números e estatísticas que demonstram uma possível melhoria na produção e no comércio de moda da região, provocadas pela requalificação da infra-estrutura urbana e geração de um pólo cultural, associa a idéia de unir geração de renda provocada por turismo de compras ao expoente segmento do turismo cultural, disseminando iniciativas de promoção da diversidade funcional na região, aspirada e incentivada pelo Planejamento Urbano como um fator essencial à vitalidade da área central.

Além dos estudos de projeção econômica da região, os levantamentos históricos da cidade e da Área do Projeto reforçam a legitimidade de revitalizar espaços que são ícones da história do país. Os imóveis e espaços públicos selecionados como objetos do Programa MONUMENTA materializam a sobreposição dos tempos históricos vividos pela região e os posiciona como testemunhas da evolução urbana de São Paulo, contemplando seus ciclos políticos e econômicos. Como pode ser verificado na Tabela 7, os bens patrimoniais

¹²⁹ Idem. *Op. Cit.* p. 15.

¹³⁰ Para as informações sobre o perfil do setor empresarial, ver: PROGRAMA MONUMENTA. *Projeto de recuperação do bairro da Luz – São Paulo. Perfil do Projeto*. Vol. I. p. 128- 134.

selecionados preservam aspectos arquitetônicos e simbólicos dos períodos de auge de cada segmento do poder local desde o século XVIII, com a construção da capela de Nossa Senhora da Luz (iniciando a vocação religiosa da região) até o desenvolvimento urbano provocado pelo surto econômico do café estimulado pela construção da ferrovia, que se caracteriza entre o final do século XIX até as primeiras quatro décadas do século XX, quando a região inicia o processo de declínio econômico, estimulado pela saída da elite do bairro dos Campos Elíseos.

Tabela 7. Edifícios e Monumentos de Interesse Histórico (PROGRAMA MONUMENTA –LUZ) ¹³¹

Nº	Objetos de Intervenção
1	Jardim da Luz
2	Prédio do “Ponto Chic”
3	Ponto de Bondes
4	Casa da Administração
5	Gruta Artificial
6	Grupo Escultórico “Diana, a caçadora”
7	Coreto nº 1
8	Coreto nº 2
9	Estação da Luz
10	Pontilhão de Ferro Forjado nº 1
11	Pontilhão de Ferro Forjado nº 2
12	Pinacoteca do Estado
13	Edifício Paula Souza
14	Edifício Ramos de Azevedo
15	Quartel do 1º Batalhão de Choque
16	Hotel Federal Paulista
17	Hotel Queluz
18	Armazém Central da Estrada de Ferro
19	Museu de Arte Sacra

¹³¹ O histórico de cada um dos bens e a situação em que se encontram estão contemplado na parte anexa.

20	Mosteiro da Imaculada Conceição
21	Igreja de São Cristóvão
22	Antigo Seminário Episcopal
23	Portal da Pedra
24	Praça Coronel Fernandes Prestes
25	Estação Júlio Prestes
26	Chaminé (remanescente da Usina termoeletrica da Luz)

Fonte: PROGRAMA MONUMENTA. “Anexo 1: Estudo do Mercado Imobiliário”.

O conjunto selecionado¹³² não somente preserva grande parte da História vivida pela região, como também destaca a pluralidade de aspectos que a compõem; ou seja, contempla a tradição militar da área (que data do século XIX, com a instalação do Quartel da Força Pública e a construção da primeira cadeia pública da cidade – a Casa de Correção), reforça a importância da religiosidade na comunidade, recupera a arquitetura e a imponência das estruturas de ferro do período das ferrovias, preserva o modo de vida e os valores que constituíam a sociedade do Café, e ainda destaca a relevância da institucionalização da Arte e da Educação ali erigidas para o crescimento da cidade - período em que coexistiam os edifícios do Liceu de Artes e Ofícios, da Pinacoteca do Estado, da Escola Politécnica, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, do Grupo Escolar Prudente de Moraes e do Colégio Santa Inês, todos marcos referenciais históricos do período áureo da região. Apagar os vestígios de sua degradação é apagar os vestígios dos conflitos que integram o processo de crescimento e desenvolvimento do espaço da cidade à metrópole industrial.

Associada a importância de preservação dos monumentos e edifícios selecionados, a questão econômica do turismo é destacada como essencial para a sustentabilidade do Programa, pois mantém a circulação de recursos, trazendo consigo um aparato comercial de apoio (agências especializadas na região, cafés, livrarias, restaurantes, galerias), reforçado pela geração de público visitante que incentiva a conservação dos patrimônios e estimula a pluralidade de roteiros de visita.

¹³² Além desse conjunto, 230 propriedades privadas e mistas foram caracterizadas como ícones da ocupação e distribuição do solo urbano na região, e identificadas como imóveis de interesse histórico (objetos da linha de financiamento para o setor privado).

O levantamento do potencial turístico da região da Luz afirma que, por suas características econômicas, a área do projeto atrai ‘naturalmente’ o turismo de compras e serviços, mas que é necessário, a partir do restauro e da revitalização dos equipamentos culturais, investir no segmento do turismo cultural, garantindo assim maior circulação monetária e investimentos freqüentes na região.

O turismo de compras e abastecimento deve ser através do Programa MONUMENTA, ligado de forma mais intensa ao turismo (local, regional e nacional) de natureza cultural, histórica e arquitetônica. Na prática, isso significa buscar funções para os bens de interesse de preservação que venham ao encontro de demandas já existentes na área de influência, imediata e expandida, da AP.

No Brasil, ainda é pequeno o interesse e a demanda por produtos e serviços culturais “puros”, como museus e centros culturais. Porém, quando essas atividades são ligadas ao lazer casual, ao comércio e ao entretenimento, a sinergia entre essas diversas atividades tende a emprestar maior sustentabilidade aos prédios antigos.¹³³

Verifica-se que as premissas que compõem o Programa MONUMENTA estão em sintonia com as diretrizes do Planejamento Estratégico Urbano, buscando na estrutura urbana do centro histórico a movimentação de investimentos e a formação de um status de serviços terciários capazes de aumentar a atratividade dos equipamentos culturais na área revitalizada, elevando São Paulo ao pódio de “Cidade Mundial”.

O conceito de ‘cidade mundial’ tornou-se tão importante no mundo do capital globalizado que o Programa não hesita em apresentar em seu “Estudo do Mercado Imobiliário” os modelos de cidades que, através de investimentos na recuperação de suas áreas centrais, atingiram índices de densidade imobiliária inacreditáveis, valorizadas pela concepção de multifuncionalidade de suas estruturas, tornando essas metrópoles o alvo de escritórios e sedes de empresas transnacionais. A importância do “Estudo do Mercado Imobiliário” para o Programa MONUMENTA indica a pré-condição de potencial econômico dos imóveis localizados as áreas candidatas a receber auxílio do programa, tanto para ‘garantir’ a manutenção do Fundo de Preservação quanto para gerar a valorização urbana esperada com as intervenções. O acordo entre o MinC e o município prevê uma estimativa de valorização imobiliária e aumento na arrecadação de impostos municipais (IPTU e ISS), baseados nos dados levantados e organizados por esse estudo. O aumento na arrecadação tem papel fundamental para o programa, pois é derivado da valorização imobiliária, promovida pela melhoria da paisagem e imagem

¹³³ PROGRAMA MONUMENTA. “Anexo 01: Estudo de Mercado Imobiliário”. In: *Projeto de recuperação do bairro da Luz – São Paulo. Perfil do Projeto*. Vol. I. p. 30.

urbana, que por sua vez, ocorre pelo crescente interesse de setores de comércio e serviços pela região beneficiada pelo programa.

Para estimular o crescimento do PIB estadual, metropolitano e municipal, e tirar partido das novas tendências de desenvolvimento, é necessário que a Capital de São Paulo, foco de difusão de negócios, cultura e informação, torne-se uma metrópole cada vez competitiva, na rede mundial de cidades que caracterizam lugares estratégicos, para os serviços avançados e para as telecomunicações, necessárias à implantação e gestão das operações econômicas modernas e/ ou globais.

Ou seja, a Capital do Estado de São Paulo deve destacar-se no novo contexto da sociedade informacional (...) sob risco de atrasar o processo de desenvolvimento do Estado e do país, como um todo.

Em suma, São Paulo deve tornar-se uma metrópole mais competitiva, em âmbito internacional como Cidade Mundial e para tanto seu Centro Histórico e o “CBD”, como um todo devem ser recuperados e revitalizados.¹³⁴

Apresentados os estudos preliminares de subsídio para a elaboração do ‘Plano Estratégico de Intervenção Urbanística do bairro da Luz’, passemos às propostas de atuação direcionadas pelos princípios norteadores do Programa MONUMENTA.

As propostas do “P.E.I.U.”

Os limites socioespaciais do Plano Estratégico foram determinados pela manutenção do recorte espacial da área Luz selecionado pelos projetos de intervenção urbana anteriores, pois uma das premissas que compõem o Programa MONUMENTA é a continuidade de execução dos projetos de revitalização existentes para cada sítio histórico selecionado. A proposta de execução de um projeto que almeje a unidade urbanística, ambiental e socioeconômica (articulação entre os monumentos e os espaços públicos abertos), viabilizando os processos de construção da identidade na região, requer a consideração dos aspectos específicos que constituem a área. A qualidade do sistema viário, a eficiência do sistema de transportes coletivos, a adequação de vias públicas dirigidas ao fluxo de pedestres e o desenvolvimento das áreas de comércio especializado são elementos essenciais para o sucesso da implantação de projetos de requalificação urbana, pois determinam os padrões da oferta de serviços, fatores de atratividade dos investimentos que promovem a manutenção das ações de preservação e conservação de espaços públicos e do conjunto de patrimônios históricos edificados na região.

¹³⁴ Idem. *Op. Cit.* Vol. I. p. 44.

A preocupação com a questão da moradia social destaca-se nos documentos, seguindo a tendência internacional de promover a empatia dos habitantes locais com a recuperação da área, justificando o apoio e a conscientização da comunidade do uso e função social do patrimônio, como fatores essenciais para a continuidade das ações de preservação. Projetos de moradia social como o “Morar no Centro” (elaborado na gestão Marta Suplicy) são estimulados pelo Programa como elementos de reversão do quadro de deterioração e incentivador de investimentos na área de conforto social (segurança, iluminação, calçamento, arborização e comércio de abastecimento e serviços). A permanência da população de baixa renda é defendida no plano, apesar da tendência de expulsão desse grupo pela possibilidade de valorização imobiliária gerada pelo acréscimo no valor do imposto predial urbano (IPTU).

O ponto central do Plano (PEIU) é a valorização de áreas de patrimônio cultural, que “conquistaram o reconhecimento da população como lugares de vida coletiva” (aqui considerados os edifícios históricos e espaços públicos), e que devem ser objetos de preservação de forma “garantir a construção da nossa memória”. O fator identitário almejado pelo Plano associa-se à valorização dessa paisagem cultural conectada ao elemento visual fixado na representação dos edifícios históricos e monumentos. Portanto, o projeto de recuperação dessas áreas deve ser fundamentado na

compreensão de que os problemas de degradação urbana e social que dominam a Área Central têm raízes profundas, problemas que nenhum edifício ou projeto de reurbanização isolado pode solucionar, sem que estejam acompanhados por programas sociais amplos, comprometidos com a qualidade e a valorização dos espaços e dos edifícios públicos, com os investidores da iniciativa privada e, ao mesmo tempo, com os moradores de baixa renda que devem permanecer no local. (...) o objetivo de implementar um Plano de Paisagem Urbana e Identidade Visual e reforçar a identificação do cidadão com a região por meio da articulação dos Monumentos e dos imóveis privados com os espaços públicos.¹³⁵

Como elemento fundamental para superação dos problemas urbanos existentes na área da Luz, o Plano sugere a readequação do sistema viário da região voltado à reintegração do tecido urbano, fragmentado pela avenida Tiradentes e pela linha férrea que impedem a integração física e simbólica dos patrimônios selecionados pelo MONUMENTA. As propostas indicadas para a presença da ferrovia, mais que preservacionistas, são funcionalistas, pois direcionam o uso dos espaços contíguos para moradia e destacam que a integração do trem com o metrô permitirá a permeabilidade subterrânea entre os espaços cortados pelas linhas, aumentando o acesso e a

¹³⁵ PROGRAMA MONUMENTA. *Propostas de Intervenções Urbanísticas*. In: *Plano Estratégico de Intervenção Urbanística*. São Paulo: Programa MONUMENTA/ FUPAM/ PMSP/ EMURB/ Governo do Estado de São Paulo/ SEC, s/d. Texto fotocopiado. Sem paginação.

circulação do público na região. No texto do ‘Plano de Intervenção’, a divisão imposta pela Avenida Tirantes é apontada como um obstáculo a ser resolvido pela elaboração de um plano viário específico (sendo indicada a adoção do Plano Viário da Setepla – para contemplação das obras e planos necessários a execução das obras do Programa MONUMENTA em São Paulo), pois envolve a alteração de fluxo da via e a implantação de áreas destinadas a pedestres. Dentre as preocupações relacionadas à questão viária encontram-se a necessidade de criação de vagas de estacionamento, a padronização da sinalização de trânsito e novas indicações de localização dos equipamentos e instituições da região.¹³⁶

Apesar de enquadrarem-se nas normas de trabalho indicadas pelo ‘Regulamento Operativo’ do programa, a elaboração do ‘Perfil do Projeto’, seguida aprovação do P.E.I.U. para a cidade de São Paulo, as intervenções propostas pelo MONUMENTA - Luz não foram executadas dentro do prazo de três anos estabelecido pelo acordo de empréstimo para essas atividades, e por isso, a validade do contrato e do aporte dos recursos foi negociada, contrariando as diretrizes do programa. O motivo do atraso, não revelado oficialmente pela coordenação do Programa, deriva da incompatibilidade de interesses no contexto político da cidade, pois a imagem de benefício gerada pelas obras de restauração gerou uma disputa política pela liberação de recursos que atrasou a execução das intervenções nos monumentos. A influência que a imagem de São Paulo exerce como candidata à cidade-global na política externa do país justifica a exceção de renovação do contrato concedida à cidade, que acelerou a execução das intervenções propostas no curto tempo obtido no novo acordo.

¹³⁶ Na parte anexa foi disposto um mapa localizando os equipamentos culturais e as instituições existentes no distrito Bom Retiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades globais são a expressão das transformações capitalistas contemporâneas, em que as manufaturas e as grandes indústrias já não são os únicos motores da economia: finanças, serviços, informação e tecnologia são alguns dos fluxos de circulação mundial que se concentram nas cidades globais, marcadas entre outras características, pela acentuada concentração do consumo da economia mundial.
KARA-JOSÉ, Beatriz. *Op cit*, 2007, p.101

Procuramos, durante a elaboração do texto, refletir sobre a relação das políticas de preservação do patrimônio e o desenvolvimento de um sistema simbólico de adaptação às estruturas do sistema capitalista, apontando a dinâmica de consolidação de práticas e valores de consumo a partir da apropriação do recurso simbólico da cultura. Dentro de uma dinâmica de sincronia entre preservação patrimonial e economia capitalista existe a presença do Estado, acompanhando a movimentação e os conflitos de interesses dos grupos detentores dos meios de produção, assentando através do discurso das identidades culturais, o universo de signos e símbolos que consolidam o sistema de valores desses grupos sobre a maioria dos indivíduos da sociedade. Quando o discurso da identidade nacional servia ao propósito de estruturação de um mercado de consumo interno, o patrimônio cultural nacional serviu de referência para gerar a noção de unidade histórica e continuidade de um passado compartilhado; a inserção do debate, dentro das instituições públicas, sobre a ampliação do conceito de patrimônio cultural às esferas da cultura popular, preparou terreno para a descentralização política, necessária à construção de uma infra-estrutura de atendimento a serviços financeiros e informacionais do capitalismo terciário.

Acompanhamos o trajeto de perda da posição privilegiada do Estado como motor do desenvolvimento nacional, deixando o espaço de “porta-voz dos anseios da nação” aberto aos investidores da iniciativa privada. Assim como se perdeu o eixo funcional do Estado como promotor da nacionalidade, a noção de cidadania passou a ser confundida com o acesso/consumo aos bens culturais, aproximando-se, a noção de cidadão à de consumidor. “Nesse contexto, a idéia de nação se torna independente da tutela do Estado, e a sociedade civil emerge como ator político”.¹³⁷ Verificamos que o argumento de participação da sociedade civil nas políticas culturais pode encobrir a lógica de atendimento privilegiado à demanda de grupos

¹³⁷ FONSECA, M.C. L. *Op Cit*, 2005, p.221-222.

particularmente interessados na obtenção de lucro para seus negócios, a partir da apropriação de investimentos públicos.

Percebemos que a opção por um discurso de revitalização urbana no Brasil, durante os anos 1970/ 1980, aproximado ao modelo europeu, cedeu lugar (nas décadas de 1990 e 2000) à preferência das autoridades governamentais pelo discurso do modelo Barcelona, caracterizado por associar o argumento de valorização do fator cultural a estratégias de recuperação do espaço urbano, extraído do modelo estadunidense a preocupação com a questão fundiária e econômica. O investimento público-privado justificado como benefício da democratização cultural, esconde, na maioria dos casos em que esse modelo foi adotado, a real intenção de especulação imobiliária e gentrificação das áreas centrais.

O acesso e a capacidade de apropriação cultural passam a ser status de poder político e econômico a partir da crise de produção capitalista nos anos 1970, que forçou o deslocamento de identidades culturais nacionais para identidades sociais estruturadas pelo consumo de tipos de produtos culturais. Nesse contexto, o conceito de bem cultural passou a ser vinculado a um valor simbólico de consumo. A inserção da cultura no universo da mercadoria é produto do capitalismo pós-moderno (pós -1970), que a elegeu mercadoria central de seu sistema econômico, por seus baixos custos de produção (equipamentos, mão-de-obra e distribuição pouco complexos) e pela farta aceitação de um público consumidor garantido. E como parque industrial dessa mercadoria, o cenário urbano deve adequar-se constantemente a dinâmica do consumo cultural.

O diagnóstico da atual política federal de preservação do patrimônio cultural nos demonstra a necessidade de descentralização das decisões, tanto nos procedimentos de tombamento quanto na elaboração de diretrizes de atuação; destacando a urgência de elaboração de novas formas de “acautelamento” e preservação, além da instituição do tombamento; e apresenta a necessidade de diversificação das leituras e críticas em relação ao patrimônio preservado, a partir do estímulo à multidisciplinariedade profissional do corpo técnico das instituições de preservação, assim como a implantação de linhas de atuação de representatividade e participação para a sociedade.

E São Paulo, enquanto metrópole latino-americana portadora de diversidade cultural e funcional, manifesta-se como um dos eixos das máquinas de fazer dinheiro da “globalização”, sendo alvo constante (por esse ‘perfil’) de projetos e propostas de intervenção urbana que

almejam, o tempo todo, a valorização da infra-estrutura fundiária da cidade. O potencial cultural da cidade, concentrado na área central, recebe atenção especial dos poderes públicos e investimentos massivos da iniciativa privada, voltados para a construção da imagem positiva do investidor de cultura. E dentre todas as cidades brasileiras portadoras de patrimônios culturais fundamentais para a formação da nacionalidade, São Paulo foi escolhida como município a ser beneficiado com o convênio do MinC e do BID para o Programa MONUMENTA, por enquadrar-se na lógica de valorização das áreas centrais como espaços afetivos da memória urbana. Nesse contexto, a seleção do bairro da Luz e de seu conjunto histórico como beneficiários das intervenções do programa, abria mais um horizonte de deslumbramento do status cultural da cidade, enriquecendo as possibilidades de transformação do universo paulistano em “cidade-global”.

E mesmo com as inúmeras iniciativas de restauração de edifícios importantes como a Sala São Paulo, a Pinacoteca do Estado, o Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, o Memorial da Liberdade, a Casa da Memória Paulistana/ DPH e a Oficina Cultural Oswald de Andrade, a inexistência de unidade de ação cultural entre essas instituições gera isolamento entre as diversas propostas de intervenção cultural e urbana, e a falência de um projeto de política cultural para a área. Mesmo com o aproveitamento das etapas de estudos de reabilitação já vivenciadas pela região e ampliação dos métodos de intervenção, o escopo do Programa Monumenta não foi suficiente para promover uma recuperação econômica da estrutura urbana, restringindo-se suas consequências à valorizações pontuais da imagem de pólo cultural da cidade.

Portanto, ao reunir os fatores necessários à compreensão das razões de falência das propostas comuns de reabilitação urbana e cultural para essa área presentes nos projetos de recuperação do bairro, questionando os pontos potencialmente causadores do esquecimento ou abandono destes em razão da sucessão de gestões públicas na cidade e no estado de São Paulo, revela-se uma intenção de cristalização da memória coletiva em forma de memória oficial, em um processo dinâmico (porém deficiente em continuidade) de (re)construção das identidades culturais, além de expor a visão fragmentada da cidade desses gestores públicos, que desconsideram a conexão da área cultural aos diversos setores da política urbana; ou seja, a intenção de restaurar e revitalizar monumentos históricos como forma de legitimar uma versão de passado pode encobrir uma intenção de manipulação da memória e a (re)produção de “verdades históricas” unificadas, influenciando a formulação de uma identidade cultural

construída e gerida unicamente por instituições sem a presença de indivíduos, desconsiderando o caráter social da sobreposição de tempos históricos inerente a formação do tecido urbano.

A apresentação dos objetivos, propostas, métodos de pesquisa e implantação e resultados esperados do Programa Monumenta – Luz já demonstrava que a preservação do patrimônio cultural seria apenas uma justificativa formal; verificamos que a escolha das cidades e áreas de projeto beneficiadas pelo Programa baseou-se nos estudos de viabilidade econômica e de mercado imobiliário, explicitando a intenção política de retirada da função gestora do poder público em transferência à iniciativa privada. O Programa MONUMENTA/ BID, além de oficializar e consolidar o discurso público da união entre cultura e transformação urbana, assim como a parceria público-privada como fonte de sustentabilidade urbana, introduz uma nova proposta de gestão “democrática” dos recursos públicos na área da cultura. A substituição da responsabilidade da instância federal pela gestão desses recursos e de sua execução na preservação dos monumentos nacionais para a esfera local/ municipal denota uma tendência historicamente assentada na transformação de valores políticos e se reflete no campo do universo simbólico, representado aqui pelo discurso das identidades culturais. O argumento de “valorização da cultura” surge como justificativa para a despolitização do papel do Estado e encobre a necessidade de elaboração de um planejamento efetivo de transformação urbana e social da região.

A contratação de empresas terceirizadas para elaborar os projetos de intervenção estratégica nas cidades beneficiadas pelo MONUMENTA denota uma alteração nos procedimentos de preservação patrimonial do poder público, pois as propostas dos estudos e pesquisas do Programa se referem a impactos econômicos e características histórico-geográficas, ao contrário dos estudos do IPHAN, que demandam um levantamento de significados, sentidos, impactos e possibilidades de usos dos bens pelos grupos sociais, além das possibilidades de restrições que os métodos do instituto podem inferir. É o conflito entre a preservação e a adaptação do patrimônio para o consumo.

O processo de transferência de “responsabilidades” para o município das políticas acompanha o desmonte da noção ‘moderna’ de Estado Nacional, e situa o universo urbano como fonte dos discursos de unidade política e social. Por isso, verifica-se nos discursos das políticas de preservação do patrimônio uma alteração dos seus focos de justificativa - do espaço da Nação

para o espaço das cidades, acompanhando o processo de desindustrialização das economias, tornando desnecessária a existência de um mercado de consumo articulado nacionalmente, necessitando, a partir desse momento, de um sistema de comunicação articulado em estruturas locais, de forma a possibilitar a liberdade de comercialização e facilitar a dinâmica dos fluxos financeiros pela rede internacional, que é a “globalização”.

Bibliografia

- ARANTES, Antonio (org.). *Produzindo o Passado. Estratégias de construção do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Brasiliense/ CONDEPHAAT, 1984.
- _____. (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- ARANTES, Otilia B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único - desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. *São Paulo Centro: uma nova abordagem*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2000.
- _____. *Associação Viva o Centro – Propostas e Compromissos*. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1996.
- _____. *Concurso Nacional de Idéias para um novo centro de São Paulo*. São Paulo: IAB-SP/ SEHAB - Comissão Procentro/ EMURB/ RFSA/ Fundação Banco de Boston, s/d.
- BARBOSA, Ana Mae (org.). *Arte-Educação: leitura no Subsolo*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). *De Volta à Cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BORDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. *Local y Global- La gestión de la ciudades em la era de la información*. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones: Taurus, 2004.
- BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação – Funarte e Política Cultural (1976-1990)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- _____. “As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas”. In: *São Paulo em perspectiva*, 15 (2) 2001. São Paulo: CEM, 2001. Disponível em: www.centrodametropole.org.br/pdf/isaura.pdf (acessado em 24/abril/ 2006).
- BOTELHO, Isaura; FREIRE, Carlos Torres. “Equipamentos e serviços culturais na região central da cidade de São Paulo”. In: AÇÃO CENTRO. *Caminhos para o Centro – Estratégias de desenvolvimento para a região Central de São Paulo*. São Paulo: PMSP/ EMURB/ CEM/ CEBRAP, 2004. (Disponível em Cd-rom).
- BRASIL. *Decreto – lei nº25/ 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 30 de novembro de 1937.
- _____. *Lei nº10.257/2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências* (Estatuto da Cidade). Brasília: Presidência da República, 10 de julho de 2001.
- BRITO, Marcelo. “Urbis, uma estratégia de atuação”. In: *Arquitextos, texto especial nº120*. São Paulo: Portal Vitruvius, 2005. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp120.asp (acessado em 11/ agosto/ 2005).

_____. “Pressupostos da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro”. In: *Seminário Internacional ‘Reabilitação Urbana de Sítios Históricos’*. Brasília: IPHAN/ URBIS, dezembro de 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixarFcdAnexo.do?id=380> (acessado em 02/julho/ 2006)

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. Coleção Ensaios Latino-americanos -Vol. I. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. *Consumidores e cidadãos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARVALHO, Alysson (et alli). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CB/ ICOMOS. *Declaração São Paulo*. São Paulo, Assembléia Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza, 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=260> (acessado em 9/ julho / 2006).

CASTELLS, Manuel ; BORJA, Jordi. “As Cidades como Atores Políticos.” IN: *Novos Estudos*, n.º45. São Paulo: CEBRAP, julho de 1996.

CERQUEIRA CESAR, Roberto de; CARVALHO FRANCO, Luiz Roberto; VALENTINO BRUNA, Paulo Julio. *Área da Luz –Renovação Urbana em São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Editora Perspectiva, 1977.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e Sociedade Autoritária*. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *Cidadania cultural - O direito à Cultura*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, François. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Teixeira. *Usos da Cultura: Políticas de Ação cultural*. Coleção Comunicação e Educação. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

_____. *O que é Ação Cultural*. Coleção Primeiros Passos, 216. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COM CIÊNCIA – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. “Prós e contras da revitalização de centros urbanos”. SBPC: LABOR, 10/março/ 2002.

Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm#> (acesso em: fevereiro/ 2007)

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CUNHA, Maria Clementina. *O Direito à Memória*. São Paulo: PMSP/ DPH, 1992.

CURY, Isabell (org). *Cartas Patrimoniais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *Revista Cidade. Signos de um novo tempo – a São Paulo de Ramos de Azevedo*. Ano V, nº 05, Janeiro/1998. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/ Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO DISTRITO FEDERAL. *A construção da cidade – Brasília*. Distrito Federal: DePHA, 1998.

DIAFÉRIA, Lourenço (Vários Autores). *Um Século de Luz*. Coleção Mosaico: Ensaios & Documentos. São Paulo: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos/ Scipione, 2001.

EAESP/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ NPP. *Relatório de pesquisa número 13/ 2000*. Disponível em: www.eaefgvsp.br (acessado em 20/março/ 2006).

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ FDE, 1999.

FLORESCANO, Enrique (coord.). *El Patrimonio nacional de México*. Volume I. México, DF: Fondo de Cultura Económica/ Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1997.

_____. (coord.). *El Patrimonio nacional de México*. Volume II. México, DF: Fondo de Cultura Económica/ Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN/ UFRJ, 2005.

FORTUNA, Carlos. “Destradicionalização e imagem da cidade. O caso de Évora”. In: FORTUNA, Carlos (org). *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/ MinC. *Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil*. v.2. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1998. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/investmentoculturacap03_1118866909.pdf. (Acesso em: 15/fev/2007)

http://www.cultura.gov.br/upload/investmentoculturacap04_1118866909.pdf. (Acesso em: 15/fev/2007)

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org). *A Invenção das tradições*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. *Políticas Sociais: Acompanhamento e análise*. V.06. Brasília: IPEA/ MPOG, fev/ 2003.

_____. *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*. Vol. 10. Brasília: IPEA/ MPOG, fevereiro de 2005. Disponível em: www.mte.gov.br/estudiosospesquisadores/salariominimo/textos/t22.pdf (acessado em 04/ julho / 2006).

_____. *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*. Vol. 11. Brasília: IPEA/ MPOG, agosto de 2005. Disponível em: www.mte.gov.br (enviado por e-mail em abril / 2006).

IPHAN. *URBIS - Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos*. Brasília, 2001. Disponível em: www.iphan.gov.br (acessado em: 30/ julho/ 2003)

_____. *Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano. Termo geral de referência*. Brasília: IPHAN, setembro de 2003.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de grandes cidades*. (original: 1961). São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção A).

KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos – A instrumentalização da Cultura na revitalização do centro de São Paulo (1975-2000)*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2007

KUHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial / FAPESP/ Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. *Monumento / Documento*. In: Enciclopédia Einaudi.V.1. Porto: Imprensa Nacional, 1984.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. *Contra-usos da Cidade – Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora UNICAMP; Aracaju: Editora UFS, 2004.

_____. *Espaço Público e Política dos Lugares – Usos do Patrimônio Cultural na reinvenção contemporânea do Recife antigo*. Tese de Doutorado apresentada ao Depto. de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes Neto. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Zeuler. “Enclaves globais em São Paulo: urbanização sem urbanismo?”. In: *Arquitextos*, vol. 059. São Paulo: Portal Vitruvius, abril de 2005. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq059/arq059_2.asp (acessado em 04/ julho / 2006)

LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Roberto marinho, 1997.

MEYER, Regina Maria Prosperi; IZZO Júnior, Alcino. *Pólo Luz: Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo*. São Paulo:, Editora Terceiro nome, 1999.

MENEGUELLO, Cristina. “A preservação do patrimônio e o tecido urbano”. In: *Arquitextos, texto especial n°07*. São Paulo: Portal Vitruvius, agosto de 2000. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto007.asp (acessado em 22/ agosto / 2003)

_____. “A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Manchester, Dublin e São Paulo: Reflexões a partir de três estratégias para recuperação do passado urbano”. In: *Arquitextos, texto especial n°08*. São Paulo: Portal Vitruvius, agosto de 2000. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto008.asp (acessado em 22/ agosto / 2003)

_____. “O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos”. In: *Revista eletrônica do IPHAN*. Disponível em www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121 (acessado em 11/ março / 2006).

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (sem título). In: EMPLASA. *Comunidade em debate. Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo: EMPLASA – unidade de ação comunitária, 1979.

_____. “Os “usos culturais” da cultura”. In: *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____(org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel / IDESP, 1984.

MICELI, Sérgio; GOUVEIA, Maria Alice. *Política Cultural Comparada*. Rio de Janeiro: FUNARTE / IDESP/ FINEP, 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/ Fund. Pró-Memória, 1980.

MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual e global”. IN: ARANTES, Antônio (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

NEFS, Merten. “Incubadoras urbanas. Políticas de revitalização urbana através de subculturas. A experiência paulistana e o contexto internacional”. In: *Arquitextos*, vol. 058. São Paulo: Portal Vitruvius, 2004. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq058/arq058_03.asp (acessado em 04/ julho / 2006)

NOVICK, Alicia. “Espaços Públicos e projetos urbanos. Oposições, hegemonias e questões”. In: *Arquitextos*, vol. 054. São Paulo: Portal Vitruvius, novembro de 2004. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq054/arq054_01.asp (acessado em 04/ julho / 2006)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura Neoliberal : Leis de Incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: Escrituras, 2004.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. *A Moderna Tradição Brasileira*. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PALLAMIN, Vera M. (org). *Cidade e Cultura – esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PELEGRI, Sandra. “Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental”. IN: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Natureza e Cultura*. nº 51, v.26. São Paulo: ANPUH, jan-jun 2006.

POERNER, Artur José. *Identidade Cultural na era da globalização. Política Federal de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Procentro – Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo*. São Paulo: PMSP, 1993.

_____. *Procentro – Programa de Valorização do Centro de São Paulo. Plano Estratégico (1998-2002)*. São Paulo: PMSP/ SEHAB, 1998.

PROGRAMA MONUMENTA. UEP – São Paulo. *Projeto de Recuperação do Bairro da Luz. Perfil do Projeto*. Volume I a VI. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria de Estado da Cultura/ Prefeitura Municipal de São Paulo/ FUPAM/ EMURB/ Setepla, 2002. (Disponível em cd-rom)

_____. *Resumo Executivo Final*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria de Estado da Cultura/ Prefeitura Municipal de São Paulo/ EMURB/ FUPAM/ Setepla, 2002. (Disponível em cd-rom)

_____. *Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados - conheça as condições que o MONUMENTA oferece*. BRASIL/ MinC / MONUMENTA/ IPHAN/ Caixa Econômica Federal/ UNESCO/ BID, s/d.

_____. *Propostas de Intervenções Urbanísticas*. In: *Plano Estratégico de Intervenção Urbanística*. São Paulo: Programa MONUMENTA/ FUPAM/ PMSP/ EMURB/ Governo do Estado de São Paulo/ SEC, s/d. Texto fotocopiado.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável – o caleidoscópio da cultura*. Barueri: Manole, 2007.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. *Institucionalização do Patrimônio Ambiental Urbano na Cidade de São Paulo*. Trabalho de graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob a orientação da Prof. Dr^a. Sandra Lencione. São Paulo: USP, 1996.

RODRIGUES, Marly. *Alegorias do Passado – A instituição do Patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do estado de São Paulo: FAPESP: CONDEPHAAT, 2000.

SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade*. SP: Vértice; RJ: IUPERJ, 1988.

SALES, Pedro M. Rivaben. “Luz, São Paulo: As condições e possibilidades de um projeto urbano”. In: *Arquitextos, texto especial* 108. São Paulo: Portal Vitruvius. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto108.asp (acessado em 22/ agosto / 2003).

_____. “Operações Urbanas em São Paulo: crítica, plano e projetos. Parte três – Operações Urbanas: plano-referência e proposições. In: *Arquitextos*, texto especial 305. São Paulo: Portal Vitruvius, maio de 2005. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp205.asp (acessado em 04/ julho / 2006)

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 10^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTANA, Ângela. “Agências executivas e Agências Reguladoras”. IN: NASSUNO, Marianne & KAMADA, Priscilla Higa (org.). *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública*. Brasília, 6 a 8 de agosto de 2002. Brasília: MP, SEGES, 2002.

SANTOS, José Eduardo de Oliveira. *Brasil, Política Cultural e Identidade no Mercosul*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. André Martin. São Paulo: USP, 2002.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole. Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SERRA, Mônica Allende (org). *Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22^aed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: EDUSP/ Editora Petrópolis, 2003.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. (org). *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise*. Vol. 2. Brasília: MinC / IPEA, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais).

_____. *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*. Vol. 3. Brasília: MinC / IPEA, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais).

SOARES, Laura Tavares. “A Cultura como Política Pública”. In: *Outro Brasil – Projeto de análise da conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/ Laboratório de Políticas Públicas/ Instituto Rosa Luxemburgo, 24 de Outubro de 2005. Disponível em: www.outrobrasil.net (acessado em 10/abril/2006).

SOUKEF JUNIOR, Antônio; MAZZOCO, Maria Inês Dias. *Cem Anos Luz*. São Paulo: Dialetto, 2000.

UNESCO. *Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. Disponível em: www.unesco.org.br (acessado em 13/ junho/ 2006).

_____. *Revitalização Sustentável do Patrimônio cultural brasileiro. Programa Monumenta / BID.* s/d.
Disponível em: www.unesco.org.br. (acessado em: 01/julho/2006).

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa H. de. (org). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.* São Paulo: Manole, 2006.

WERTHEIN, Jorge. *Crenças e esperanças: Avanços e desafios da UNESCO no Brasil.* Brasília: UNESCO Brasil, 2003. Disponível em: www.unesco.org.br (acessado em 13/ junho/ 2006).